



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Catarina Borges de Oliveira Ribeiro

Título... Eita escolha difícil!

**A relevância da intitulação em textos dos domínios discursivos jornalístico e
publicitário**

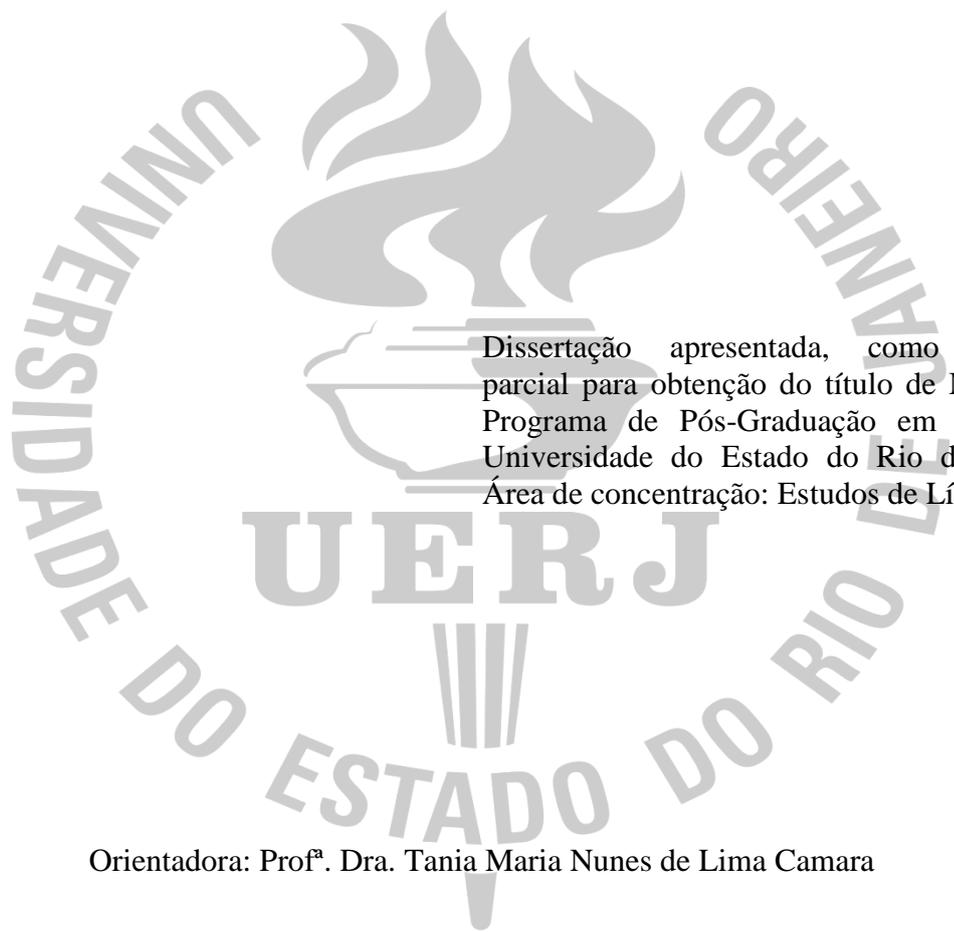
Rio de Janeiro

2023

Catarina Borges de Oliveira Ribeiro

Título... Eita escolha difícil!

A relevância da intitulação em textos dos domínios discursivos jornalístico e publicitário



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Orientadora: Prof^a. Dra. Tania Maria Nunes de Lima Camara

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

R484 Ribeiro, Catarina Borges de Oliveira.
 Título... Eita escolha difícil! A relevância da intitulação em textos dos
domínios discursivos jornalístico e publicitário / Catarina Borges de Oliveira
Ribeiro. – 2023.
 110 f.: il.

 Orientadora: Tania Maria Nunes de Lima Camara.
 Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Instituto de Letras.

 1. Língua portuguesa – Estudo e ensino – Teses. 2. Leitura – Teses. 3.
Língua portuguesa – Gênero – Teses. 4. Títulos de livros – Teses. 5.
Paratexto – Teses. 6. Educação básica – Teses. 7. Intertextualidade – Teses.
I. Camara, Tania Maria N. L. (Tania Maria Nunes de Lima). II. Universidade
do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 806.90(07)

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
Dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Catarina Borges de Oliveira Ribeiro

Título... Eita escolha difícil!

A relevância da intitulação em textos dos domínios discursivos jornalístico e publicitário

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Aprovada em 18 de janeiro de 2023.

Banca examinadora:

Prof^ª. Dra. Tania Maria Nunes de Lima Camara (Orientadora)
Instituto de Letras – UERJ

Prof. Dr. Marcelo Gomes Beauclair
Instituto de Letras – UERJ

Prof. Dr. Anderson da Silva Ribeiro
Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação à minha mãe. Uma mulher do Ogum, extraordinária e forte, que sempre me ensina a persistir. Se hoje sou professora, agradeço a ela. Se hoje estou aqui, também agradeço a ela.

AGRADECIMENTOS

A Deus e aos meus mentores espirituais por guiarem os meus passos, por me colocarem no lugar certo, na hora certa, pois foi assim que cheguei a UERJ.

Agradeço à minha mãe, por acreditar em mim, mesmo nos momentos mais difíceis, por estar ao meu lado não me deixando sucumbir aos medos e desafios da vida, sempre com uma *frase de efeito* para ressignificar o dia.

Igualmente agradeço ao meu pai, que me apoia, mesmo sem entender os resultados que pretendo alcançar, ele sempre sem tem uma palavra de encorajamento e me transmite a certeza de que *longe é um lugar que não existe*.

Agradeço também ao meu irmão, aquele que disposto a me ajudar, investe nos meus sonhos. A minha vida não seria a mesma sem tê-lo por perto para compartilhar o passado, o presente e o futuro.

Ao meu namorado, o qual não encontro palavras para descrever as ações de carinho, a paciência para ouvir as preocupações e a dedicação com que cuida de mim nos momentos em que mais preciso. Agradeço por seu companheirismo, afinal, dividir a vida com ele deixa tudo mais leve.

Também agradeço a pessoa que investiu tempo e acreditou que eu poderia chegar aonde estou: minha orientadora. Sem ela, nada disso teria sido tão enriquecedor quanto foi. Agradeço pela confiança, pela gentileza e por estar ao meu lado neste momento tão importante. Espero honrar o caminho que ela me ajudou a construir: o da docência.

Por fim, aproveito este espaço para exaltar a universidade que me faz ser uma estudante melhor a cada aula, um espaço plural que acolhe e investe nos alunos. Agradeço, assim, à UERJ.

“Como professor devo saber que sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino. Exercer a minha curiosidade de forma correta é um direito que tenho como gente e a que corresponde o dever de lutar por ele, o direito à curiosidade.”

Paulo Freire

RESUMO

RIBEIRO, Catarina Borges de Oliveira. **Título...** Eita escolha difícil! A relevância da intitulação em textos dos domínios discursivos jornalístico e publicitário. 2023. 110 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

Esta dissertação visa a demonstrar a importância do título no texto, considerando-o não apenas como um complemento deste, mas, sim, como um componente atrativo, capaz de captar a atenção do leitor em um primeiro momento, revelando-se, portanto, um fator estratégico e orientador para a interpretação textual. Outro aspecto que merece destaque é que, além de possuir um lugar privilegiado, ele também guarda a subjetividade do autor. Além disso, ele deve preservar uma macroestrutura semântica elevada que se relacione com o conteúdo do escrito, mostrando-se interessante e coerente. Nesse sentido, esta pesquisa pretende utilizar o espaço escolar para apresentar aos alunos tipos de intitulação, tanto as que guardam relação semântica com o texto, quanto as que não possuem esse entrelaçamento claro, com o intuito de incentivá-los na prática de produção textual, destacando a importância do título e, ao mesmo tempo, fornecendo mecanismos para lhes expandir a criatividade, assunto praticamente não trabalhado pelo professor da Educação Básica. Para isso, a metodologia utilizada foi a qualitativa a partir da análise de referenciais teóricos que ajudassem a embasar e fundamentar as nuances que fazem parte do processo de intitulação. O suporte teórico da pesquisa apresenta concepções de autores como BAKHTIN (1997), que retrata o dialogismo; além da concepção de intertextualidade abordada por KOCH (2012). Outrossim, merece destaque a abordagem de GENETTE (2009) acerca dos elementos paratextuais. Frisa-se que nenhum dos teóricos têm uma pesquisa aprofundada que trate exclusivamente do título, ponto que reforça a inovação quanto ao teor desta pesquisa. Destaca-se, por fim, que o objetivo é construir uma nova forma de pensar o título, estimulando os professores de língua portuguesa a proporem atividades que despertem não só a criatividade dos alunos, mas também o gosto pela leitura e pela prática textual. Ademais, espera-se que o trabalho desenvolvido possa servir de base para outras áreas profissionais, como as da comunicação e do jornalismo.

Palavras-chave: Educação básica. Língua Portuguesa. Gêneros textuais. Título.

ABSTRACT

RIBEIRO, Catarina Borges de Oliveira. **Title...** Jeez difficult choice! The relevance of title in texts from the journalistic and advertising discursive domains. 2023. 110 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

This dissertation aims to demonstrate the importance of the title in the text, considering it not only as a complement to it, but as an attractive component, capable of capturing the reader's attention at first, thus revealing itself, a strategic and guiding factor for textual interpretation. Another aspect that deserves to be highlighted is that, in addition to having a privileged place, it also keeps the author's subjectivity. In addition, it must preserve a high semantic macrostructure that relates to the content of the writing, showing itself to be interesting and coherent. In this sense, this research intends to use the school space to present students with types of titles, both those that keep a semantic relationship with the text, and those that do not have this clear intertwining, in order to encourage them in the practice of textual production, highlighting the importance of the title and, at the same time, providing mechanisms to expand their creativity, a subject practically not addressed by the Basic Education teacher. For this, the methodology used was qualitative, based on the analysis of theoretical references that helped to support and support the nuances that are part of the entitlement process. The theoretical support of the research presents concepts of authors such as BAKHTIN (1997), who portrays dialogism; in addition to the concept of intertextuality addressed by KOCH (2012). Furthermore, GENETTE's (2009) approach to paratextual elements deserves to be highlighted. It is emphasized that none of the theorists have an in-depth research that deals exclusively with the title, a point that reinforces the innovation regarding the content of this research. Finally, it is noteworthy that the objective is to build a new way of thinking about the title, encouraging Portuguese-speaking teachers to propose activities that arouse not only students' creativity, but also a taste for reading and textual practice. Furthermore, it is expected that the work developed can serve as a basis for other professional areas, such as communication and journalism.

Keywords: Basic education. Portuguese language. Textual genres. Title.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL: DOS PCN'S (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS) À BNCC (BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR)	12
1.1 Base Nacional Comum Curricular e o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio	19
2 PRÁTICA DE LEITURA NA ESCOLA	24
2.1 Concepções de leitura	26
2.2 O primeiro passo: os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa ..	28
2.3 A BNCC e a leitura	30
2.4 A leitura na sala de aula	34
2.5 Expectativa do professor e do aluno.....	36
3 GÊNEROS TEXTUAIS.....	38
3.1 O uso dos gêneros textuais.....	41
3.2 Os gêneros jornalísticos e publicitários.....	45
4 O TÍTULO DO TEXTO COMO OBJETO DA PESQUISA	50
4.1 Definição e importância do título.....	53
4.2 Relevância do conhecimento de mundo	56
4.3 Seleção do <i>corpus</i> da pesquisa	58
5 A INTERDISCURSIVIDADE E A INTERTEXTUALIDADE.....	59
5.1 Definição de interdiscursividade.....	60
5.2 Definição de intertextualidade	61
6 ANÁLISE DOS TÍTULOS DO <i>CORPUS</i> DA PESQUISA	64
7 TRANSFORMANDO A LEITURA EM ESCRITA.....	91
7.1 Proposta de atividades que instiguem a criatividade dos alunos.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	100

INTRODUÇÃO

“Não se deve escolher um livro pela capa”. Quem nunca ouviu essa frase? A verdade é que ela tem um respaldo bem forte já que os nossos olhos são atraídos por cores, por mensagens que ativam a curiosidade e despertam em nós a vontade de buscar mais informações; nesse caso, ler. Vale dizer que, assim como a capa do livro ativa a curiosidade por suas cores, temos outro elemento que exerce uma função tão poderosa quando falamos em capturar a atenção de um leitor: o título.

Independente de cores, fontes e formas, o título de uma obra é responsável por sintetizar a ideia de todo o trabalho de escrita e, mais do que isso, instigar o leitor a fim de que ele se sinta fisgado e se debruce no texto, lendo-o integralmente, confirmando a ideia de que é possível escolher um texto pelo título, e uma das provas dessa afirmação está nas bancas todos os dias: o jornal. Pertencentes ao domínio discursivo jornalístico, podemos encontrar diferentes gêneros, como crônica, artigo de opinião, editorial, cada um com suas peculiaridades, mas sempre com títulos que costumam captar a atenção do leitor. Cabe também destacar a importância dos textos publicitários, que também fazem parte do *corpus* desta dissertação. Pensar nesses domínios discursivos e perceber as nuances criativas da linguagem aliadas ao campo visual e auditivo, uma vez que os anúncios costumam mesclar todos esses elementos.

Dessa forma, o conteúdo dos parágrafos acima visa a justificar que, quando iniciei o processo de pesquisa acadêmica na Iniciação Científica, queria realizar um estudo que me permitisse buscar algo novo ou pouco abordado pelos pesquisadores. Iniciei, assim, como voluntária no projeto “Práticas Sociais da Expressão Linguística e Práticas Escolares: Leitura, Produção Textual, Ensino”, o qual me possibilitou participar de importantes congressos na área acadêmica e, dessa forma, amadurecer a ideia de pesquisar a respeito dos títulos. Ademais, após um período como voluntária, tive a oportunidade de me tornar bolsista do CNPQ, o que me fez aumentar o contato com textos científicos e a produção de artigos para publicação. O trajeto percorrido para chegar ao mestrado foi, sem dúvidas, enriquecido pelas possibilidades que o programa de iniciação científica apresentou. Cabe, assim, dizer que o objetivo do estudo era o de tentar desvendar os aspectos do título que despertavam ou não o interesse do leitor pelo texto. Assim como a escolha de um livro pode se dar pela capa, decidi estudar a possibilidade da escolha do texto em função do título com o intuito de compreender esse fenômeno e traçar estratégias visando ao estímulo da percepção dos jovens leitores e

escritores no tocante à criatividade dos profissionais ligados aos gêneros acima exemplificados, o que se considera um trabalho que muito pode envolver os alunos nas aulas de Língua Portuguesa

É animador desenvolver um projeto com o objetivo de incentivar novas práticas em sala de aula a fim de estimular a criatividade dos alunos, bem como aperfeiçoar a leitura e a escrita deles.

A presente dissertação, portanto, tem o intuito de demonstrar a importância do título em relação ao texto, independente do gênero produzido pelo autor. Em razão da escassez de conteúdos que visem ao estudo aprofundado do processo de intitulação e a importância deste, tem-se a relevância da pesquisa.

Nesse sentido, foram selecionados gêneros textuais distintos a fim de relacionar a visão teórica à prática. Destaque-se que os textos são de fácil acesso, pois pertencem ao domínio jornalístico e publicitário, ou seja, trata-se de materiais que o professor pode facilmente levar para sala de aula com o intuito de realizar atividades que envolvam a percepção da criatividade presente nos títulos selecionados estudantes. Para isso serão analisados textos cujos títulos, além de se relacionarem bem com as ideias expostas, também trazem um lado inovador.

A metodologia empregada consta de pesquisa bibliográfica de assuntos pertinentes ao estudo, tais como fatores de textualidade, classes de palavras, figuras de linguagem, expressividade, entre outros; levantamento de textos cujos títulos possam provocar o envolvimento do leitor; seleção do *corpus* da pesquisa; apresentação, leitura e discussão dos textos selecionados aos alunos; registros das observações realizadas; realização de atividades de produção textual, tendo o título do texto como ponto chave.

Esta dissertação é formada por sete capítulos: no primeiro capítulo fala-se da legislação educacional: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em relação às aulas de Língua Portuguesa, bem como a leitura de diferentes gêneros textuais, considerando que esses dois documentos têm grande relevância para a elaboração curricular dos conteúdos, bem como dos métodos de ensino. Nesse sentido, merece destaque o suporte normativo que os PCN's e a BNCC dão a esta pesquisa, uma vez que eles pregam a importância de formar um aluno conhecedor da linguagem e de seus diferentes níveis. Destaca-se que a uma ênfase quanto a aplicação da BNCC, visto que é o documento mais atual em relação aos conteúdos programáticos da educação básica. No segundo capítulo, tem-se a prática da leitura na escola. Para isso, adotou-se uma concepção teórica do que é leitura sob a ótica de educadores e da BNCC. Além disso, fala-se da prática

da leitura em sala de aula como um recurso para promoção do debate e enriquecimento cultural dos estudantes.

No terceiro capítulo, apresenta-se a concepção teórica dos gêneros textuais, com o devido aprofundamento nos domínios discursivos aos quais pertencem o *corpus* da pesquisa: gêneros jornalísticos e publicitários. O quarto capítulo foi reservado para falar da importância do título dos textos, sendo este o primeiro contato do leitor com a obra textual, bem como um elemento que tende a intertextualidade e, por esse motivo, exige do leitor um vasto conhecimento de mundo. Seguindo nesta linha de pensamento, o capítulo seguinte não poderia ser diferente: ele trata da intertextualidade e da interdiscursividade que são vistas no *corpus* da pesquisa. No capítulo seis, tem-se, efetivamente, a análise do *corpus* da dissertação a partir da seleção de diferentes textos que possuem títulos criativos, interdiscursivos e intertextuais. O objetivo do tópico é comentar detalhadamente os aspectos estilísticos de cada gênero selecionado, quais sejam: crônica, notícia, anúncio publicitário, editorial e artigo de opinião.

Na sequência, o capítulo sete, após toda a discussão enfrentada na dissertação, apresenta duas propostas de atividade, ambas formuladas em observância à BNCC, a fim de fomentar a leitura em sala de aula e despertar a criatividade textual dos alunos. Por fim, tem-se as considerações finais e, no último, as referências teóricas que possibilitaram o desenvolvimento desta dissertação.

Diante disso, todo este trabalho foi desenvolvido para fomentar a leitura crítica dos alunos, de modo que eles possam perceber as nuances criativas do texto, iniciando essa análise a partir do título. Para isso, o público-alvo não poderia ser diferente, ele está direcionado àqueles que “fazem o ensino acontecer”: as Professoras e os Professores de Língua Portuguesa da Educação Básica, além, é claro, dos estudantes de Letras e profissionais de áreas afins, como Marketing e Comunicação Social.

1 A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL: DOS PCN'S (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS) À BNCC (BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR)

Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Conhecida como a Constituição Cidadã, por conta de preocupação social existente, a Carta Magna contempla, em seu Artigo 205, os aspectos associados ao Direito à Educação.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, s.p.)

Nesse sentido, por se tratar de uma legislação garantista, ela destaca a educação como um direito social e dever do Estado, sendo, portanto, uma garantia à população, cabendo à União a competência para legislar a respeito das diretrizes e bases educacionais.

Logo após a promulgação da Constituição, nasceu, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº. 9.394/1996 - LDB) com o propósito de estabelecer as diretrizes educacionais para todo o território brasileiro.

Vale lembrar que o Brasil é um país heterogêneo, rico em diversidade e, dada a sua proporção territorial, conta com realidades distintas em todas as suas regiões. A partir dessa diversidade, iniciou-se um debate acerca da tentativa de homogeneizar conteúdos essenciais na Educação Básica, mas também manter aspectos culturais de cada região. Tal tentativa ocorreu em virtude do mal desempenho dos estudantes em relação à Língua Portuguesa, conforme aponta Geraldí:

O inventário das deficiências que podem ser apontadas como resultados do que já nos habituamos a chamar de “crise do sistema educacional brasileiro”, ocupa lugar privilegiado o baixo nível de desempenho linguístico demonstrado por estudantes na utilização da língua, quer na modalidade oral, quer na modalidade escrita. Não falta quem diga que a juventude de hoje não consegue expressar seu pensamento; que, estando a humanidade na “era da comunicação”, há incapacidade generalizada de articular um juízo e estruturar linguisticamente uma sentença. E, para comprovar tais afirmações, os exemplos são abundantes: as redações de vestibulandos, o vocabulário da gíria jovem, o baixo nível de leitura comprovável facilmente pelas baixas tiragens de nossos jornais, revistas, obras de ficção, etc. (GERALDI, [1946] 2011, p. 33).

Nesse sentido, visando a minimizar as falhas educacionais e repensar práticas educativas, nos anos de 1997 e 1998, o Ministério da Educação publicou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e o autor mencionado teve um papel importante nas práticas educativas dispostas nos parâmetros curriculares. Outrossim, destaca-se que os Parâmetros representam “um avanço considerável nas políticas educacionais brasileiras (...) em particular, no que se refere aos PCN's de Língua Portuguesa, nas políticas linguísticas contra o iletrismo e em favor da cidadania crítica” (ROJO, 2008, p. 27).

Destaque-se que o objetivo do documento era o de construir uma base nacional de educação, a qual figurasse como uma orientação para as escolas formularem seus currículos. Cabe ressaltar que uma das preocupações dos PCN's era a de fornecer aspectos teóricos e práticos para todos os professores, especialmente os de atuação em áreas mais distantes das grandes metrópoles, uma vez que a desigualdade no país sempre figurou como um fator impeditivo para homogeneidade na qualidade educacional. Assim, inclusive, destaca Roxane Rojo ao questionar “o que é necessário para compreender/fazer para transformar os Parâmetros em práticas de sala de aula, no que diz respeito à organização de programas de ensino (...) e de procedimentos de sala de aula?” (ROJO, 2008, p. 10).

Diante da evidente importância que os Parâmetros Curriculares atribuem ao uso dos gêneros textuais nas aulas de português, cabe aos professores pensar na prática de leitura e escrita considerando a amplitude das esferas em que os gêneros circulam. Nesse sentido, esta pesquisa, ao enfatizar a análise dos títulos, sugere a prática reflexiva de leitura observando a crítica feita por Rojo (2008):

Também é importante enfatizar que a discussão destas práticas renovadas não se processa sem uma reflexão sobre as práticas de leitura e escrita – práticas de letramento – que têm lugar na escola e fora dela, em diferentes esferas de circulação da escrita e da linguagem (ROJO, 2008, p. 11).

Quando se pensa na ação reflexiva, é possível estabelecer um elo com o disposto no documento ao enfatizar a formação cidadã dos estudantes. Sendo assim, esta pesquisa propõe práticas educativas em sala de aula a fim de viabilizar a implementação de um currículo que privilegia a leitura ativa dos estudantes, que os faz refletir não só a respeito do texto, mas também o contexto em que ele foi escrito e no qual os educandos estão inseridos. Logo, convém destacar o que os Parâmetros expõem a importância da formação cidadã, que se materializa por meio da educação:

O papel fundamental da educação no desenvolvimento das pessoas e das sociedades amplia-se ainda mais no despertar do novo milênio e aponta para a necessidade de se construir uma escola voltada para a formação de cidadãos. Vivemos numa era marcada pela competição e pela excelência, em que progressos científicos e avanços tecnológicos definem exigências novas para os jovens que ingressarão no mundo do trabalho. Tal demanda impõe uma revisão dos currículos, que orientam o trabalho cotidianamente realizado pelos professores e especialistas em educação do nosso país (BRASIL, 1998, p. 5).

Ressalte-se que falar dos PCN's é também falar de João Wanderley Geraldi, o qual contribuiu para o ensino de português no Brasil. Isso ocorre porque o autor pregava propostas educacionais por meio do “interacionismo linguístico, tomando o texto por objeto de ensino” (PAULA, 2015, p. 2). Sendo assim, muito do que se vê hoje nas salas de aula, por meio do ensino de linguagem a partir do texto, advém dos estudos desse autor, o que começou a ser disseminado nos PCN's. Com efeito, destaca-se que a professora Ieda Linck (2012) compara o texto dos Parâmetros Curriculares (1998) ao artigo de Geraldi “Concepções da Linguagem e Ensino de Português”, da obra *Texto em sala de aula*, de 1946. Nesta comparação, Linck aponta similaridades entre os dois, o que indica que o viés reformulativo das práticas educativas teve, possivelmente, sua origem nos estudos do linguista João Wanderley Geraldi (1946). Importa compreender essa origem a fim de entender o que de fato o documento preconizava ao tentar estabelecer orientações para a condução do trabalho dos professores. Além disso, o próprio texto normativo alude às propostas do autor.

João Wanderley Geraldi teceu inúmeras críticas ao ensino de português no Brasil, portanto, saber que sua obra embasou a formulação do texto normativo, leva a uma visão menos romântica dos PCN's, visto que é possível presumir o reconhecimento do sistema em relação às falhas do processo de ensino e aprendizagem ou, como dizia Geraldi “fracasso escolar” (2011, p. 33).

Nesse sentido, o estudo dos PCN's importa para esta pesquisa, assim como a obra do linguista João Wanderley Geraldi, por terem indicado o uso do texto como o ponto de partida para o ensino de português, bem como pelas críticas tecidas pelo autor que podem ser aplicadas atualmente.

Vê-se, assim, que os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa foram a primeira tentativa de reformular o ensino de português, embora as falhas estruturais da educação não tenham sido sanadas.

Nesse sentido, o documento prioriza o estudo gramatical pautado no uso de textos, os quais devem ser escolhidos com base em dois critérios: possibilidade de aprendizagem e

necessidade dos educandos. Com efeito, a articulação entre esses dois elementos viabiliza a aprendizagem.

A seleção de textos para leitura ou escuta oferece modelos para o aluno construir representações cada vez mais sofisticadas sobre o funcionamento da linguagem (modos de garantir a continuidade temática nos diferentes gêneros, operadores específicos para estabelecer a progressão lógica), articulando-se à prática de produção de textos e à de análise linguística (BRASIL, 1998, p. 36).

Outro ponto do documento que merece destaque está na ênfase à prática de leitura e produção textual, considerando a necessidade de o aluno reconhecer textos orais e escritos – de diferentes gêneros e tipologias – a fim de que possa não apenas ler, mas também os produzir:

Procurando desenvolver no aluno a capacidade de compreender textos orais e escritos e de assumir a palavra, produzindo textos em situações de participação social, o que se propõe ao ensinar os diferentes usos da linguagem é o desenvolvimento da capacidade construtiva e transformadora (BRASIL, 1998, p. 41).

A preocupação dos PCN's em transformar as práticas educativas enfatizando a leitura e a produção textual ensejou, em 2017, a formulação da Base Nacional Comum Curricular, um documento mais técnico quanto as competências e habilidades que os educandos devem desenvolver de acordo com o segmento e a série em que estão.

Para atender a essa necessidade, em 2013, a Lei nº. 12.796/2013 alterou a LDB a fim de estabelecer a uniformização dos currículos da Educação Básica, que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Tal norma surgiu com o intuito de unificar uma parte dos conteúdos ensinados nas escolas, respeitando a diversidade cultural de cada região, ou seja, uma base comum a ser complementada pelos sistemas de ensino (LDB, Art. 26).

Diante de tal preocupação, em 2015, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) começou a ser planejada. A partir da análise de currículos de diversas escolas do país, 116 especialistas, oriundos de Secretarias Municipais, Estaduais e de Universidades, foram responsáveis pela elaboração da Base.

Destaque-se que, entre 2015 e 2016, também ocorreram consultas públicas com o intuito de incluir a população na participação da construção da BNCC, o que, de acordo com dados do Ministério da Educação (MEC), levou a mais de 12 milhões de contribuições e ideias para a criação do documento.

Após a análise e discussão de todos o material recebido, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 2017, encaminhou o documento para o Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão responsável pela regulamentação do Sistema Nacional de Educação, coordenar a implementação da Base Nacional Comum Curricular. Durante essa fase, ainda houve reuniões em alguns Estados para ajustar os conteúdos do documento recém-elaborado. Dessa forma, ao final deste ano, 2017, o CNE e o MEC oficializaram os documentos referentes à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental.

Quanto ao Ensino Médio, o prazo para entrada em vigor das alterações relativas a esse segmento foi 2020.

A partir dessa breve abordagem histórica, destaca-se que a BNCC é, atualmente, o principal documento que norteia o Sistema Educacional na formulação de seus currículos, já que ela determina o conjunto orgânico e progressivo da aprendizagem. No entanto, como visto, um dos passos mais importantes em direção a novas práticas educativas se deu com os PCN's. A BNCC se divide em eixos que apontam as competências essenciais e suas respectivas habilidades que os estudantes precisam desenvolver durante a Educação Básica.

Cabe dizer que a BNCC, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/1996), norteia os sistemas e redes de ensino de todo o país, o que engloba as propostas pedagógicas da rede pública e privada de ensino nos níveis infantil, fundamental e médio.

Apesar de ensejar práticas inovadas no ensino de Língua Portuguesa e destacar a importância de uso de gêneros textuais multimodais, considerar a relevância tecnológica e midiática para a educação, a BNCC não soluciona todos os problemas que envolvem as práticas educativas. É necessário trazer tal apontamento na medida em que os textos normativos, sozinhos, não são a salvação para a melhoria da educação no país.

É preciso, ainda, considerar que a Base Nacional Comum Curricular fomenta práticas muitas das vezes distante da realidade das escolas públicas, principalmente – como mencionado – às que estão mais afastadas dos grandes centros urbanos e econômicos do Brasil. Quando se pensa em educação, deve-se considerar inúmeras realidades dentro do mesmo país, portanto, um documento oficial que esteja destinado à educação precisa indicar alternativas curriculares a fim de que suas práticas não aprofundem as desigualdades estudantis já existentes. Ressalte-se que tais alternativas curriculares não devem compreender a parte diversificada do currículo, mas sim a parte comum a todas as escolas.

Nesse sentido, a fim de cumprir seu papel normativo, a BNCC define os conhecimentos, competências e habilidades que os alunos de cada nível de ensino precisam ter domínio e, para isso, divide as disciplinas que compõem o currículo escolar.

Nesta dissertação, o objetivo é abordar a BNCC em relação ao Ensino Médio, cabendo destacar que as áreas de conhecimento passaram a ser as seguintes: Linguagem e suas tecnologias, que envolve Artes, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa; Matemática; Ciências da Natureza, que engloba Biologia, Física e Química; Ciências Humanas Sociais e Aplicadas, que abrange contempla História, Geografia, Sociologia e Filosofia.

O documento traz dez competências gerais que norteiam a aplicação da BNCC. Conforme o próprio texto do documento, as competências servem para "mobilizar" os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, com intuito de formar o aluno com uma visão crítica que consegue resolver situações simples e complexas no cotidiano. Isso mostra que o texto preconiza a formação cidadã do aluno, propondo o desenvolvimento de competências para que este construa um pensamento científico, inovador e crítico. As competências trazidas pela Base seguem abaixo:

1) Conhecimento: aponta a valorização histórica dos conhecimentos sobre o mundo físico, social e digital, utilizando-os como base para compreender as interações sociais. O objetivo é contribuir para a formação de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva;

2) Pensamento científico, crítico e criativo: o objetivo desta competência é instigar a curiosidade do estudante a fim de que ele recorra aos mecanismos de investigação, reflexão e análise crítica para testar hipóteses, descobrir causas, formular e solucionar problemas;

3) Repertório cultural: trata-se de valorizar as manifestações artísticas e culturais de forma ampla: regionais, nacionais e mundiais. Nesta competência, inserem-se as práticas diversificadas de produção artístico-cultural.

4) Comunicação: menciona o uso das diferentes linguagens para fomentar a comunicação. Dessa forma, tem-se a linguagem verbal (oral e visual-motora: Libras e a escrita), corporal, sonora, digital e visual. Os conhecimentos de linguagem artística, matemática e científica também se enquadram nesta competência, que tem o objetivo de compartilhar informações e experiências a fim de disseminar conteúdos em busca da aprendizagem.

5) Cultura digital: diz respeito ao uso das tecnologias de informação e comunicação com um viés crítico e reflexivo, preconizando a ética nas práticas sociais a fim de se

comunicar. O objetivo é solucionar problemas por meio do protagonismo na vida pessoal e coletiva.

6) Trabalho e projeto de vida: valoriza a diversidade e as diferentes experiências culturais. Diz respeito a compreensão das relações do mundo de trabalho e as escolhas do estudante, as quais devem estar alinhadas ao exercício da cidadania. Mais uma vez a BNCC menciona a liberdade, a autonomia e a consciência crítica como características essenciais para o jovem se desenvolver e atuar na sociedade de forma proativa.

7) Argumentação: a BNCC aponta a argumentação como uma das competências e aponta que os estudantes devem argumentar baseados em fatos, dados e informações confiáveis para defender as suas ideias e decisões. Há também menção aos direitos humanos, educação ambiental, consumo responsável e ética em relação a si e ao mundo em que se vive.

8) Autoconhecimento e autocuidado: menciona a saúde física e emocional como um pilar para o desenvolvimento pleno. Esta competência pode ser vista como o estudo da inteligência emocional.

9) Empatia e cooperação: o uso do diálogo e da empatia na resolução de conflitos com o intuito de respeitar e promover o respeito em relação a si e aos demais, bem como em relação aos estudos de direitos humanos. Há também a valorização da diversidade e respeito à pluralidade social.

10) Responsabilidade e cidadania: por fim, a última competência destaca que a tomada de decisões, seja pessoal seja coletiva, deve ser pautada na responsabilidade, autonomia, resiliência, determinação, de acordo com a ética, a inclusão e os princípios democráticos, sustentáveis e solidários.

Observando os dez princípios da BNCC, é possível compreender a preocupação do documento com a formação cidadã dos estudantes, o que não soluciona as disparidades educacionais brasileiras. Nota-se, então, que, para além dos conteúdos, a BNCC tem o intuito de formar seres pensantes, distantes da alienação, preocupados e cientes das problemáticas sociais do país em que vivem, porém, cabe mencionar que o documento sozinho, sem o devido investimento em políticas públicas não haverá a resolução dos déficits no sistema de educação do Brasil.

Considerando, assim, as diferentes realidades econômicas dentro do país, ter um conjunto de normas que preconiza uma formação mais humana e pautada no diálogo simboliza um passo rumo ao progresso social, uma vez que, como diz o título do documento, a “base” de uma sociedade é a educação. Pensando nisso, a prática de ensino formulada e

apresentada ao final dessa dissertação foi planejada para ser utilizada nos diversos contextos e realidades educacionais do Brasil.

1.1 Base Nacional Comum Curricular e o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio

Na presente dissertação, nosso olhar volta-se especificamente para o Ensino Médio, razão pela qual será seguida a orientação da BNCC de Língua Portuguesa para esse nível de ensino. Foco deste estudo está direcionado à proposta pedagógica da BNCC para o novo Ensino Médio.

No Ensino Médio, o documento tem o intuito de consolidar e ampliar as aprendizagens das etapas escolares anteriores da educação, especialmente aquelas relacionadas aos anos finais do Ensino Fundamental. Percebe-se a preocupação da BNCC em tornar os jovens mais participativos em relação às práticas socioculturais que envolvem o uso das linguagens:

No Ensino Médio, os jovens intensificam o conhecimento sobre seus sentimentos, interesses, capacidades intelectuais e expressivas; ampliam e aprofundam vínculos sociais e afetivos; e refletem sobre a vida e o trabalho que gostariam de ter. Encontram-se diante de questionamentos sobre si próprios e seus projetos de vida, vivendo juventudes marcadas por contextos socioculturais diversos (BNCC, 2018, p. 483).

O texto destaca a autonomia dos jovens como um elemento importante para a construção da cidadania, bem como o elemento que possibilita a visão crítica e participativa na sociedade. Dessa forma, cabe ao espaço escolar, de acordo com o documento oficial, fomentar práticas educativas que favoreçam o desenvolvimento de habilidades comunicativas que poderão contribuir para tal amadurecimento.

Um ponto relevante a ser destacado diz respeito à importância que ela dá ao uso de gêneros textuais no processo educativo, apresentando-os como elementos que servem de base para debates e reflexões a respeito da linguagem, considerando, também, os aspectos culturais e sociais do cotidiano dos jovens no processo de ensino e aprendizagem. Isso significa que, na sala de aula, o professor, por meio de gêneros pertencentes a diferentes domínios discursivos, deve promover debates que fomentem e desenvolvam a visão crítica dos alunos.

A fim de enfatizar a relação que deve ser estabelecida entre a participação dos estudantes e o vínculo com a realidade, a BNCC traz competências e habilidades específicas para o Ensino Médio e reconhece a importância das tecnologias digitais de informação e

comunicação (TDIC) como fonte geradora de novos fluxos comunicativos (gêneros textuais), quais sejam: *post*, *tweet*, *meme*, *playlist* comentada. Tais tecnologias permitem, ainda, aos jovens a atuação como produtores de conteúdo em potencial.

O documento demonstra também preocupação com o desenvolvimento de habilidades direcionadas à apreciação ética e estética dos conteúdos linguísticos, além de priorizar cinco campos de atuação social na área de Linguagens: (1) campo da vida social; (2) campo da prática de estudos e pesquisa; (3) campo jornalístico-midiático; (4) campo de atuação na vida pública; e (5) campo artístico.

A consideração desses campos para a organização da área vai além de possibilitar aos estudantes vivências situadas das práticas de linguagens. Envolve conhecimentos e habilidades mais contextualizados e complexos, o que também permite romper barreiras disciplinares e vislumbrar outras formas de organização curricular (BNCC, 2018, p. 491).

Torna-se também relevante destacar que o presente estudo prioriza o campo jornalístico-midiático. Nesse sentido, a BNCC define a área como

O campo jornalístico-midiático caracteriza-se pela circulação dos discursos/textos da mídia informativa (impressa, televisiva, radiofônica e digital) e pelo discurso publicitário. Sua exploração permite construir uma consciência crítica e seletiva em relação à produção e circulação de informações, posicionamentos e induções ao consumo (BNCC, 2018, p. 491).

Vale dizer, portanto, que o professor, como mediador, deve incentivar práticas que estimulem a criatividade dos estudantes e lhes permitam enxergar a linguagem como fonte que possibilita essas conexões. Nesse sentido, reconhecer diálogos possíveis de aparecer entre textos de gêneros e de domínios discursivos distintos, bem como recursos linguísticos capazes de promover efeitos expressivos mostra-se de trem relevância.

Destaque-se, pois, que o presente estudo visa à apresentação de textos pertencentes ao domínio jornalístico como o meio para propiciar debates e reflexões a respeito dos aspectos que estruturam títulos de notícias, crônicas e propagandas, destacando, especialmente, o uso da intertextualidade e de recursos estilísticos na produção de efeitos expressivos e instigantes. Ademais, tem-se o gênero publicitário que mescla elementos visuais, auditivos e textuais, despertando a criatividade do leitor em relação as possibilidades da linguagem.

A publicidade, assim, está em um mundo movente de imagens, de sons, de ideias que se mesclam, que se inter-relacionam e, portanto, provoca as mais diversas possibilidades de uma comunicação híbrida e volátil. (...) As mudanças na relação entre os sujeitos da comunicação ou, ainda, entre o enunciatário e os anúncios

publicitários, produzidos e veiculados em diferentes meios, estimulam reações diversas. Desse modo, os anúncios televisivos, ao apresentarem um texto mais ágil, provocando o enunciário por meio de sentidos como a visão e a audição, possuem um apelo emocional evidenciado. Entretanto, não se pode descartar a possibilidade de apelo sensorial nos anúncios impressos, que pode ocorrer principalmente pela interpelação visual das imagens ou pelas escolhas linguísticas, que podem sugerir sons, cheiros, visões, paladar. Uma análise discursiva desses anúncios exige, portanto, uma preocupação com a percepção, com os sentidos, com a emoção (CAMPOS-TOSCANO, 2009, p. 144).

Relacionadas ao ensino das Linguagens, a BNCC traz sete competências específicas:

1. Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo.
2. Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza.
3. Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global.
4. Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo suas variedades e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza.
5. Compreender os processos de produção e negociação de sentidos nas práticas corporais, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressão de valores e identidades, em uma perspectiva democrática e de respeito à diversidade.
6. Apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais, e mobilizar seus conhecimentos sobre as linguagens artísticas para dar significado e (re)construir produções autorais individuais e coletivas, exercendo protagonismo de maneira crítica e criativa, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.
7. Mobilizar práticas de linguagem no universo digital, considerando as dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e estéticas, para expandir as formas de produzir sentidos, de engajar-se em práticas autorais e coletivas, e de aprender a aprender nos campos da ciência, cultura, trabalho, informação e vida pessoal e coletiva (BNCC, 2018, p. 492).

As competências um e dois serão as mais detalhadas uma vez que embasam o objetivo deste estudo. Ressalte-se que cada uma dessas competências reúne habilidades específicas e as principais para esta dissertação apresentadas a seguir:

Competência específica 1
Habilidades:

(EM13LGG101) Compreender e analisar processos de produção e circulação de discursos, nas diferentes linguagens, para fazer escolhas fundamentadas em função de interesses pessoais e coletivos.

(EM13LGG103) Analisar o funcionamento das linguagens, para interpretar e produzir criticamente discursos em textos de diversas semioses (visuais, verbais, sonoras, gestuais).

(EM13LGG105) Analisar e experimentar diversos processos de remediação de produções multissemióticas, multimídia e transmídia, desenvolvendo diferentes modos de participação e intervenção social. (BNCC, 2018, p. 493)

Competência específica 2

Habilidades:

(EM13LGG201) Utilizar as diversas linguagens (artísticas, corporais e verbais) em diferentes contextos, valorizando-as como fenômeno social, cultural, histórico, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso (2018, p. 494).

Em relação ao campo jornalístico-midiático, a BNCC apresenta a importância do uso do gênero jornalístico como forma de incentivar o estudante a manipular e compreender as nuances que envolvem o uso da linguagem. Tem-se, então:

Considerar produções que envolvam diferentes mídias, de forma que os jovens possam manipular editores de texto, foto, áudio, vídeo, infográfico e de outros tipos e **explorar elementos e características das diferentes linguagens envolvidas e os efeitos de sentido que podem provocar**, de forma a poder ampliar as possibilidades de análise e concretização de diferentes projetos enunciativos envolvendo a divulgação de relato de fatos ou atitude responsiva em relação aos relatos e opiniões em circulação (BNCC, 2018, p. 522 – grifo nosso).

Portanto, é possível perceber que um dos principais objetivos da presente dissertação é mostrar para os estudantes a relação existente entre o título e o texto, fazendo com que eles possam perceber e identificar essas referências. Além disso, a fim de materializar este estudo, pretende-se demonstrar atividades práticas para as aulas de Língua Portuguesa, seguindo orientações presentes na BNCC e promovendo o ensino da língua materna contextualizado e apoiado no cotidiano, privilegiando os aspectos criativos no uso da língua e abrindo caminhos facilitadores que levem o aluno a perceber a presença e utilidade dos recursos empregados nos textos estudados, e desses recursos fazer uso quando da produção de seus próprios textos.

A compreensão do texto do documento faz o leitor perceber a intenção da BNCC em formar cidadãos com uma visão crítica a respeito da sociedade, conscientes de quem são e do papel que pretendem desempenhar, bem como criativos e com senso estético apurado. Sendo assim, é notório que o caminho para o desenvolvimento dessas competências está na prática de leitura e de escrita, de modo que as três características citadas sejam reunidas e auxiliem no processo de aquisição de conhecimento desses cidadãos.

O *corpus da pesquisa* por notícias, crônicas, artigo de opinião e textos publicitários foi assim estabelecido pelo fato de esses gêneros textuais estarem contemplados na BNCC e, principalmente, por despertarem a visão crítica e a criatividade dos jovens, basicamente por conta de dois fatores. Primeiro, porque abordam problemas sociais com humor; segundo, porque exploram elementos estilísticos da língua e dialogam com outras fontes textuais – algo que amplia o capital cultural dos estudantes.

Nesse sentido, a primeira etapa para o desenvolvimento da visão crítica e da criatividade dos alunos envolve a prática de leitura.

2 PRÁTICA DE LEITURA NA ESCOLA

Como escreveu Carlos Drummond de Andrade, “a leitura é uma fonte inesgotável de prazer, mas, por incrível que pareça, a quase totalidade não sente esta sede.” A explicação deste grande autor representa uma triste realidade vivenciada no Brasil: o baixo número de leitores. Para corroborar a citação de Drummond, encontram-se os dados estatísticos do *Instituto Pro Livro* que revela o comportamento leitor do brasileiro. Dessa forma, na sua 5ª edição (2020), a pesquisa aponta que 48% da população não lê qualquer tipo de livro há mais de 5 anos. Parece, assim, que, desde a morte do poeta até o século XXI, os fatos não mudaram tanto, o que faz as pessoas se questionarem se existe um ou mais culpados pelo quadro que nos é apresentado.

Quando se pensa em “culpa” pelo baixo índice de leitores no país, a primeira resposta, ou melhor, “a culpada” tende a ser a escola. No entanto, trata-se de um apontamento, muitas das vezes, injusto. Culpar exclusivamente a escola pelos desafios da prática de leitura parece ser um erro, o que não impede que sejam tecidas críticas em relação à parcela de responsabilidade desta. Embora o espaço escolar venha a ser dos mais adequados para o desenvolvimento de novas experiências e os professores busquem, com certa frequência, realizar atividades que visam a despertar no aluno o interesse de se tornar um leitor, existem outros fatores que devem ser avaliados para se obter uma possível resposta em relação às dificuldades de fomentação dessa prática, entre os quais podem ser citados: falta de investimento do governo, o alto índice de analfabetismo funcional, a sobrecarga e baixa remuneração dos professores, a pertinência da escolha dos materiais que serão lidos. Tudo isso leva a uma conclusão, conforme afirmou Tania Camara (2012, p. 216): “o aluno brasileiro não lê o quanto seria necessário por motivos ligados tanto a ele quanto à escola”.

Dentre os fatores citados, o alto índice de analfabetismo funcional e a pertinência da escolha dos materiais serão aprofundados adiante.

Inicialmente, cabe conceituar o analfabetismo funcional. De acordo com o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), há uma divisão de analfabetismo funcional em dois grupos: os absolutos e os rudimentares. Os primeiros não conseguem ler palavras ou frases nem números telefônicos. Já o segundo grupo apresenta dificuldade na compreensão de textos simples, inclusive para compreender ironia, sarcasmo, no campo da linguagem, e operações financeiras simples, no âmbito da matemática.

O desafio enfrentado em relação à alfabetização precária mostra-se como uma consequência da falta de políticas públicas eficientes que visem ao pleno desenvolvimento das crianças e dos jovens, portanto extrapola a esfera escolar e se torna um problema nacional, tema que poderá vir a ser discutido em outro momento de pesquisa acadêmica.

Quanto à escolha e pertinência dos materiais, é nítido que atualmente os professores disputam a atenção dos alunos com os aparelhos tecnológicos. Seriam estes os inimigos do magistério? Sendo assim, tornar as aulas de Língua Portuguesa mais interessantes do que as redes sociais se mostra como um desafio.

Há um ditado popular que diz “se não pode com eles, junte-se a eles” e, certamente, essa máxima pode ser aplicada à educação do século XXI: não há como descartar o uso da tecnologia nas aulas de português, porém é possível utilizá-la como um instrumento que incentivará a leitura. Ainda que esta inicie no meio digital, deve ser vista como um primeiro passo para criar uma conexão entre o aluno e o texto.

Dessa forma, quando se fala em pertinência dos materiais, significa dizer que a escola deve ouvir os estudantes antes de pré-determinar o que será lido. Não é uma tarefa simples, mas, certamente, mais fácil do que lutar com a insatisfação e o desinteresse do alunado.

Fomentar a prática de leitura deve ser visto pela escola como uma oportunidade de dar voz ao aluno. Nesse sentido, vale inserir a tecnologia como um recurso para privilegiar a leitura e mostrar ao estudante que ele já está rodeado por textos, reforçar que ele tem potencial para ser um leitor ativo e deixar que ele participe ativamente das escolhas do que irá ler. Essa pequena contribuição resulta em uma grandiosa conquista: a participação nas aulas a partir da reflexão e do debate.

Muitas vezes, os estudantes acreditam que a única leitura efetiva é a dos clássicos literários, contudo, na realidade, uma notícia, um anúncio, uma crônica também fazem parte do universo textual. O uso desses gêneros pode, então, funcionar o gatilho para que o professor, mais à frente, possa diversificar as escolhas textuais incluindo a literária com a ideia de que os alunos se sentirão confortáveis e preparados para acompanhar o conteúdo.

Por tal motivo, a inserção dos gêneros jornalísticos mostra-se essencial no processo de desenvolvimento da leitura. Destaca-se que, ao utilizar o jornal nas aulas de Língua Portuguesa, é possível apresentar aos estudantes o formato físico e o digital, destacando as diferenças existentes nas duas formas. Além disso, é possível demonstrar a correlação entre os elementos verbais e não verbais para que os estudantes estimulem a percepção estética, que também faz parte do ato de ler.

Outro campo que com frequência desperta o interesse dos alunos é o publicitário. O anúncio costuma propiciar o interesse desses em relação a aspectos semânticos responsáveis pela produção de determinados efeitos de sentido, tais como a ambiguidade, o humor, a ironia, por exemplo.

2.1 Concepções de leitura

É inegável a importância da prática de leitura no processo de aprendizagem a fim de formar cidadãos mais conscientes de seus papéis na sociedade. Dessa forma, cabe conceituar o que significar ler, não considerando a ação apenas como decifração de códigos, mas algo que vai além da superfície visível e atinge o campo subjetivo dos indivíduos, unindo-se às experiências e ao conhecimento de mundo do leitor para, assim, ajudá-lo a compreender e a formar uma opinião acerca daquilo que leu. Dessa forma, Marisa Lajolo (1982ab) expõe:

Ler não é decifrar, como num jogo de adivinhações, o sentido de um texto. É, a partir do texto, ser capaz de atribuir-lhe significado, conseguir relacioná-lo a todos os outros textos significativos para cada um, reconhecer nele o tipo de leitura que seu autor pretendia e, dono da própria vontade, entregar-se a esta leitura, ou rebelar-se contra ela, propondo outra não prevista (LAJOLO, 1982ab, p. 59).

Ainda a respeito do conceito de leitura, acredita-se que:

Ler é construir significados, ou seja, a leitura é um processo mediante o qual se compreende a linguagem escrita, sendo o leitor um sujeito ativo que interage com o texto. Portanto, quando pensamos na leitura com finalidade pedagógica, só podemos dizer que ela foi eficiente se resultar em aprendizagem significativa. Isto ocorre porque, ao ler, acionamos os conhecimentos prévios de que dispomos, sejam sobre o mesmo assunto ou de algo que nos parece relacionado, de modo que possamos atribuir significados às palavras, às frases e aos parágrafos que lemos. "Ancoramos" as novas informações ao repertório de conhecimentos de que já dispomos, ampliando-o e/ou transformando-o qualitativamente. À medida que avançamos pelos parágrafos, vamos realizando uma grande quantidade de operações mentais, de modo que possamos continuar a leitura. Caso as barreiras pareçam por demais difíceis, recorremos a um outro texto, que nos sirva de "facilitador", ou a uma outra alternativa que nos pareça melhor (o que inclui até mesmo o abandono da leitura) (SILVA, 2004, p. 71).

Conforme a passagem acima, a leitura engloba diversas áreas do cérebro, dada a quantidade de operações mentais realizadas a fim de que uma mensagem seja compreendida.

Um dos fatores mais relevantes está associado à capacidade de fazer conexão entre informações prévias e novas informações, o que irá contribuir para o desenvolvimento do leitor, ampliando as possibilidades de compreensão. Tal fato se mostra importante quando se considera o fator da intertextualidade como elemento presente em inúmeros textos.

O ato de ler revela-se, pois, significativamente complexo e, diante disso, existem duas importantes direções em que ele se desenvolve: como processo neurofisiológico e como processo cognitivo. Quando se fala em processo neurofisiológico, considera-se que a leitura ocorre a partir do funcionamento conjunto entre a visão e o cérebro. Trata-se de “uma operação de percepção, identificação e memorização de signos” (CAMARA, 2012, p. 218). Como processo cognitivo, tem-se a busca pelo entendimento e atribuição de sentido ao que foi lido.

Pode-se, assim, destacar a ocorrência de descodificação e de decifração. Segundo Tania Camara (2012), a descodificação é um processo estabelecido com mais frequência, que compreende a leitura sem atribuição de sentido (processo neurofisiológico). Já a decifração compreende a busca pelo sentido e o entendimento do que foi lido (processo cognitivo). Camara ainda explica que:

Desse ponto de vista, a conversão do material linguístico em elemento de significação pode estabelecer-se em dois níveis: a progressão e a compreensão. No primeiro – progressão –, o leitor atém-se ao encadeamento dos fatos, pois seu objetivo é chegar ao fim da leitura. A atividade cognitiva possibilita-o a progredir nas artimanhas do texto. No segundo – compreensão –, o leitor, mesmo sacrificando a progressão, opta pela interpretação (CAMARA, 2012, p. 218).

Frente aos níveis demonstrados, cabe dizer que um dos desafios da leitura é o processo de descodificação física, ou seja, o estudante tem dificuldade em dar sentido ao que leu, mantendo-se no plano da progressão com o objetivo de apenas finalizar o texto. Sendo assim, o mecanismo de descodificar deve ser atrelado à decifração dos signos – processo cognitivo –, ativando, ainda, os conhecimentos prévios do leitor a fim de atribuir sentido ao texto. Para Guaraciaba Micheletti (2000), “o leitor salta para a vida e para o real na medida em que a leitura da palavra escrita pode conduzi-lo a uma interpretação de mundo” (Micheletti 2000, p. 69, *apud* CAMARA, 2012, p. 220).

Antônio Prole, por sua vez, ressalta a relevância das experiências pessoais para o processo de desenvolvimento da habilidade leitora:

É fundamental para a compreensão leitora que o leitor confronte a sua experiência pessoal, os seus sentimentos e conhecimentos, com o que é expresso na obra. É

nesta interação que se dá o encontro do leitor com a narrativa, condição essencial para a compreensão (PROLE, p. 9, 2008).

Vale destacar que o ato de ler e compreender o texto possibilita ao leitor, em nosso caso o aluno, apropriar-se das práticas sociais em um mundo letrado. Saliente-se que a leitura também ajuda a desenvolver a organização das ideias e, conseqüentemente, a exposição oral e escrita de ideias.

Ao mencionar a importância da leitura, não há como não destacar a atuação da escola nesse processo, já que esta figura como o ambiente de práticas ativas para o desenvolvimento da leitura. Além disso, vale dizer que nem todas as famílias apresentam o universo dos livros aos filhos antes de eles iniciarem a vida escolar, o que acentua ainda mais a relevância da escola em fomentar a curiosidade e o desenvolvimento de jovens leitores.

2.2 O primeiro passo: os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa

O ensino de Língua Portuguesa passou uma significativa mudança com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Em verdade, pode-se dizer que os PCN's foram o primeiro passo para se pensar o ensino da língua de forma abrangente, com o intuito de ressignificar a “abordagem prescritiva da linguagem” (FREGONEZI, 1999, p. 82). Nesse sentido, cabe explicar que o documento fomentou uma ruptura em relação às práticas tradicionais quanto ao ensino da linguagem, pregando uma visão contemporânea para fundamentar práticas curriculares para além do “certo” e “errado” da gramática normativa.

Dessa forma, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997/1998) foram disseminados pelo governo com o objetivo de serem a “verdadeira tábua da salvação para o ensino” (FREGONEZI, 1999, p. 83), o que se pode ver, para o período, como uma ilusão, porém, quando visto atualmente, um passo fundamental para possibilitar mudanças significativas no ensino de Português, o que se pode ver, inclusive, por meio da formulação da Base Nacional Comum Curricular (2017). No momento em que se considera a pungente desigualdade social no Brasil e a dimensão deste país, é possível entender que o objetivo do documento foi o de fornecer a todos os professores, especialmente os atuantes em condições desafiadoras e distantes das grandes metrópoles, conteúdo teórico para práticas pedagógicas mais reflexivas, com destaque para a prática de leitura e o uso dos gêneros textuais. Essa tentativa precisa ser

reconhecida, pois, apesar de não ter solucionado os problemas da educação, o documento foi um precursor na mudança.

Os elementos presentes nos PCN's são “ligados à gramática do texto e à gramática do discurso” (FREGONEZI, 1999, p. 84), uma abordagem relacionada à tipologia textual, aos gêneros do discurso, às diferenças entre gêneros textuais, à análise de elementos linguísticos e extralinguísticos, além de abordar a argumentação, os mecanismos discursivos, os mecanismos de coesão, entre outros. Com efeito, as práticas mencionadas no documento preconizam o ensino da gramática não como o conteúdo em si, mas como uma forma de melhorar a produção linguística do estudante, rompendo com o ensino gramatical descontextualizado por meio de classificação de frases soltas que privilegiam a memorização, mas não a compreensão.

De acordo com o documento, há sugestões para a prática de leitura em relação ao que se espera do aluno diante de um texto. Sendo assim, espera-se que o estudante:

- leia, de maneira autônoma, textos de gêneros e temas com os quais tenha construído familiaridade:
- *selecionando procedimentos de leitura adequados a diferentes objetivos e interesses, e a características do gênero e suporte;
- *desenvolvendo sua capacidade de construir um conjunto de expectativas (pressuposições antecipadoras dos sentidos, da forma e da função do texto), apoiando-se em seus conhecimentos prévios sobre gênero, suporte e universo temático, bem como sobre saliências textuais – recursos gráficos, imagens, dados da própria obra (índice, prefácio etc.);
- *confirmando antecipações e inferências realizadas antes e durante a leitura;
- *articulando o maior número possível de índices textuais e contextuais na construção do sentido do texto, de modo a:
 - a)utilizar inferências pragmáticas para dar sentido a expressões que não pertençam a seu repertório linguístico ou estejam empregadas de forma não usual em sua linguagem;
 - b)extrair informações não explicitadas, apoiando-se em deduções;
 - c)estabelecer a progressão temática;
 - d)integrar e sintetizar informações, expressando-as em linguagem própria, oralmente ou por escrito;
 - e)interpretar recursos figurativos tais como: metáforas, metonímias, eufemismos, hipérboles etc.;
- *delimitando um problema levantado durante a leitura e localizando as fontes de informação pertinentes para resolvê-lo ;
- seja receptivo a textos que rompam com seu universo de expectativas, por meio de leituras desafiadoras para sua condição atual, apoiando-se em marcas formais do próprio texto ou em orientações oferecidas pelo professor (PCN, 1998, p. 50).

Percebe-se, a partir dessa disposição, a preocupação do documento em estimular práticas de leitura mais reflexivas a fim de desenvolver a autonomia do alunado na medida em que fornece como os conteúdos podem ser abordados pelo professor. Torna-se, assim, relevante o seguinte trecho “bem como sobre saliências textuais – recursos gráficos, imagens,

dados da própria obra (índice, prefácio etc.)” (PCN, 1988, p. 50), o qual serve de amparo para o que esta dissertação pretende construir como forma de ensino em relação ao estudo dos títulos. O título, embora pouco estudado, pode ser visto como um dado da própria obra que merece atenção, uma vez que fornece o posicionamento do autor sobre o tema do texto, tende a ter um viés criativo, além de ser o primeiro contato do leitor com a obra.

No momento em que os PCN's alertam para o desenvolvimento de práticas de leitura e escrita abrangentes (sem que o estudo prescritivo da língua seja o único enfoque), o documento abre espaço para novas práticas que se fortalecem na BNCC.

Apesar de toda a importância dos parâmetros curriculares, cumpre salientar que eles trouxeram um novo olhar para o ensino, mas não resolveram todos os problemas que o Brasil enfrenta quanto a disparidade educacional não só entre escolas particulares e públicas, mas também entre escolas públicas das grandes metrópoles - com mais acesso à informação e tecnologia - e das áreas mais afastadas e carentes. Sendo assim, resta ao professor, na qualidade de mediador entre o aluno e o conhecimento, ser a ponte que tentará criar o melhor caminho para o encontro desses dois, usando as ferramentas que lhe forem cabíveis diante das adversidades educacionais.

2.3 A BNCC e a leitura

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) traz as características das novas perspectivas de ensino que foram desenvolvidas nos PCN's. Nota-se, portanto, que houve um aprimoramento na forma de abordagem dos conteúdos de Língua Portuguesa, especialmente quanto às práticas de leitura e quanto ao uso dos gêneros textuais nas aulas de português. Nesse sentido, percebe-se certo amadurecimento quando se comparam os dois documentos, porém, algumas críticas precisam ser observadas em relação à BNCC.

Com o advento da tecnologia no ambiente escolar, as possibilidades de ensino a partir do uso de diferentes gêneros textuais - que fazem parte do universo virtual - foram ampliadas. Além disso, a disponibilidade da internet tornou-se uma ferramenta relevante na prática educativa. Destaque-se que a Base Nacional Comum Curricular incorpora de forma excepcional esse recurso (internet) como estratégia no ensino, considerando, em diversas partes do documento, o uso de textos pertencentes às mídias digitais como conteúdos essenciais a serem ensinados no espaço escolar. Contudo, parece utópico acreditar que em

todas as escolas do país haja igualdade de acesso à internet, principalmente à tecnologia (computadores, tablets, data show) de modo a viabilizar o disposto na Base Nacional. Diferentemente dos PCN's, que foram formulados considerando as oscilações econômicas do Brasil, a BNCC não parece ter se atentado a esta realidade.

Nesse aspecto, em dados momentos do texto, percebe-se uma cobrança desproporcional e implícita em relação aos professores, uma vez que estes são responsáveis pelo processo de ensino e aprendizagem, todavia sem os recursos necessários para fazer cumprir todas as inovações trazidas pela BNCC. Vale, ainda, mencionar que o uso da tecnologia é essencial no presente, mas ainda não é uma realidade para todas as camadas da sociedade. Logo, quando um documento formal de ensino não enfrenta as discrepâncias sociais, corre o risco de se tornar só mais um documento educacional, distante do que pode ser colocado em prática por não ser comum a todos os espaços escolares. Dito isso, cabe, avaliar os aspectos trazidos pela BNCC quanto às práticas de leitura e uso dos gêneros textuais.

Dessa forma, a Base Nacional Comum Curricular desenvolveu um eixo específico a respeito de como compreende a leitura e quais as práticas de linguagem que decorrem da relação entre texto, leitor e ouvinte.

O Eixo Leitura compreende as práticas de linguagem que decorrem da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação, sendo exemplos as leituras para: fruição estética de textos e obras literárias; pesquisa e embasamento de trabalhos escolares e acadêmicos; realização de procedimentos; conhecimento, discussão e debate sobre temas sociais relevantes; sustentar a reivindicação de algo no contexto de atuação da vida pública; ter mais conhecimento que permita o desenvolvimento de projetos pessoais, dentre outras possibilidades. Leitura no contexto da BNCC é tomada em um sentido mais amplo, dizendo respeito não somente ao texto escrito, mas também a imagens estáticas (foto, pintura, desenho, esquema, gráfico, diagrama) ou em movimento (filmes, vídeos etc.) e ao som (música), que acompanha e cossignifica em muitos gêneros digitais (BNCC, 2018, p. 73-74).

Nota-se, em relação ao documento, a preocupação de apresentar aos estudantes diversos gêneros textuais – verbais e não verbais –, incluindo os pertencentes ao universo midiático, sempre com o objetivo de fomentar reflexões e debates quanto ao conteúdo textual.

As práticas leitoras destacadas na BNCC contemplam a reflexão como o caminho para debater as transformações ocorridas na sociedade, seja partir do uso do gênero literário ou não. Nesse sentido, Sérgio Roberto Costa explica que:

Ser leitor – também é apropriar-se de um conjunto de capacidades linguísticas e psicológicas (cognitivas e metacognitivas) que, além de relacionar símbolos escritos

a unidades de som, é, principalmente, um processo de construir sentidos e relações ([inter]textualidade) e de interpretar textos diversos, dialogicamente, no sentido bakhtiniano, adentrando o dizer do outro (COSTA, 2008, p. 68).

A Base Nacional, em relação ao Ensino Médio, aponta a leitura como a ferramenta que irá auxiliar os alunos a compreender a realidade e enfrentar novos desafios propostos pela atualidade, especialmente os tecnológicos. Além disso, o documento expressa a necessidade de os jovens serem incentivados a investigar e intervir em problemas e questões sociais anteriores a eles. Infere-se, portanto, que a prática de leitura precisa ser incentivada pela escola, pois constitui o instrumento que possibilita uma atuação cidadã ativa.

A sociedade se organiza em torno da língua, portanto o exercício da cidadania depende do uso desta. Nesse sentido, à medida que o indivíduo domina o conhecimento linguístico, maiores as chances de ele se empoderar socialmente e manter-se engajado com a sua comunidade e cultura.

Para formar esses jovens como sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis, cabe às escolas de Ensino Médio proporcionar experiências e processos que lhes garantam as aprendizagens necessárias para a leitura da realidade, o enfrentamento dos novos desafios da contemporaneidade (sociais, econômicos e ambientais) e a tomada de decisões éticas e fundamentadas. O mundo deve lhes ser apresentado como campo aberto para investigação e intervenção quanto a seus aspectos políticos, sociais, produtivos, ambientais e culturais, de modo que se sintam estimulados a equacionar e resolver questões legadas pelas gerações anteriores – e que se refletem nos contextos atuais –, abrindo-se criativamente para o novo (BNCC, 2018, p. 463).

Nesse contexto, é importante destacar o conceito de letramento visto que essa compreensão pode auxiliar o professor a identificar e basilar o nível de interpretação e entendimento textual dos seus alunos, o que também corresponde a uma tentativa de ampliar a participação desses jovens na sociedade. A partir dessa detecção, o profissional poderá formular atividades que ajudem os estudantes a avançar na prática de leitura e interpretação.

O letramento deve ser “considerado como um conjunto abrangente de conhecimentos, habilidades e estratégias que os indivíduos constroem em diversas situações (...) o que ultrapassa o espaço escolar e ocorre ao longo de toda a vida” (ABREU, 2012, p. 234). Dessa forma, pode-se concluir que o letramento envolve a compreensão, utilização e reflexão a respeito de textos verbais e não verbais, a partir do conhecimento prévio do leitor e da sua capacidade de assimilação do conteúdo a que foi exposto (ABREU, 2012, p. 235).

Afirma-se, então, que o letramento é uma consequência das práticas de escrita e leitura desenvolvidas no espaço escolar. Com o objetivo de assegurar a capacidade leitora dos

estudantes, bem como priorizar práticas de interpretação de texto, reflexão, debates que fomentem a curiosidade e a formação crítica do alunado.

Existem cinco processos fundamentais para que o aluno compreenda globalmente o texto e consiga, a partir da leitura, construir novos saberes. Esses elementos podem ser vistos como estratégias que corroboram o processo de entendimento do texto pelo leitor, são eles: “Localizar informações em diferentes textos; Construir uma compreensão global do texto; Relacionar informações; Criar hipóteses; Avaliar criticamente.” (ABREU, 2012, p. 236)

A *Organization for Economic Co-operation and Development* (OECD) estabelece que o aluno proficiente em leitura consegue fazer “relações e concepções dentro do texto (inter-texto) e fora do texto (extra-texto)” (ABREU, 2012, p. 236). Essa acepção é extremamente importante para esta pesquisa porque os gêneros escolhidos apresentam elementos intertextuais que irão demandar do leitor conhecimento de mundo. Dessa forma, esse é mais um fator que reforça a importância da leitura como fonte de enriquecimento cultural dos estudantes.

Conforme estabelecido pela OECD, na área de linguagem, existem cinco níveis de leitura. De acordo com Maria Teresa Tedesco V. Abreu (2012, p.237), “os níveis coexistem no processamento de leitura”, destacando ainda que “é preciso que o professor(a) tenha consciência que se constitui fundamental importância uma abordagem textual que percorra todos os níveis de letramento”:

Nível 1

No processo de letramento em leitura mais elementar, o leitor deve localizar informações isoladas, explícitas no texto, sem o auxílio de informação concorrente. Deve reconhecer o tema principal, bem como o objetivo de um texto. Espera-se que seja capaz dessa localização em tema que lhes seja familiar. Por isso, o leitor deve poder relacionar, de maneira simples, informações do texto com conhecimentos de seu cotidiano.

Nível 2

O leitor, nesse nível de letramento, já é capaz de lidar com informações concorrentes e de localizar fragmentos de informação, que podem demandar critérios múltiplos de associação interparágrafos, predominantemente. Identifica a ideia principal do texto, compreendendo as relações entre as informações apresentadas. É capaz de explicar o significado de um trecho limitado do texto, quando a informação não está evidente, sendo necessário fazer inferências de baixa complexidade. É capaz de comparar informações do texto com conhecimentos externos, de ordem formal ou informal, explicitando características do texto.

Nível 3

Espera-se que o leitor seja capaz de localizar fragmentos de informação e estabelecer relação entre estes. Deve ser capaz de lidar com informações evidentes concorrentes. O leitor deve integrar partes diversas de um texto com intuito de identificar a ideia principal, compreender uma relação ou explicar o significado de partes (palavras ou frases) do texto. Deve, também valer-se de processos de

manipulação das informações disponíveis, como a comparação, contraposição ou categorização, no intuito de compreender o texto de forma abrangente, fazendo conexões ou comparações, sendo capaz de explicar as informações inclusive implícitas de um texto.

Nível 4

Espera-se que o leitor já seja capaz de utilizar um alto nível de inferência, baseada no texto, para compreender e aplicar categorias em um contexto desconhecido e para explicar o significado de partes do texto, mas considerando-o como um todo. Consegue lidar com ideias ambíguas. Utiliza conhecimentos formais ou públicos para formular hipóteses sobre um texto ou avaliá-lo criticamente.

Nível 5

No quinto nível de letramento, o leitor já deve ser capaz de combinar fragmentos de informações profundamente inseridas, podendo algumas estar fora do corpo principal do texto. O leitor compreende e explica o significado dos recursos linguísticos utilizados, demonstrando compreensão plena e detalhada de um texto. Deve estar apto a avaliar criticamente ou formular hipóteses, recorrendo a conhecimentos especializados. Deve estar apto, também a ter autonomia leitora, buscando estratégias inéditas que possibilitem sua constante atualização e aperfeiçoamento em sua proficiência leitora (ABREU, 2012, p. 237-238).

A partir desse conhecimento, cabe ao professor elaborar atividades que estimulem e desenvolvam os níveis de letramento dos alunos. Nesta dissertação, pretende-se, portanto, vincular a escolha do título de uma obra ao conteúdo textual de forma a extrair do aluno saberes prévios à leitura a partir de atividades que explorem o conhecimento de mundo deles e os façam aprimorar os níveis de letramento.

2.4 A leitura na sala de aula

Inicialmente, cabe destacar que a leitura não pode ser considerada só mais uma atividade escolar. Corroborando a fala de Isabel Solé (2014, p. 123), o aluno precisa se sentir motivado antes de ler e essa motivação pode surgir em razão da escolha do que será lido. É importante que o professor opte por temas que desafiem os estudantes e agucem a curiosidade a partir de assuntos que fazem parte do universo deles. Solé (2014) aponta a importância da “familiaridade” dos alunos em relação ao texto. Sendo assim, considerar o conhecimento prévio dos estudantes é um dos passos iniciais para que se busque o sucesso nas atividades de leitura.

No decorrer dessas atividades, o professor deve oferecer a ajuda necessária para que os alunos construam significado diante do texto, sem que haja necessidade de o mestre interpretar o que foi lido, afinal, essa etapa do processo caberá aos jovens leitores.

Existem várias situações de leitura; uma delas é oralização dos textos a partir de discussão e debate entre os alunos, o que é privilegiado na BNCC já que incorpora diferentes modalidades do uso da língua: fala, escrita, compreensão textual e expressão oral e interação.

Retomando Isabel Solé (2014), a motivação dos alunos está ligada também às relações afetivas que constroem, ou seja, aos vínculos que criam com os professores e à percepção que têm destes, o que se pode chamar também de admiração. Quando os estudantes admiram os professores e estes mostram o quanto desfrutam da leitura, há grandes chances de eles incentivarem, ainda que de forma inconsciente, os alunos.

Cabe a reflexão: um professor que destaca a importância da leitura durante as aulas, mas que não lê, terá dificuldade em indicar livros. Por sua vez, professores que têm o hábito da leitura e apresentam os livros de que gostam aos alunos, conseguem fomentar o interesse nos jovens pelo simples fato de instigarem a curiosidade dos estudantes. Os alunos costumam fazer mais o que veem do que o que lhes dizem para fazer; portanto, não basta dizer que “ler é ótimo” se o professor não mostra na prática a sua vida leitora. Conforme explica a pedagoga e mestre em Educação Juliana Côrrea, “o aluno só aprende a ler, se tiver um professor que saiba ler, que lhe sirva como modelo, que leia para ele. O momento de leitura é um momento de fruição, de prazer” (CÔRREA, 2012, p. 157).

Enxergando a leitura como uma prática social e o espaço escolar como o lugar em que a ação deve ser consolidada, cabe dizer que existem estratégias de leitura que devem ser adotadas para ajudar o aluno na compreensão do texto. Sabe-se, nesse processo de aprendizagem, que o professor figura como o mediador do conhecimento. De acordo com Linz (2003, *Apud* CÔRREA, 2012, p. 160), ocorre o “processo de andaimes” na construção do conhecimento, ou seja, “eleva o conhecimento do aprendiz do nível desenvolvimento real até o nível de desenvolvimento potencial”. Antunes (2001, *apud* CÔRREA, 2012, p. 160) destaca esse processo como a Zona de Desenvolvimento Proximal e a define “como a distância entre o nível de resolução de uma tarefa que uma pessoa pode alcançar com a ajuda de outra pessoa (pai, professor, colega, etc.) mais experiente nessa tarefa.”

Nesse sentido, a atuação do professor é como a de um guia que deve conduzir o aluno ao conhecimento e incentivar a prática de leitura por meio de atividades planejadas para que ele ultrapasse os níveis de letramento e consiga, por si só, tornar-se um leitor proficiente. Isabel Solé (2014) destaca as seguintes estratégias de leitura: o desafio e a definição dos objetivos.

Como desafio, pode-se falar do incentivo que o professor deve dar aos estudantes para que estes se sintam estimulados a conhecer novos conteúdos. Trata-se de instigar a curiosidade dos estudantes e, a partir disso, conduzi-los a novos saberes.

Como definição dos objetivos, tem-se a finalidade da leitura. O aluno precisa entender e saber o porquê de ler determinado texto, ou seja, os objetivos da leitura. Juliana Corrêa destaca alguns, quais sejam:

Ler para: a) Obter uma informação precisa; b) Seguir instruções; c) Obter uma informação de caráter geral; d) Aprender; e) Para revisar um escrito próprio. f) Por prazer; g) Comunicar um texto a um auditório; h) Praticar a leitura em voz alta; i) Verificar o que se compreendeu. Assim, os alunos terão contato com a linguagem escrita, por meio de variados textos que lhes oportunizem o gosto e o prazer de ler; precisam ser estimulados desde as séries iniciais. O professor deve ser o principal agente incentivador do contato dos alunos com o livro (SOLÉ, 2014, *Apud* CÔRREA, 2012, p. 161).

A partir dessas estratégias, tem-se um caminho a ser trilhado para que a prática de leitura extrapole as paredes da sala de aula e incentive o aluno a buscar a sua “identidade leitora”, que pode ser definida como suas preferências de gênero e de autor, por exemplo. É importante, ainda, que o estudante conheça as prerrogativas do leitor e entenda que ninguém é obrigado a gostar de todos os livros, porém, antes de chegar a essa conclusão, é preciso “experimentar” um pouco de todos eles.

2.5 Expectativa do professor e do aluno

Outro ponto que merece destaque é o desequilíbrio entre a expectativa dos professores e dos alunos, o que leva a um questionamento: será que os alunos só leem o que os professores querem ou gostariam que eles lessem?

Essa é uma das perguntas que costuma afligir os professores, ainda mais com o aprimoramento da tecnologia e o crescimento das redes sociais. O grande desafio é aceitar que nem sempre, por conta própria, os alunos buscarão os clássicos literários ou o gênero de leitura que os professores acreditam ser edificantes.

Assim, aproveita-se o espaço para tecer uma consideração ao que se tem como ideal de leitura. Percebe-se que os jovens, aparentam ter receio de compartilhar com os professores

o que gostam de ler por medo de julgamentos a respeito do que é “bom” ou “ruim”, quando, na verdade, esse ideal de “valoração” só afasta os alunos dos livros.

Se, por exemplo, o professor deseja que o aluno mergulhe na leitura dos clássicos literários, o que acredito ser essencial, ele também precisa estar pronto para conhecer e mergulhar na leitura que agrada aos seus alunos, pois, a partir dessa conexão, promovida pela troca de conhecimentos, ambos sentir-se-ão confortáveis para avançar em novas descobertas.

É importante desmistificar a ideia de que apenas um tipo de leitura é válido. Esse conhecimento é o que aproximará o aluno e o professor, criando um vínculo que será fortalecido pelas ideias em comum.

A partir de tais atitudes, o professor tem a possibilidade de criar uma comunidade leitora dentro da sala de aula, fomentando a troca de saberes entre os alunos e ele, bem como entre os próprios estudantes, o que pode ser visto como um engajamento cultural e de práticas ativas de leitura.

Sim, os jovens estão lendo quando lhes damos possibilidades de que isto aconteça. Sugiro trocarmos a ficha. Há um tom de censura ou de lamúria na velha “os jovens de hoje não leem”, como se fosse culpa deles ou do celular. Mas todos sabemos que a culpa, se de culpa se trata, tem outro endereço (COLASSANTI, 2019, sem página).

À medida que os jovens tiverem oportunidade de descobrir o prazer da leitura, mais atraídos para este universo se sentirão; contudo, para que isso ocorra, os mentores desse processo (os professores) precisarão, cada vez mais, despir-se de julgamentos prévios.

A tecnologia também mudou o formato da leitura, pois agora se tem a leitura digital, por meio de *tablets*, *kindles*, espaços *online* de debates, um universo que não pode ser desprezado ou ignorado pela escola, conforme atesta o sucesso dos *booktubers* e *bookvlogs*.

Nesse sentido, a expectativa do aluno também contempla o meio digital como um espaço de leitura, e a escola não pode se omitir diante desse avanço porque faz parte do universo em que os estudantes são os protagonistas. Dessa forma, quando se fala no gênero jornalístico, um dos *corpora* da presente pesquisa, deve-se pensar na dupla possibilidade de leitura: versão física e versão digital.

Essas possibilidades facilitam ainda mais o uso do jornal na sala de aula, além de permitir que o estudante decida qual mais lhe agrada e o aproxima da leitura.

3 GÊNEROS TEXTUAIS

O estudo de gêneros está intimamente ligado às pesquisas e às teorias desenvolvidas por Mikhail Bakhtin ([1979]1997), que entendia a linguagem como o elemento que possibilita ao homem o papel de destaque nas relações e interações sociais. A partir de seus estudos, o filósofo formulou também conceitos a respeito da enunciação, polifonia e dialogismo. Tais concepções são importantes para que, mais à frente, seja compreendido o estudo dos gêneros.

Embora o autor citado não seja o precursor em relação ao uso do tema gênero, feito que se atribui a Aristóteles, na obra *Poética*, ao enumerar os gêneros retóricos (deliberativo, forense e demonstrativo) (ROJO, 2008), Bakhtin traz importantes contribuições ao desenvolver o conceito de gênero do discurso, algo que hoje é amplamente estudado já que serve de base para novos aprofundamentos textuais.

De acordo com Bakhtin ([1979] 1997), toda fala é perpassada por outras falas, ou seja, a nossa voz é a voz do outro também, o que faz com que os enunciados sejam constituídos a partir de outros enunciados. Assim, ele constrói o conceito de dialogismo – que ocorre sempre entre discursos. Destaca-se, portanto, que a participação do sujeito na comunicação não reflete somente a transmissão de informação; trata-se de uma interação verbal ou não verbal. É interessante notar que, por meio dessa interlocução, pode-se compreender a polifonia e da intertextualidade; esta será analisada mais à frente.

Depreende-se da concepção bakhtiniana que todo enunciado é, na verdade, um intertexto, o qual dialoga com os conhecimentos prévios do enunciador e do enunciatário.

A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão (BAKHTIN, 1999, p. 132).

De acordo com PIRES (2010, p. 66), o discurso é sempre construído a partir de outros discursos, ou seja, “todo texto é composto de várias vozes que, na polifonia, têm de ser equipolentes”. Isso significa dizer que a polifonia está presente em toda enunciação, bem como todo discurso é formado por vários discursos; sendo assim só “compreendemos enunciados quando reagimos às palavras que despertam em nós ressonâncias ideológicas e/ou concernentes à nossa vida” (PIRES, 2010, p. 66).

No que diz respeito ao conceito de enunciação, visto pelo autor como o produto da interação social, pode-se dizer que se trata da “realização da atividade mental norteadas por uma orientação social mais ampla” (DIAS, 2011, p. 144). O sentido (tema) e a significação constituem a enunciação. Esta representa a linguagem denotativa, porque representa o sentido literal (dicionarizado) das palavras, enquanto aquela é determinada no momento da enunciação e estabelece relação entre os interlocutores. Conclui-se, então, que a significação poderá ser a mesma, independente da situação comunicativa, todavia o sentido será sempre único, afinal, “cada interação ocorre em um momento histórico, em um contexto diverso” (DIAS, 2011, p. 145). Importante ainda destacar a “memória discursiva”, isto é, o enunciador se vale de enunciados anteriores para formular seu discurso, algo que ocorre, muitas vezes, de forma inconsciente.

Dito isso, é possível apresentar o conceito de Bakhtin acerca do gênero discursivo. Por considerar a enunciação como fruto da interação social, o teórico caracteriza os gêneros pelos seus conteúdos temáticos, pelo estilo e pela construção composicional, destacando que eles são relativamente estáveis, afinal, eles derivam da interação social, a qual está em constante evolução. Sendo assim, pode-se afirmar que os gêneros do discurso possuem uma função social, uma vez que se realizam para propiciar a interação.

O conteúdo temático do gênero é o objeto do discurso; o estilo diz respeito às escolhas do enunciador quanto ao vocabulário, à gramática, às estruturas frasais; por fim, a construção composicional está associada à estrutura e possível padronização do gênero.

A comunicação engloba a utilização de gêneros textuais, como é possível observar, eles fazem parte da rotina dos indivíduos, o que evidencia a importância do estudo deles nas aulas de linguagem, especialmente de Português.

Destaca-se que é a partir do texto para abordar conceitos gramaticais é o que se espera do professor na atualidade, sendo essa uma visão que ressignifica as aulas porque mostra uma percepção prática para o estudante: ele observa a estrutura de determinado texto, lê, explora e debate sobre o conteúdo, e depois analisa as estruturas gramaticais. Esse trabalho feito em grupo e com a mediação do professor resulta em uma aprendizagem mais concreta já que o aluno enxerga a aplicabilidade dos conceitos teóricos.

Dessa forma, com a publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), várias alterações foram trazidas em relação, por exemplo, ao ensino da Língua Portuguesa, atualmente integrante da área de Linguagens. Essas mudanças priorizaram consideravelmente o uso dos gêneros textuais como ponto de partida para o ensino do português. Cabe destacar que, no final dos anos 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais

(PCN) já haviam considerado o ensino da língua centrado nos gêneros textuais; o que a BNCC fez foi detalhar a prática a partir dessa concepção.

Os Parâmetros Curriculares do Ensino Fundamental Anos Finais destacavam que era “necessário contemplar, nas atividades de ensino, a diversidade de textos e gêneros, e não apenas em função de sua relevância social, mas também pelo fato de que textos pertencentes a diferentes gêneros são organizados de diferentes formas” (PCN, 1998, p. 23). Assim, corroboraram os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) ao afirmarem que o “estudo dos gêneros discursivos e dos modos como se articulam proporciona uma visão ampla das possibilidades de usos da linguagem, incluindo-se aí o texto literário” (PCNEM, 2000, p.8).

Nesse sentido, a BNCC evidencia a importância do uso de diferentes gêneros como o ponto de partida para transmissão do conteúdo. Nesse sentido, o documento prestigia o ensino de português como uma forma de os estudantes ampliarem o contato com conteúdos que fazem parte do seu cotidiano, o objetivo principal é ampliar o contato dos alunos “com gêneros textuais relacionados a vários campos de atuação e a várias disciplinas, partindo-se de práticas de linguagem já vivenciadas pelos jovens (...), em direção a novas experiências” (BNCC, 2018, p. 136)

A partir dessa passagem, nota-se a importância dada pela BNCC às práticas de leitura nas aulas de Linguagens, considerando-a como um elemento importante no desenvolvimento cognitivo dos alunos. Vale dizer que o documento pontua a necessidade de que o estudante aprenda não só a interpretar o que lê, mas também a conhecer a estrutura do texto e o que o faz produzir determinado sentido:

Cabe ao Ensino Médio aprofundar a análise sobre as linguagens e seus funcionamentos, intensificando a perspectiva analítica e crítica da leitura, escuta e produção de textos verbais e multissemióticos, e alargar as referências estéticas, éticas e políticas que cercam a produção e recepção de discursos (BNCC, 2018, p. 498).

A partir da leitura dos documentos oficiais, infere-se que houve uma consolidação das práticas educativas nas aulas de português a fim de desconsiderar o ensino da língua como algo isolado e fora do cotidiano dos estudantes. Nesse sentido, quando o professor se vale de diferentes textos para ensinar, ele mostra para o aluno a aplicabilidade da teoria. Tal processo torna a aprendizagem mais tangível e dinâmica uma vez que o educando enxerga funcionalidade daquilo que aprende.

Utilizar os gêneros textuais nas aulas, portanto, é uma forma de dinamizar a aprendizagem, promover a leitura, o debate, a reflexão e, claro, fomentar a criatividade. Contudo, é necessário tecer uma crítica para demonstrar a preocupação de alguns estudiosos em relação ao uso repetitivo dos gêneros textuais nas aulas de português. Cabe destacar que o ensino a partir de textos precisa de um “porquê”, ou seja, não se trata de mera liberalidade, pois a escolha precisa ser pertinente e estar em consonância com a proposta pedagógica da aula. Um exemplo disso seria utilizar uma notícia para abordar o uso de verbos no modo subjuntivo, ou seja, o texto como simples pretexto para apresentar um fato gramatical.

Sendo assim, o que se pretende é evidenciar que o uso dos gêneros textuais estão cada dia mais presentes nas salas de aula como o ponto de partida para o ensino de língua portuguesa, algo essencial para mostrar diferentes perspectivas do uso da linguagem ao estudante e fazê-lo refletir a respeito. Além disso, também possibilita o desenvolvimento de outras habilidades como a prática de leitura e de debates a respeito do conteúdo textual, nessa última situação, tem-se o aprimoramento da comunicação oral.

Para esta pesquisa, todos os aspectos acima foram utilizados no processo de seleção do *corpus*, a fim de que a escolha dos textos pudesse cumprir com uma proposta de ensino ampla que primasse por:

- a) promover a reflexão dos alunos a respeito da ligação entre o título do texto e seu possível conteúdo – etapa pré-leitura;
- b) Desenvolver a prática de leitura coletiva nas aulas de português e de redação;
- c) Realizar debates a respeito do conteúdo textual;
- d) Discutir a conexão entre o título e o conteúdo da obra;
- e) Levantar e justificar recursos estilísticos empregados na criação do título.

Sendo assim, nota-se a preocupação de utilizar o texto com intuito de esmiuçar cada detalhe com o propósito de desenvolver nos estudantes competências e habilidades contempladas pela BNCC.

3.1 O uso dos gêneros textuais

Bakhtin (1997) afirma que existem duas esferas de linguagem: gêneros primários e gêneros secundários. Os primeiros pertencem às situações comunicativas cotidianas, os segundos referem-se às comunicações construídas – grupo em que estão alocados os gêneros

jornalísticos. No tocante ao segundo conjunto, Marcia Benetti explica que os “gêneros secundários são vistos a partir de uma inscrição histórica, social e cultural, pois os sujeitos do discurso existem em um determinado tempo e lugar — e é somente aí que podem enunciar e interpretar” (BENETTI, 2008, p. 16).

Ciente de que os domínios jornalísticos são classificados como gêneros próprios, convém destacar o posicionamento do professor José Marques Melo – jornalista e pesquisador – a respeito da temática:

classificar gêneros jornalísticos é o maior desafio do jornalismo, como campo do conhecimento, é, sem dúvida, a configuração da sua identidade enquanto objeto científico e o alcance da autonomia jornalística que passa inevitavelmente pela sistematização dos processos sociais inerentes à captação, registro e difusão da informação da atualidade, ou seja, do seu discurso manifesto. Dos escritos, sons e imagens que representam e reproduzem a atualidade, tornando-se indiretamente perceptível (MELO, 1985, *apud* MEDINA, 2001, p. 47).

Destaca-se que “os gêneros jornalísticos são formas que os jornalistas buscam para se expressar” (MEDINA, 2001, p. 47), sendo o foco da mensagem o teor informacional e não a questão estética. Medina afirmar ainda que o gênero jornalístico tem como base a notícia, o que se tornou evidente e foi consolidado a partir do século XIX. Há entre o leitor e a notícia um plano subjetivo evidenciado pela confiança em relação à realidade:

O acontecimento constitui o referente de que se fala. Lemos a notícia acreditando que elas são um índice do real; lemos as notícias acreditando que os profissionais do campo jornalístico não irão transgredir a fronteira que separa o real da ficção. E é a existência de um “acordo de cavalheiros” entre jornalistas e leitores pelo respeito dessa fronteira que torna possível a leitura das notícias enquanto índice do real (RODRIGUES, 1988, *apud* MEDINA, 2001, p. 48).

Com o passar do tempo, o gênero jornalístico foi ampliado, o que permite afirmar que “existem muitos gêneros nos meios de comunicação de massa. Esse número depende da complexidade e diversidade da sociedade” (MEDINA, 2001, p. 49). Nesse sentido, José Marques Melo (1985) propôs uma classificação para os gêneros jornalísticos brasileiros – a qual será adotada nesta pesquisa. Melo formula dois critérios para classificação dos gêneros: em primeiro lugar ocorre a divisão entre os gêneros de reprodução real e de leitura do real; em segundo a identificação a partir da estrutura textual (Melo, 1985, *apud* MEDINA, 2001, p. 50).

Obedecendo ao primeiro critério, encontram-se:

- a) Gêneros de reprodução real: por meio deles há a comunicação dos fatos, das notícias; denomina-se “jornalismo informativo”;
- b) Gêneros de leitura real: nesse caso, tem-se o jornalismo opinativo. Há análise da realidade e a avaliação desta por meio da construção da argumentação.

Quando ao segundo critério, tem-se que: engloba análise da estrutura textual, análise semiótica e a articulação entre o real, o relato e a leitura. Surgiram assim duas categorias:

- a) Gêneros informativos: nota, notícia, reportagem e entrevista;
- b) Gêneros opinativos: editorial, comentário, artigo, resenha e resenha crítica, coluna, crônica, caricatura e carta.

Jorge Medina (2001), a partir da criação de Melo (1985), formula uma categorização mais ampla para os gêneros e os divide em quatro grupos: de informação, de interpretação, de opinião e de entretenimento. Além disso, ele também formula uma proposta de descrição dos gêneros pertencentes ao meio jornalístico. A respeito dessa organização, ele afirma que

Essa divisão serve para identificarmos como os fatos jornalísticos são processados, servindo como uma ferramenta inquestionável para que os leitores se orientem na procura das informações desejadas, pois, quando lemos um editorial, por exemplo, devemos ter consciência de que estamos recebendo um ponto de vista da empresa jornalística, o mesmo acontecendo com um artigo ou uma crônica. Entretanto os jornais, além de serem canais eficientes para transmissão de informação, servem também como prestadores de serviços, como suportes para publicidade e propaganda, entre outras utilidades; a fim de orientar os leitores para essa multiplicidade de utilidade que os órgãos de comunicação possuem, propor aqui um novo rearranjo para os gêneros jornalísticos (MEDINA, 2001, p. 51).

Nesse sentido, Medina diverge, em parte, da divisão feita por Melo, pois considera um mito a imparcialidade jornalística, ampliando, assim, as categorias quanto à análise dos gêneros jornalísticos. Para corroborar seu posicionamento, cita Fiorin:

A finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas é de persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Por isso, o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite (FIORIN, 2000, *apud* MEDINA, 2001, p. 51).

De acordo com Medina (2001, p. 51), tem-se a seguinte classificação de gêneros jornalísticos:

Gêneros jornalísticos	
Gêneros informativos	Nota, notícia, reportagem, entrevista, título e chamada.

Gêneros opinativos	Editorial, comentário, artigo, resenha ou crítica, coluna, carta, crônica.
Gêneros utilitários	Roteiro, obituário, indicadores, campanhas, “ombudsman”, educacional (testes e apostilas).
Gêneros ilustrativos/visuais	Gráficos, tabelas, quadros demonstrativos, ilustrações, caricatura e fotografia.
Gênero propagandístico	Comercial, institucional e legal.
Gêneros do entretenimento	Passatempos, jogos, história em quadrinhos, folhetins, palavras cruzadas, contos, poesia, charadas, horóscopo, dama, xadrez e novelas.

Vale destacar, ainda, a importância dos gêneros jornalísticos sob a ótica dos documentos oficiais da educação, como a BNCC e os Parâmetros Curriculares Nacionais.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Médio (2000), já era possível perceber o destaque quanto ao uso do gênero jornalístico nas aulas de português:

Os gêneros discursivos cada vez mais flexíveis no mundo moderno nos dizem sobre a natureza social da língua. Por exemplo, o texto literário se desdobra em inúmeras formas; **o texto jornalístico e a propaganda manifestam variedades, inclusive visuais**; os textos orais coloquiais e formais se aproximam da escrita; as variantes linguísticas são marcadas pelo gênero, pela profissão, camada social, idade, região (PCNEM, 2000, p.21 – grifo nosso).

Nota-se, de longa data, a preocupação com o ensino contextualizado da Língua Portuguesa, algo que vem se concretizando, ainda que não plenamente, após as diretrizes dadas pela BNCC (2018). Conforme expressa o documento, em relação aos anos finais do Ensino Fundamental:

Aprofunda-se, nessa etapa, o tratamento dos gêneros que circulam na esfera pública, nos campos jornalístico-midiático e de atuação na vida pública. No primeiro campo, **os gêneros jornalísticos – informativos** e opinativos – e os publicitários são privilegiados, **com foco em estratégias linguístico-discursivas e semióticas voltadas para a argumentação e persuasão** (BNCC, 2018, p. 136 – grifo nosso).

Percebe-se, mais uma vez, o destaque dado pelos documentos oficiais de educação aos gêneros discursivos jornalísticos e também aos publicitários, o que também foi reforçado na BNCC do Ensino Médio:

No Ensino Médio, enfatiza-se ainda mais a análise dos interesses que movem o campo jornalístico-midiático e do significado e das implicações do direito à comunicação e sua vinculação com o direito à informação e à liberdade de imprensa (BNCC, 2018, p. 503).

A relevância dada pela BNCC aos gêneros jornalísticos e publicitários justifica a escolha do *corpus* desta Dissertação.

3.2 Os gêneros jornalísticos e publicitários

O *corpus* da pesquisa divide-se entre: notícia, crônica, artigo de opinião, editorial e propaganda. Uma breve descrição a respeito dos gêneros selecionados:

a) Notícia

Trata-se de um gênero textual com valor informativo e tipo textual predominantemente narrativo. A notícia deve ser imparcial, ter uma linguagem formal. É composta por título principal, título auxiliar, lide (primeira parte da notícia) e corpo da notícia. De acordo com Nilson Lage, pode-se dizer que notícia é “o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; e de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante” (LAGE, 2003, p. 16). Para Van Dijk (1996), essa característica do gênero retrata a “estrutura de relevância” da notícia, pois compreende à mensagem mais importante a ser transmitida. Nesse sentido, pode-se pensar na importância do título para a captação de atenção do leitor, especialmente os que estão dispostos na capa do jornal.

Outrossim, as notícias se estruturam com a manchete, um lead, o episódio e os comentários, conforme explica Maria Helena Pereira:

A manchete é a primeira delas, pois todos os gêneros noticiosos são encabeçados por uma manchete. Elas são grandes e em tipo negrito. O lead é o primeiro parágrafo da notícia em jornalismo impresso. É o relato do fato principal de uma série, o que é mais importante ou mais interessante. Ainda quanto ao lead, Van Dijk observou que se trata de uma categoria opcional, porque muitos jornais não apresentaram um lead separado, marcado, que recobre (assim como a manchete) as várias colunas, caso haja mais de uma. Tais regras de “expressão” podem ser ligeiramente diferentes para cada cultura ou cada jornal. Portanto, vê-se que Van Dijk assume que há um esquema fixo, convencional, que consiste em categorias típicas (pelo menos em parte) do discurso da notícia (PEREIRA, 2015, p. 5).

Outras duas características apontadas quanto à notícia são: a linguagem peculiar e a tentativa de imparcialidade (PEREIRA, 2015, p. 6). Para ilustrar a afirmação a respeito do uso da linguagem, pode-se citar o exemplo do Jornal Folha de São Paulo visto que a edição formulou um manual de redação e estilo com a finalidade de uniformizar a escrita do jornal,

trazendo instruções que a equipe julga como indispensáveis para um texto jornalístico, além de destacar normas internas e gramaticais (PEREIRA, 2015, p. 6).

Pode-se, ainda, mencionar que a notícia é um texto multimodal porquanto “é construído pela combinação de recursos de escrita, som, imagens, gestos, movimentos, expressões faciais” (DIONÍSIO; VASCONCELOS, 2013, p. 21). Essa característica do gênero jornalístico possibilita o multiletramento dos educandos. Para Dionísio (2014), multiletrar significa “buscar desenvolver cognitivamente nossos alunos, uma vez que nossa competência genérica se constrói e se atualiza através das linguagens que permeiam nossas formas de produzir textos.” (DIONÍSIO, 2014, p. 41).

Ademais, a notícia é um gênero textual de fácil acesso e utilização na sala de aula, o que facilita a prática educativa por meio dela, além de enriquecer o ensino e as ações reflexivas. Nesse sentido, a finalidade é promover práticas de leitura e de escrita que ajudem os estudantes a entender o que leem, bem como percebam a realidade que os cercam. Aludindo, portanto, a Paulo Freire, cabe destacar que “Não basta saber ler que 'Eva viu a uva'. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho” (GADOTTI, 1996, p. 70). O uso das notícias está também voltado para a realidade social do educando, o que não pode ser relativizado.

b) Crônica

Aborda aspectos do cotidiano com uma linguagem mais informal. São textos curtos, de fácil entendimento, análise crítica e humorada de aspectos triviais da vida. Tem um tipo textual narrativo predominante. Convém, neste tópico, esclarecer que a crônica é um gênero híbrido na medida em que se divide entre jornalística e literária. Ademais, cumpre destacar que não será aprofundada a distinção entre os dois tipos de crônica, apenas pretende-se anunciar que existem diferenças na conceituação das duas formas, embora tenham a mesma origem: os folhetins.

Normalmente publicada em jornais e revistas, a crônica fica entre a morte simbólica do jornal no fim do dia, com as informações velhas, e a permanência como texto literário, proporcionada com a publicação em livro (RAMOS, 2012, p. 1).

Uma análise histórica do gênero aponta que sua consolidação se deu por meio da evolução dos folhetins (séc. XIX) e, em sua vertente literária, a partir das transformações ocorridas na literatura na segunda metade do mesmo século.

A crônica, segundo Antônio Candido “está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas” (CANDIDO, 1979-80, p. 5). Isso significa dizer que este gênero, com toda a sua simplicidade e singularidade, dispõe-se a provocar no leitor uma reflexão a respeito do cotidiano.

Nesse sentido, em sua forma literária, de acordo com Afrânio Coutinho (1997), esta modalidade de crônica, apresenta uma estrutura narrativa com função poética predominante:

Elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural. Na sua despreensão, humaniza; e esta humanização lhe permite, como compensação sorradeira, recuperar com a outra mão uma certa profundidade de significado e um certo acabamento de forma, que de repente podem fazer dela uma inesperada embora discreta candidata à perfeição (CANDIDO, 1997, p. 6).

Quanto a crônica jornalística, considerando que a origem da crônica está nos folhetins, espaço destinado ao entretenimento do leitor, notam-se características como o uso da linguagem coloquial, o aspecto cronológico, a narrativa que ilustra o cotidiano. Conforme pontua Antônio Cândido:

Mantém o ar despreocupado, de quem está falando coisas sem maior consequência; e, no entanto, não apenas entram fundo no significado dos atos e sentimentos do homem, mas podem levar longe a crítica social. (...) É importante insistir no papel da simplicidade, brevidade e graça próprias da crônica. (...) Na verdade, aprende-se muito quando se diverte, e aqueles traços constitutivos da crônica são um veículo privilegiado para mostrar de modo persuasivo muita coisa que, divertindo, atrai, inspira e faz amadurecer a nossa visão das coisas (CANDIDO, 1997, p. 8-10).

Sendo assim, é válido esclarecer que as crônicas utilizadas no *corpus* da pesquisa pertencem ao domínio jornalístico.

c) Artigo de opinião

Trata-se de um gênero textual que evidencia a opinião do autor, o tipo textual predominante é argumentativo. Elucida, em geral, problemas comuns do cotidiano, apresenta o ponto de vista do autor e utiliza a linguagem formal. Traz fatos de relevância social e promove um debate com os leitores.

O gênero textual “artigo de opinião” desempenha importante papel na sociedade, pois é um meio de interação entre o autor e os leitores de jornais e revistas impressas e de circulação online (BOFF; KÖCH; MARINELLO, 2009, p. 1).

O artigo de opinião, por ser argumentativo, tende a expor a opinião do autor a respeito de um tema comumente de grande alcance social. Nesse sentido, destaca-se que, apesar de nem sempre o articulista ser *expert* no assunto abordado, na maioria das vezes ele tem o conhecimento aprofundado no tema, de modo que consegue se valer de uma argumentação concessiva para expor as duas faces de uma mesma questão.

BOFF, KÖCH e MARINELLO esclarecem que no artigo de opinião busca-se “convencer o outro sobre determinada ideia, influenciando-o e transformando seus valores por meio da argumentação a favor de uma posição, e de refutação de possíveis opiniões divergentes” (2009, p. 3). A argumentação, portanto, tem o intuito de fomentar a adesão do leitor em relação à tese defendida no artigo. As autoras mencionadas também apontam que:

As características do contexto de produção (enunciador, assunto, finalidade comunicativa) determinam a configuração do artigo de opinião. Normalmente, esse gênero situa-se na seção destinada à emissão de opiniões, e sua publicação tem certa periodicidade (semanal, mensal, quinzenal). O espaço físico que ele ocupa é limitado, normalmente de meia a uma página, dependendo do veículo de publicação (BOFF; KÖCH; MARINELLO, 2009, p. 4).

Com o intuito de expor um posicionamento, o articulista se vale de algumas estratégias textuais, quais sejam:

- uso do verbo no presente do indicativo, o que não exclui o uso dos verbos no pretérito para apresentar explicações;
- uso de argumento de autoridade;
- apresentação de uma tese, ou seja, um ponto de vista/opinião a respeito do tema.

Essas características ajudam na identificação do gênero textual em comento, sendo importante considerar que, nesse caso, há a indicação de um autor/articulista, diferentemente do que ocorre com o editorial. Para BOFF, KÖCH e MARINELLA, são três as características do artigo de opinião: (i) situação-problema; (ii) discussão; e (iii) solução avaliação (2009, p. 6). Esses três elementos fazem parte da estrutura textual.

d) Editorial

O editorial é uma forma de artigo de opinião, todavia é formulado para apresentar a opinião do grupo jornalístico sobre o tema. Possui linguagem formal, tipo textual

argumentativo, além de ser impessoal. Teixeira e Fuzer destacam que o “editorial é um gênero de texto que circula em diferentes veículos de comunicação, como em jornais, revistas, periódicos (...) é um texto que procura evidenciar a opinião do jornal” (TEIXEIRA; FUZER; 2011, p. 5).

Desse modo, uma das finalidades do editorial é a de adotar uma posição diante de assuntos polêmicos perante a sociedade, evidenciando a opinião do corpo editorial do jornal ou veículo midiático responsável por sua circulação. Assim, é por meio dos editoriais que um jornal “expressa sua opinião sobre temas da atualidade, visando, em alguma medida, reproduzir os anseios do leitor que, por sua vez, se identifica com o jornal quando detecta opiniões que coincidem com sua visão de mundo” (MENDES; MENDONÇA, 2021, p. 102).

e) Texto publicitário

Os textos publicitários são gêneros que visam à persuasão do leitor. Têm como principal propósito a veiculação de uma mensagem a fim de sensibilizar e atrair o leitor. Além disso, cabe destacar que os gêneros propagandísticos se valem, com frequência, de recursos estilísticos para a criação de efeitos metalinguísticos e metafóricos como intuito de provocar reação do leitor, em geral, com o intuito de convencê-lo ou de persuadi-lo a agir de determinada maneira.

Os domínios discursivos, especialmente o da área publicitária, tende a englobar imagens, sons e palavras, o que evidencia a intersemiosidade, além de despertar a criatividade do leitor:

A construção de um estilo na publicidade é, nesse contexto, a busca de formas “criativas” que provoquem o enunciatário a aceitar um produto e os valores agregados a ele e o levem a ficar preso às imagens e às palavras ágeis nos segundos de um anúncio televisivo ou no clique interativo da internet. O desafio do enunciador é manter a atenção de seu enunciatário (CAMPOS-TOSCANO, 2009, p. 144).

O objetivo em relação ao trabalho a ser realizado com os gêneros acima é e desenvolver um estudo que evidencie a conexão entre o título, o conteúdo textual, a análise estilística do título e as práticas que podem ser fomentadas nas aulas de Língua Portuguesa, tanto em relação à leitura quanto à produção de textos, buscando, neste último caso, despertar a criatividade dos alunos e produção de textos para despertar a criatividade dos estudantes.

4 O TÍTULO DO TEXTO COMO OBJETO DA PESQUISA

Não é uma escolha difícil, mas sim uma escolha com lógica. O processo de intitulação, como se pode ver nesta pesquisa, especialmente no capítulo de análise do *corpus*, ocorre por meio de fatores intertextuais, interdiscursivos e criativos, sendo guardada relação semântica com o conteúdo da obra. Vale dizer que “o interesse despertado pelo título depende tanto dos conhecimentos prévios do leitor quanto dos objetivos de leitura e do lugar em que esta ocorre” (TRAVASSOS, 2007, p. 76). Ou seja, se o leitor não tiver o conhecimento de mundo necessário para compreender as referências feitas pelo título, provavelmente ele não se sentirá atraído para iniciar a leitura. Esse é um dos motivos que fazem com que a escola seja um espaço plural, visando a apresentar diferentes aspectos culturais, sem que haja valorização, tudo deve ser bem-vindo.

Há, em alguns casos, uma falsa crença de que, geralmente, por ser o último elemento a ser elaborado, o título não tem tanta relevância. Porém, essa ideia é contraditória. Sérgio Roberto Costa destaca que o título “cuja função operacional não é tão sem importância enunciativa ou discursiva como pode parecer (...) é um dos fatores operacionais de complexificação discursiva dos gêneros” (COSTA, 2008, p. 69), o autor aponta ainda que o título “está intimamente ligado a operações diversificadas, quando da produção ou da leitura de um texto, e à capacidade de linguagem dominante de que se faz uso (...) em diferentes níveis ou esferas socioinstitucionais (cotidiano, escola, igreja)” (COSTA, 2008, p. 69-70).

Antes de adentrar as especificidades do título, convém apresentar algumas definições. A primeira delas é a de paratexto.

O paratexto é composto de um conjunto de práticas e de discursos de todos os tipos e épocas, a exemplo temos: o título, o sumário, o nome do autor, as dedicatórias, as epígrafes, entre outros. (GENETTE, 2009)

Nesse sentido, o título se destaca por pertencer ao grupo dos elementos paratextuais. De acordo com Gérard Genette (2009, p.12) a definição de um elemento de paratexto visa a pensar seu lugar, sua data de aparecimento, seu modo de existência, as características que possui, “destinador e destinatário” e as funções da mensagem. A fim de simplificar esses questionamentos, o autor apresenta as seguintes perguntas que devem ser formuladas para compreender o paratexto: onde? quando? como? de quem a quem? para quê?

Destaca-se que o paratexto é composto pelo epitexto e peritexto. O primeiro está associado a parte externa do texto – ele é extrínseco ao conteúdo da obra – por exemplo,

conversas e entrevistas que falem de um determinado livro. A segunda categoria se constitui dos elementos que estão em volta do texto, no mesmo espaço e volume, por exemplo, o título e o prefácio. Dessa forma, tem-se que o paratexto pode ser visto também como a soma do epitexto e do peritexto (GENETTE, 2009).

Leo H. Hoeck (1981) contrapõe a existência de três termos para definir as partes de um título: título, título secundário e subtítulo (indicação genérica) (HOECK, 1981, *apud* GENETTE, 2009, p. 56).

No cenário atual, apenas o título é um elemento obrigatório, podendo vir acompanhado de subtítulo ou de indicação genérica.

O título está em uma posição de destaque no texto, ele é o elemento responsável por apresentar a obra ao leitor, além de sintetizar as principais informações que o autor pretende evidenciar:

O título é uma parte privilegiada do texto, pois, devido a sua posição, é o primeiro elemento a ser processador. Ao mesmo tempo que nomeia textos de diferentes gêneros sugerindo e despertando o interesse do leitor para o tema, o título estabelece vínculos com informações textuais e extratextuais orientando o leitor para a conclusão a que o mesmo deve chegar (TRAVASSOS, 2007, p. 56).

A afirmativa acima pode ser comprovada por meio do *corpus* da pesquisa, por exemplo o título do editorial “Vacina sem revolta”, em que há interdiscursividade com um acontecimento histórico (revolta da vacina) e ao mesmo tempo apresenta o posicionamento do corpo editorial do jornal *Folha de São Paulo* a respeito do tema. Isso aponta que “a função principal do título é o enquadre cognitivo e semântico, pois além de nomear o texto, resume o que o autor considera como mensagem/informação mais importante do texto” (TRAVASSOS, 2007, p. 56-57). Isso demonstra que “a função do título é ativar na memória do leitor, o conhecimento necessário para a compreensão do texto” (TRAVASSOS, 2007, p. 57).

Para este trabalho, considerando o *corpus* como pertencente ao gênero jornalístico, cabe destacar a relevância do título das notícias, das matérias, inclusive, porque, em dadas situações, o leitor só terá interesse por este, conforme afirma Medina:

Os títulos, por exemplo, falam por si mesmos, despertando o interesse do público para as matérias jornalísticas. Como sabemos, a maioria dos leitores se limita somente à leitura de títulos, e são os títulos que vão motivar a lerem ou não as notícias contidas nos jornais (MEDINA, 2001, p. 52).

O autor Adriano Duarte Rodrigues destaca que o processo de criação do título no ambiente jornalístico diz respeito ao “trabalho plástico da linguagem” (RODRIGUES, 1997,

apud MEDINA, 2001, p. 52). Ele menciona, ainda, que há a junção imagética aos aspectos sintáticos, semânticos e fônicos das formas linguísticas o que irá corresponder a multiplicidade de funções comunicacionais dos títulos englobando aspectos poéticos, fáticos, referenciais, apelativos e metalinguísticos, especificando, por fim, que os “títulos de imprensa recorrem, no entanto, tanto à plasticidade verbal como à plasticidade gráfica. (RODRIGUES, 1997, *apud* MEDINA, 2001, p. 52).

Há também que mencionar a estrutura dos títulos quanto a sua tipologia, conforme explica Travassos (2007) existem títulos nominais, oracionais, preposicionais, adverbiais, adjetivais e interjetivais, assim exemplifica a autora:

Títulos nominais: Pedagogia da dor; a energia da vitamina C;
 Títulos oracionais: Do sonho nasce a ação; Hebe emociona repórter;
 Títulos preposicionais: Dos livros para a sala; De corpo inteiro; Por trás das estrelas;
 Títulos adverbiais: Além da sala de aula; Agora na internet;
 Título adjetival: Indisciplinado ou hiperativo?
 Título interjetival: Ave, Cesare!
 (TRAVASSOS, 2007, p. 77).

De acordo com o gênero textual, haverá uma modalidade de título mais propício, assim explica Tarcísia Travassos. Os títulos cujo papel informativo é mais evidente, tendem a ser oracionais ou nominais, isso porque tema principal da informação ficará em destaque. Quanto aos demais (preposicionais, adjetivais, interjetivais e adverbiais) são menos informativos, o que faz com que tenham uma baixa frequência de escolha (TRAVASSOS, 2007, p. 77-78).

Por esta classificação, conforme o *corpus* selecionado para esta pesquisa, tem-se:

Título	Gênero	Tipologia do título
“Bandido bom é bandido que dá série”	Crônica	Oracional
“A dor da fome”	Notícia	Nominal
“Presidente de areia”	Notícia	Nominal
“Não vai ter capa”	Notícia	Oracional
“No caminho tem um orçamento secreto”	Artigo de opinião	Oracional
“Auxílio carimbado”	Artigo de opinião	Nominal
“Pego com a boca na botija”	Artigo de opinião	Oracional
“Sem lenço, sem documento, sem cartão sem senha”	Anúncio publicitário	Preposicional
“Vacina sem revolta”	Editorial	Nominal

É possível identificar que há mais títulos nominais e oracionais em detrimento das demais opções. Travassos (2007) justifica essa relação já que é possível “criar expectativas relacionadas com a temática do texto, com base nas relações linguísticas evidenciadas nos próprios títulos. As sequências (...) revelam significados codificados pelas mesmas”

(TRAVASSOS, 2007, p. 77). Essa percepção permite identificar um padrão na escola dos títulos mais criativos, bem como informativos, o que leva a uma próxima reflexão: a definição da relevância do título para o texto.

4.1 Definição e importância do título

O título possui um papel de destaque no texto, isso ocorre porque ele tende a ser o primeiro contato do leitor com a obra, funcionando, assim, como um componente atrativo, um fator estratégico e orientador para a interpretação textual (RIBEIRO, 2020, p. 124).

Apesar do destaque ocupado pelo título, raramente os autores refletem acerca dessa construção, não havendo, portanto, um trabalho realizado com frequência que conduza a um procedimento criativo e organizado para sua criação. Essa prática pode ser realizada desde as séries iniciais, considerando que o aluno, ao finalizar a produção textual, não seja levado a escolher qualquer título para nomear o texto, evitando clichês ou até mesmo repetindo o tema da redação, o que reflete descuido ou falta de incentivo à criatividade.

Esta posição, além de ser visível para o leitor, é sempre destacada por alguns autores, como, por exemplo, Corrêa (1999), que reflete sobre a importância do título como algo que deve “chamar a atenção do leitor para o texto” (CORRÊA, 1999, p.13). E, mais adiante, completa: “o título é como um anúncio publicitário, cujo objetivo é vender seu produto: a notícia (ou outro tipo de texto qualquer publicado no jornal, como o artigo, a reportagem, a coluna, o editorial etc.)” (CORRÊA, 1999, p. 13). Diante dessa informação, nota-se que existe, efetivamente, um processo de intitulação, o qual faz parte da prática da escrita.

O que se pretende é chamar atenção daquele que produz um texto para os cuidados que ele deve ter ao nomear a sua obra, uma vez que o título tem algumas funções, conforme será demonstrado abaixo. Conforme esclarece Coracini (1989), citada por Menegassi e Chaves (2000):

O título é o lugar privilegiado da subjetividade do autor; é anafórico do ponto de vista da produção escrita, considerando que é redigido depois do texto; é catafórico no processo de leitura porque anuncia, em parte, o conteúdo presente no texto, constituindo, assim, uma estratégia a serviço das intenções do autor, pois, “ao mesmo tempo em que camufla o percurso do texto, exerce grande influência sobre o leitor, na medida em que funciona como estímulo e desestímulo à leitura” (CORACINI, 1989, apud MENEGASSI e CHAVES, 2000, p. 33).

Outro ponto que merece destaque, em relação às nuances do processo de intitulação, está na subjetividade do título, pois ele traz, ao mesmo tempo, o ponto de vista do autor já que, de forma extremamente suscinta, reúne as principais ideias do texto, e as expectativas dos leitores, que representam seu público-alvo. Essa percepção corrobora duas formas de visualização do título: anafórica e catafórica. Do ponto de vista do leitor, o primeiro contato com o título tem natureza catafórica, uma vez que ele antecipa conteúdos textuais. Já do ponto de vista do autor, ou após a primeira leitura, tem-se uma natureza anafórica, pois ele será visto como o elemento que retoma as principais ideias abordadas no texto.

Godoi (2011, p. 2) esclarece que o título da obra acaba sendo retomado no texto por meio de expressões que o identificam, dando indícios de referenciação, os quais contribuem para a formação textual. Desse modo, para embasar sua explicação sobre a construção e a ligação entre título e conteúdo, a professora cita o linguista brasileiro Luiz Antônio Marcuschi (MARCUSCHI, 2005, *apud* GODOI, 2011, p.2), explicando a teoria da anáfora direta e indireta acerca do nome da obra, considerando, portanto, o título como um “antecedente virtual”.

Segundo Teun van Dijk (1992), *apud* CORRÊA, 1999, p.66), o texto deve ter um mecanismo de funcionamento e, em função disso, estabelece uma divisão em sua estrutura: a macroestrutura textual, a microestrutura e a superestrutura. A primeira está associada ao conteúdo global do texto, ou seja, à sequência discursiva; a segunda, às pequenas composições que juntas formarão a macroestrutura; e, por sua vez, a superestrutura é o que estabelecerá forma e conteúdo da obra, ou seja, seria o tipo textual: expositivo, argumentativo, narrativo, dentre outros.

A importância de uma boa composição textual, que respeite as estruturas acima mencionadas, influenciará na eficácia do título e nas informações prévias que ele fornece ao leitor, afinal as seleções realizadas em sua estruturação trarão indícios do que será encontrado no texto.

Alguns gêneros textuais, para efeito de humor, apropriam-se da intertextualidade, é o que se pode ver nos anúncios publicitários que foram selecionados como *corpus* para esta pesquisa. Dessa forma, ler o título e interpretá-lo, como um primeiro passo antes de seguir para o texto, possibilita ao leitor ativar seu conhecimento de mundo e sua percepção crítica.

Quando o leitor tem o primeiro contato com o título, antes da leitura do texto, ele amplia as chances de, por conta própria, perceber os aspectos intertextuais do elemento paratextual. Convém, assim, enfatizar que o título também possui uma função intertextual.

No caso específico da expressividade como mecanismo de aproximação do leitor, a estilística faz parte do processo de intitulação, considerando que o autor se vale de recursos como a polissemia e o uso das figuras de linguagem para produção de efeito no título a fim de captar a atenção do leitor.

Todo texto possui uma estrutura que lhe confere características específicas e essas poderão ajudar a determinar o gênero textual do escrito. Conforme explica Marcuschi (2002, p. 19), “em qualquer contexto discursivo, os gêneros são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa. Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos”. O autor traz essa informação para iniciar suas explicações acerca das infinitas possibilidades de estrutura de um texto, ainda mais na atual cultura tecnológica, quando uma conversa de *whatsapp* é considerada gênero textual. Dessa forma, alguns dos “novos” gêneros citados pelo autor, os quais, na verdade, não podem ser considerados tão originais (novos) assim, pois sofrem mudanças e/ou adaptações no decorrer do tempo e com a frequência de seu uso, têm origem nos e-mails, bate-papos virtuais, nas videoconferências, nos editoriais, artigos de fundo, horóscopos, entre outros.

Sendo assim, cabe esclarecer onde se enquadra a importância de desvendar o gênero para uma boa intitulação e a resposta para esse questionamento é relativamente simples: é a partir da “roupagem” do texto que se sabe: (i) a quem a obra é destinada (enunciatório), (ii) onde será divulgada (iii) e qual o seu objetivo. Considerando esses três fatores, em atenção ao conteúdo e à escolha do tipo textual, é possível criar um título atrativo e/ou provocativo que sintetize, implícita ou explicitamente, a intenção comunicativa do autor.

Alguns dos autores já citados também aludem ao processo de ancoragem do título, sendo essa uma formulação de Marcuschi (2005). Trata-se de uma análise feita em alguns textos que apresentam informações novas, que ainda não haviam sido explicadas, mas que surgiam como já conhecidas. Essas expressões mantêm estreita relação ou se ancoram cognitivamente no título (GODOI, 2011, p.6).

Ao abordar o processo de ancoragem, Menegassi (2000, p. 32) releva alguns traços que remetem à função intertextual do título: “às vezes, a ancoragem do texto no título processa-se por uma ligação exofórica, remetendo o leitor a um elemento exterior, não anunciado no texto, mas presente nos seus esquemas”. A explicação do autor traça um paralelo com as características de um título que traz informações prévias, as quais já é esperado serem de conhecimento do leitor, como o título da notícia *Vacina sem revolta*, que será apresentado adiante. Esse texto, só pelo título, conecta o enunciatório à Revolta da Vacina ocorrida em 1904, no Rio de Janeiro, exigindo por parte do leitor conhecimento de

mundo para uma leitura adequada, até mesmo pelo léxico escolhido para compor a macroestrutura textual.

Sob um novo ponto de vista, o título pode ser dividido em dois modelos – canônicos e enviesados –, conforme a sua estrutura e conexão com o texto. Côrrea (1999, p. 54) explica a diferença entre eles, afirmando que:

Os primeiros são aqueles que trazem a informação mais importante do texto, a sua ideia central, funcionando como uma espécie de resumo do resumo desse texto; os últimos são aqueles que promovem uma informação de menor importância à categoria de ideia central do texto (CORREA, 1999, p. 54).

Importante destacar que, independentemente de o título ser canônico ou enviesado, ele pode ter uma estrutura verbal ou nominal. No primeiro caso, apresentará um verbo, o que é muito comum em notícias, já, no segundo caso, ele será sustentado por um “nome”, ou seja, adjetivos, advérbios, substantivos.

Cabe, ainda, mencionar a relação entre o título e a prática leitora envolve o despertar do interesse pela leitura que o primeiro é capaz de provocar no leitor. Isso ocorre porque o título, considerando o seu papel de destaque no texto, tem a capacidade de convidar ou afastar o indivíduo da leitura. Ele é, portanto, uma parte extremamente importante do texto, ou seja, um elemento paratextual, que precisa ser estudado.

Dessa forma, analisar os aspectos semânticos existentes entre o título, o corpo do texto e as referências exofóricas (intertextualidade e interdiscursividade) se revelam necessárias para a compreensão textual. Nesta pesquisa, houve o intuito de evidenciar essas relações e perceber como elas acontecem e como podem atrair o leitor. Além disso, deve-se destacar a intenção de estabelecer ligações entre o campo semântico escolhido pelo autor e como este retoma o título durante a leitura.

4.2 Relevância do conhecimento de mundo

Muito foi dito nesta dissertação a respeito do conhecimento de mundo dos alunos e a importância dele para que o educando possa compreender determinados textos, especialmente os que apresentam função intertextual. A leitura, portanto, é a prática que auxiliará o estudante a expandir o conhecimento e, quanto mais ela está presente na rotina escolar, mais

enriquecida é a vivência desses indivíduos. Diante dessa perspectiva, a escola é o ambiente que prepara os cidadãos para serem atuantes na sociedade, logo, à medida que eles têm acesso ao conhecimento, tornam-se mais hábeis ao exercerem a reflexão e agirem de modo crítico.

Segundo Cavalcante (2000) “a leitura permite a expansão do conhecimento, o desenvolvimento intelectual e o reconhecimento do nosso universo interior” (2000, p. 01). A reunião de todos esses aspectos contribui para a formação cidadã tão enfatizada nos PCN’s e na BNCC. Ademais, a autora ainda acrescenta que “a leitura favorece a compreensão do mundo e as diversas possibilidades de interpretação de informações, fatos, narrações” (2000, p. 4).

O *corpus* selecionado para esta pesquisa apresenta fatores intertextuais que irão despertar nos estudantes a necessidade de compreender outras fontes culturais, independente de elas serem consideradas mais canônicas, como a referência à música “Alegria, Alegria”, de Caetano Veloso, ou mais populares como à alusão a expressão popular “pego com a boca na botija” que está presente no título do artigo de opinião de Merval Pereira. Deseja-se que os estudantes ampliem seus conhecimentos para que estejam preparados para a vida em sociedade. Cabe, assim, mencionar a célebre frase de Paulo Freire “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, algo tão verdadeiro quando se trata do processo de ensino e aprendizagem.

Além disso, também é necessário ressaltar que os conhecimentos prévios dos alunos, principalmente os que pertencem a cultura popular, tornam-se imprescindíveis para uma boa leitura, sendo assim, estes conteúdos também devem ser privilegiados pelo professor no momento que antecede a leitura, o qual se inicia a partir da análise do título de uma obra. Cabe frisar que:

É por intermédio do ato de ler, uma necessidade humanizadora, que se supera o mero hábito da leitura ou decodificação de palavras, uma vez que ele permite aos leitores **se apropriar da cultura**, de conhecimentos científicos de um espaço e tempo que eles não vivenciaram e que faz parte do arcabouço cultural da humanidade. **Em outras palavras, significa ter uma visão de mundo crítica, reflexiva e transformadora** (NASCIMENTO; FRANCO; 2017, p. 5 – grifo meu).

A investigação a respeito do processo de intitulação, bem como a análise deles com os alunos antes de iniciar a leitura do texto, visa a explorar a capacidade de relacionar o texto a outros textos (intertextualidade) ou acontecimentos cotidianos (interdiscursividade) por parte dos estudantes. Isso vai além de uma simples leitura, já que irá fomentar o debate entre os alunos e o professor, tornando o processo de aprendizagem dialógico. Ademais “o ato de ler é

um processo que necessita de uma postura ativa por parte do leitor, pois, é compreendido como um processo discursivo em que autor e leitor são sujeitos produtores de sentidos, homens sociais e históricos” (NASCIMENTO; FRANCO; 2017, p. 5).

Sendo assim, ratifica-se que toda a seleção do *corpus* foi escolhida de modo a fazer com que o aluno amplie os seus conhecimentos culturais, bem como possa interagir nas aulas apresentando aquilo que já conhece ou acredita conhecer. Essa prática tem por objetivo tornar o ensino dialógico, ou seja, participativo.

4.3 Seleção do *corpus* da pesquisa

O *corpus* da pesquisa engloba a diversidade dos gêneros que pertencem ao domínio jornalístico e ao domínio publicitário. A escolha se deu em razão da facilidade com que estes materiais podem ser utilizados nas aulas de linguagens, bem como por se tratar de um meio de incentivo à leitura por parte dos estudantes.

Nesse sentido, os títulos e os textos analisados foram separados em categorias, de acordo com o gênero textual: crônica, notícia, artigo de opinião, editorial e texto publicitário. Dessa forma, os *corpus* selecionados foram:

Crônica: “Bandido bom, é bandido que dá série”, de Joaquim Ferreira dos Santos.

Notícias: “A dor da fome”, publicada no jornal Extra no dia 21 de setembro de 2021; “Presidente de areia”, publicada no jornal Extra no dia 11 de setembro de 2021; “Não vai ter capa”, publicada no jornal Meia hora no dia 09 de julho de 2014.

Artigo de opinião: “No caminho tem um orçamento secreto”, de Malu Gaspar, publicado no jornal O Globo no dia 31 de outubro de 2022; “Auxílio carimbado”, de Flavio Tabak, publicado no jornal O Globo no dia 05 de julho de 2022; “Pego com a boca na botija”, de Merval Pereira, publicado no jornal O Globo no dia 24 de junho de 2022.

Anúncio publicitário: propaganda do banco Itaú, “Sem lenço, sem documento, sem senha e sem cartão”, publicada na revista Istoé de 13 de fevereiro de 2013.

Editorial: “Vacina sem revolta”, publicado no jornal Folha de São Paulo em 27 de agosto de 2018.

Em todos os gêneros selecionados, é possível perceber o processo criativo do título, bem como a sua relação com o texto. Ademais, a escolha envolveu o uso de diferentes jornais com o intuito de trazer posicionamentos de fontes diferentes.

5 A INTERDISCURSIVIDADE E A INTERTEXTUALIDADE

“Na Natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”, afirmou Antoine-Laurent de Lavoisier. Apesar de ser uma fala que se refere ao campo das ciências da natureza e da matemática, a icônica citação de Lavoisier também pode ser utilizada para representar o campo da linguagem. Isso ocorre porque todo discurso se ampara em uma fala ou conhecimento prévio; logo, nenhum texto é formulado do zero, pois ele sempre retoma valores, conhecimentos e crenças.

No dizer de Roland Barthes (1974), entende-se que o texto redistribui a língua. Segundo o autor, uma das formas dessa construção se dá a partir da permutação de textos, fragmentos de textos, que existiram ou existem ao redor do texto considerado, e, por fim, dentro dele próprio; logo, todo texto é um intertexto. A partir da concepção de Roland Barthes, tem-se uma primeira impressão do que se pode entender como intertextualidade. Isso significa dizer que todo texto possui relação com elementos exteriores, uns em maior grau, outros em menor grau.

Pode-se associar a fala de Barthes à concepção do dialogismo de Bakhtin (aqui já elucidada) – toda fala está atrelada a uma fala anterior; conseqüentemente, entende-se que nada do que se produz é criado a partir de uma tela em branco; pelo contrário, parte-se de vários rascunhos aos quais os indivíduos têm acesso no decorrer da vida. Com efeito, Fiorin (2006, p. 165) destaca que o dialogismo sempre ocorre entre discursos, logo configura o interdiscurso (2006, p. 166).

O interlocutor só existe enquanto discurso. Há, pois, um embate de dois discursos: o do locutor e o do interlocutor, o que significa que o dialogismo se dá sempre entre discursos. (...) Mas o que é efetivamente dialogismo em Bakhtin? Interessam-nos dois sentidos: a) é o modo de funcionamento real da linguagem, e portanto, é seu princípio constitutivo; b) é uma forma particular de composição do discurso (FIORIN, 2006, p. 166-167).

Dessa forma, Fiorin (2006) separa os conceitos de interdiscurso e intertextualidade. O primeiro compreende a qualquer relação dialógica, já o segundo se dá “apenas para os casos em que a relação discursiva é materializada em textos. Isso significa que a intertextualidade pressupõe sempre uma interdiscursividade, mas que o contrário não é verdadeiro” (2006, p. 181). Nesse sentido, Santos (2008) explica que:

Interdiscursividade e intertextualidade começam com o prefixo *inter*, o que traz a idéia de posição intermediária, de reciprocidade, de relação entre coisas. Deste modo, é possível inferir que intertextualidade está para relação entre textos e interdiscurso para a relação entre discursos (SANTOS, 2008, p. 2).

Diante dessa compreensão, Beaugrande e Dressler (1981) definiram a intertextualidade como um dos fatores de textualidade por considerarem que um texto dialoga com outros textos já que deles retoma conceitos e ideias – bases para a formulação de algo novo.

Eliamar (2011) esclarece que o título da obra acaba sendo retomado no texto por meio de expressões que o identificam, dando indícios de referência, os quais contribuem para a progressão textual. Desse modo, para embasar sua explicação sobre a construção e a ligação entre título e conteúdo, a professora cita o linguista brasileiro Luiz Antônio Marcuschi (2011), trazendo a teoria da anáfora direta e indireta acerca do nome da obra, considerando, portanto, o título como um “antecedente virtual”.

A boa composição textual influenciará na eficácia do título e nas informações prévias que ele fornece ao leitor; afinal a nomenclatura traz indícios do que será encontrado no texto. Portanto, visando a demonstrar títulos criativos e incentivar os alunos em suas produções textuais, serão apresentados gêneros textuais do domínio jornalístico com o intuito de desenvolver a leitura, a percepção crítica e a criatividade dos estudantes. Sendo assim, o estudo da intertextualidade se mostra produtivo já que contribui para a compreensão textual, desenvolvimento da criatividade, bem como aprimoramento da escrita.

5.1 Definição de interdiscursividade

Inicialmente, antes de pontuar o conceito de interdiscursividade adotado nesta pesquisa, faz-se relevante esclarecer que não há um consenso em torno das definições de polifonia, dialogismo e interdiscursividade de Bakhtin, embora seja possível tecer explicações, alguns autores divergem quanto a conceituação (KRAEMER; SANTA; LOPES, 2011, p. 21). Logo, adotou-se neste trabalho a abordagem de José Luiz Fiorin.

De acordo com Fiorin (1994), a “interdiscursividade é o processo em que se incorporam percursos temáticos e/ou percursos figurativos, temas e/ou figuras de um discurso em outro. Há dois processos interdiscursivos: a citação e a alusão” (1994, p. 32). Nessa

perspectiva, pode-se caracterizar a alusão como a evocação de “um texto ou discurso anterior (de outro gênero, de outra época, de outra cultura), para produzir no presente, um efeito de sentido autorizado ou legitimado pelo texto/discurso evocado” (AZEREDO, 2021, p. 106). Azeredo ainda esclarece que “a alusão só é percebida se o texto que ela evoca faz parte da cultura do interlocutor” (2021, p. 106), o que será demonstrado pelo *corpus* selecionado para a pesquisa. Outrossim, ressalte-se que a citação é “a reprodução de um texto ou de parte dele, mediante o uso de marcas (gestuais, prosódicas, gráficas), verbos *dicendi* e/ou verbalizações (...) sinalizadoras dessa reprodução, com finalidades discursivas variadas” (2021, p. 104). Para Costa (2008, p. 79) o discurso é construído com base no diálogo com o outro, o que retoma à teoria de Bakhtin. Ademais, Costa destaca que:

As palavras escolhidas para a elaboração do enunciado (texto de opinião, editorial, notícia, reportagem...) são tiradas de outros enunciados, mas tomam uma expressividade própria do gênero dado, com pontos de contato típicos entre as significações da palavra e a realidade concreta social ou cultural em que foi realizada (COSTA, 2008, p. 79).

No *corpus* da pesquisa, em diferentes circunstâncias, é possível identificar ambos os recursos, por exemplo, na crônica “Bandido bom, é bandido que dá série”, de autoria do Joaquim Ferreira dos Santos. Nela pode-se notar alusão ao *slogan* de um candidato a cargo político na década de 1980, conforme será detalhado no capítulo a seguir.

Dito isso, mostra-se necessário conceituar intertextualidade na medida em que os dois conceitos podem ser relacionados.

5.2 Definição de intertextualidade

Conforme destaca Ingedore Koch (2012), a intertextualidade ocorre quando “em um texto, está inserido outro texto (intertexto) anteriormente produzido, que faz parte da memória social de uma coletividade ou da memória discursiva (...) dos interlocutores” (KOCH, 2012, p. 17). Destaca-se, ainda, a explicação de Fiorin (1994), que destaca a intertextualidade como “o processo de incorporação de um texto em outro, seja para reproduzir o sentido incorporado, seja para transformá-lo” (1994, p. 3). O linguista especifica que a intertextualidade pode ocorrer de três formas: por meio da citação, por meio da alusão e por meio da estilização. A primeira (citação) pode ratificar ou alterar o sentido textual; a segunda

(alusão) é uma reprodução de conteúdo em que algumas figuras são substituídas por outras; já a terceira (estilização) é a reprodução de estilo de outro autor (SANTOS, 2008, p. 3).

Embora este não seja o posicionamento adotado nesta pesquisa, convém mencionar que, para alguns autores, como Ingedore Koch, a intertextualidade só ocorre quando há menções explícitas a intertextos alheios, por exemplo a citação direta (KOCH, 2012, p. 18). Nesse sentido, para a construção dos títulos, a função intertextual faz-se presente, uma vez que, a partir dela, é possível desenvolver o processo de intitulação pautado não só na retomada do conteúdo textual, mas também por meio da referência a elementos externos que irão aprimorar a estética do título e, por conseguinte, instigar a curiosidade do leitor.

Como já mencionado, o título tem um lugar de destaque na obra, uma vez que ele é o primeiro elemento a captar a atenção do leitor e fazê-lo decidir se a leitura será proveitosa ou não.

Por tal razão, estudar o processo de intitulação se atrela ao estudo da intertextualidade, visto que por meio dessa função é possível superar o óbvio e surpreender os leitores com criatividade. Cabe destacar que esta, nesse caso, está ligada ao capital cultural das pessoas, ou seja, ao conhecimento de mundo. Quanto mais amplo este for, mais fácil será reconhecer e interpretar textos, bem como ativar a criatividade.

Dessa forma, falar de intertextualidade é falar também de acesso à cultura, algo que deve ser fomentado no espaço escolar a fim de enriquecer o capital cultural dos estudantes.

Existem diversos tipos de intertextualidade: temática, estilística, explícita, implícita, segundo Koch (2012, p.18-44)

a) Intertextualidade temática: envolve textos que pertencem ao mesmo domínio discursivo e partilham temas, conceitos e terminologias próprios. Como exemplos, pode-se falar nos contos de fadas tradicionais e mitologia, por exemplo o *Dilúvio* e a *Caixa de Pandora*, “que são encontrados em muitas mitologias, embora, é claro, em versões diferentes”;

b) Intertextualidade estilística: trata-se de uma imitação, repetição, paródia de outro texto. O objetivo pode ser humorístico ou não, estão presentes em textos bíblicos, jargões profissionais, dialeto. Um grande exemplo que pode ser citado está nas diversas paródias do poema *Canção do exílio*, de Gonçalves Dias, o qual serviu de referência para inúmeras criações, inclusive de poetas como Murilo Mendes, Oswald de Andrade e Mario Quintana;

c) Intertextualidade explícita: ocorrerá quando o texto fizer menção explícita à fonte do intertexto. É o que ocorre com as citações, referências, resumos, resenhas, traduções ;

d) Intertextualidade implícita: ocorre quando uma obra faz menção a outro intertexto sem que haja referência explícita à fonte original. Como exemplo, têm-se as paráfrases, apropriações, enunciados parodísticos ou irônicos. Os títulos costumam se valer desta modalidade de intertextualidade para captação da atenção do leitor, especialmente os anúncios publicitários.

Para o presente estudo, a intertextualidade é de extrema relevância. Isso ocorre porque é a partir desse recurso que se cria o efeito estilístico do título, fazendo com que este ganhe destaque e capte a atenção do leitor.

6 ANÁLISE DOS TÍTULOS DO *CORPUS* DA PESQUISA

A) Crônica

Bandido bom é bandido que dá série

Qual o mal que se esconde nos corações humanos que curtem o canibal americano?

Joaquim Ferreira dos Santos

Chama-se *true crime* o modismo televisivo que me tem consumido horas e horas acompanhando cada uma das barbaridades de “Dahmer: um canibal americano”, a série que segundo a Netflix já teve um bilhão de horas assistidas. O crime é pop. A onda confirma um estandarte de Hélio Oiticica nos anos 1960, aquele do “Seja marginal, seja herói”, e para que esta galeria do mal continue a assustar, entreter e explicar o planeta, eu, modestamente, tenho uma sugestão de personagem ainda inédito em série ou podcast.

Era um outubro como este, de 1981, e ele estava ali à minha frente, o policial-bandido, dono de um currículo em que num momento foi um dos poderosos 12 homens de ouro da polícia carioca e, logo adiante, proxeneta e estelionatário preso na Ilha Grande. Ali estava o xerife do submundo de Copacabana, o amante da atriz Darlene Glória, da travesti Rogéria, e o coldre com melhores resultados nas estatísticas do Esquadrão da Morte – só que desta vez Mariel Mariscot estava morto.

Ele jazia a um palmo do meu nariz, jogado dentro de uma bacia do Instituto Médico Legal, e enquanto uma autoridade informava o que acontecera, eu, repórter esforçado, completava a apuração contando, furo a furo, quantos tiros o tinham abatido. Na gíria da reportagem policial chamava-se “presunto” o corpo da vítima. Eu contei oito tiros no presunto de Mariel Mariscot, o bandido-celebridade fuzilado por bicheiros rivais num beco da Praça Mauá.

Longe de mim emular um Freud de segunda-feira e interpretar como sadismo coletivo a compulsão em passar tantas horas diante do canibalismo finamente cinematografado de Dahmer, em saber do mundo inteiro seduzido pelo ritual erótico com que ele se esfrega sobre o corpo das vítimas e é perfilado como coitadinho.

Se Paulinho da Viola diz que “ninguém pode explicar a vida num samba curto”, imagina numa crônica de três mil toques! Desde a infância me ecoa entre o córtex e o hipocampo a voz soturna do locutor de rádio que perguntava “Quem sabe o mal que se esconde nos corações humanos?”. Diante da infundável renovação de males só resta responder com outro samba do Paulinho, aquele do “sei lá, não sei”.

Já houve a crença carioca de que bandido bom era bandido morto, mas em 2022 bom é o capaz de render série, compartilhamento e o engajamento digital de seus horrores. O Rio acabou de eleger uma bancada de bandido federal, é bom nisso. Agora mesmo, o celular vibrou e do outro lado do zap a jornalista Heloísa Eterna, começando a dirigir um podcast sobre o crime de Claudia Lessin Rodrigues,

pede que eu descreva o cenário de sexo, drogas e discoteca Regine's por onde se movimentavam, em 1977, a moça e seus algozes endinheirados, George Khour e Michel Frank.

Mariel Mariscot, um miliciano *avant la lettre*, tinha um currículo com uma dúzia de péssimos mortos, e no quesito barbaridades perderia feio para o canibalismo de Jeff Dahmer. Mas com seu jeitão de galã de *western spaghetti* namorou também Rose di Primo, frequentava o Palácio Guanabara e ostentava o sonho de juntar a Zona Norte à Zona Sul, tornando-se o Rei do Bicho. Dahmer e Mariscot são perfeitos para a estetização do crime. É a maldade charmosa que se esconde sob o coração dos modernos, e mais não explico porque não caberia numa crônica curta.

“Bandido bom é bandido que dá série”, é uma crônica de Joaquim Ferreira dos Santos para o jornal *O Globo*, publicada em 17 de outubro de 2022. Assim que se faz a leitura, é imediata a lembrança de uma expressão popular “bandido bom é bandido morto”, a qual também rendeu algumas variações mais éticas, tal como “bandido bom é bandido ressocializado”. Fato é que o título escolhido pelo cronista capta a atenção do leitor justamente por estabelecer um diálogo com algo tão sensível quanto a criminalidade e a ressocialização de indivíduos. Trata-se, assim, de um exemplo de intertextualidade implícita, algo comum quando o texto reproduz um intertexto alheio sem menção direta quanto à fonte (KOCH; BENTES; CAVALCANTE; 2012, p. 31)

Cabe, em primeiro lugar, avaliar a origem da expressão que estabeleceu um diálogo com o título da crônica. Segundo artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo*, de autoria do colunista Sérgio Rodrigues, a frase “bandido bom é bandido morto” ganhou destaque em 1986 como *slogan* de campanha do candidato a Deputado Estadual José Guilherme Godinho Ferreira, chamado de Sivuca. Embora na década de 80 ele não tenha logrado êxito sendo eleito, a vitória – com o mesmo *slogan* – veio na década de 90 (RODRIGUES, 2022, sem página). Apesar de não ser possível indicar que a criação é de Sivuca, ele contribuiu significativamente para a disseminação desse estranho conceito.

Não se pode atribuir ao delegado a autoria propriamente dita da máxima. Tudo indica que se trata de uma criação coletiva, provérbio germinado num pântano moral carioca em que chapinhava bastante gente. De todo modo, foi ele quem colou a frase na testa como policial e político (RODRIGUES, 2022, sem página).

Pode-se, ainda, dizer que o título configura uma paródia em relação à expressão original. Conforme Azeredo (2021), este recurso recria com “viés crítico, com intenção cômica ou satírica” (p. 106) determinado texto. “Na paródia, o texto fonte não é apenas o ponto de partida. Ele permanece entrevistado no espaço do texto recriado, sem que o que se perde o efeito de sentido da paródia” (p. 106), ou seja, configura o que o título da crônica

apresenta: ele recria de forma satírica o *slogan* e ainda tece uma crítica implicitamente quanto à popularidade das séries sobre assassinos famosos – como é o caso de Jeff Dahmer.

Durante a leitura do texto narrativo, é possível identificar os aspectos que retomam tanto o título quanto a crítica feita ao crime como algo “pop”. Tal resgate também simboliza a origem da expressão cunhada por Sivuca:

“Dahmer: um canibal americano”, a série que segundo a Netflix já teve um bilhão de horas assistidas. **O crime é pop.**

(...) Longe de mim emular um Freud de segunda-feira e interpretar como sadismo coletivo a compulsão em passar tantas horas diante do canibalismo finamente cinematografado de Dahmer (SANTOS, 2022, sem página – grifo meu).

Ademais, durante a crônica o autor resgata explicitamente o título e o *slogan* da campanha de Sivuca de forma literal, mencionando, inclusive, a crença dos fluminenses:

Já houve a **crença carioca de que bandido bom era bandido morto**, mas **em 2022 bom é o capaz de render série**, compartilhamento e o engajamento digital de seus horrores (SANTOS, 2022, sem página).

O autor, ao final do texto, fala da *estetização do crime*, o que ele aponta como uma “maldade charmosa” que habita os corações modernos, algo que ultimamente tem rendido dinheiro para uma minoria que explora a barbaridade dos crimes, ou seja, que tem se tornado cada dia mais *pop*. Sendo assim, percebe-se a conexão entre o título, o conteúdo da crônica e a realidade, uma vez que o leitor precisa de conhecimento de mundo para fazer todas as associações necessárias à compreensão do título.

B) Notícias



A dor da fome

Rafael Nascimento de Souza

Gabriel Sabóia

Em um país com inflação galopante, desemprego em alta e 19 milhões de brasileiros passando fome, um caminhão carregado de pelanca e osso virou a esperança de famílias inteiras. No Rio, uma fila do desespero é formada no bairro da Glória por moradores de várias regiões, que percorrem quilômetros para levar ao prato esses restos. O material, descartado por mercados e açougues, iria para fábricas de sabão e ração de cachorro.

Enquanto o desemprego e a inflação galopam, caminhão com restos é disputado.

Pouco após as 10h, o caminhão estaciona na Glória, Zona Sul do Rio. Minutos depois, a fila se forma. É que já havia gente esperando o veículo, que recolhe ossos e pelancas de supermercado da cidade. Sensibilizados, motorista e ajudante da empresa doam ali toda terça e quinta parte do que foi recolhido. Diante do desemprego - que ficou em 14,1% no segundo trimestre de 2021, atingindo 14,4 milhões de brasileiros - e da inflação galopante - que com a prévia deste mês chegou a 10,5% no acumulado em 12 meses, ultrapassando os dois dígitos pela primeira vez desde fevereiro de 2016 -, é a esperança daquelas pessoas de encontrarem um pedaço de carne para matar a fome.

Uma vez por semana, a desempregada Vanessa Avelino de Souza, de 48 anos, que mora nas ruas do Rio, caminha até o ponto de distribuição. Com paciência, separa pelanca por pelanca, osso por osso em busca de algo melhor para pôr na sacola.

- A gente limpa e separa o resto de carne. Com o osso, fazemos sopa, colocamos no arroz, no feijão... Depois de fritar, guardamos a gordura e usamos para fazer a comida - explica Vanessa, que lamenta não conviver com os cinco filhos: - Não tenho como cuidar deles. Por isso, eles são criados pela minha mãe. Não temos quase nada. O que temos é de doações. Lá, pelo menos, eles têm um pouco de dignidade.

Na fila da fome, Vanessa não está só. Outras mulheres, homens e jovens se amontoam em busca do restolho da carne e dos ossos. A pobreza extrema, que leva pessoas a garimpar restos, foi acentuada no Brasil durante a pandemia de Covid-19. Levantamento da Rede Brasileira de Pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional mostrou que mais de 116,8 milhões de pessoas vivem hoje sem acesso pleno e permanente a alimentos. Dessas, 19,1 milhões (9% da população) passam fome, vivendo "quadro de insegurança alimentar grave". Os números revelam um aumento de 54% no número de pessoas que sofrem com a escassez de alimentos se comparado a 2018.

Mãe de 5 e avó de 12, Denise da Silva, de 51 anos, ficou viúva recentemente. Agora, está sozinha na luta para alimentar a família. Duas vezes por semana sai de São João de Meriti, na Baixada, onde mora, em busca das pelancas. De trem, percorre quase 33km até a Central. Sem poder pagar outra passagem, caminha outros 3km até a Glória.

- Não vejo um pedaço de carne há muito tempo, desde que a pandemia começou. Esse osso é a nossa mistura. Levamos para casa e fazemos para os meninos comerem. Sou muito grata por ter isso aqui - conta.

Irmã de Denise, a desempregada Sheila Fernandes da Silva, de 43 anos, também busca restos de carne. Ela mora numa ocupação no Centro do Rio e divide o que recolhe com o filho, que também não tem emprego. Dá apenas para dois dias.

- Você não sabe a alegria quando o caminhão chega aqui. É a certeza de que teremos algo diferente para dois dias.

“A dor da fome”, foi a capa do Jornal Extra publicada no dia 21 de setembro de 2021 durante a pandemia. A notícia teve o intuito de denunciar as consequências do aumento do desemprego e da inflação no Brasil, o que levou os brasileiros a filas de doação de ossos como uma saída para combater a fome.

Para a compreensão do título da notícia, é necessária uma análise do texto verbal e não verbal, uma vez que a imagem ajuda o leitor a compreender o sentimento de tristeza de muitos cariocas. A notícia tece uma crítica a situação de vulnerabilidade das pessoas que imploram para terem acesso a ossos e a peles de animais que seriam descartados pelos estabelecimentos.

Analisando linguisticamente o título, percebe-se o uso da linguagem conotativa – algo incomum quando se trata do gênero notícia, dada a necessidade de objetividade e

impessoalidade na transmissão das informações. Note que em “a dor da fome”, a expressão “da fome”, por se referir a um substantivo abstrato e por ter natureza ativa, exerce função de adjunto adnominal, visto que a fome provoca dor nos indivíduos. Nesse sentido, vale destacar que a preposição pode atribuir valor semântico ao sintagma:

Valendo-nos das preposições de ou sem, por exemplo, criamos um rol imenso de expressões adjetivas e adverbiais que não têm substitutos na língua em unidades léxicas simples. Elas suprem os inexistentes ‘advérbios de causa’ (cair **de maduro**, chorar **de vergonha**) ou ‘de consequência’ (beber **de cair**, gritar **de ficar roxo**), bem como tipificações e predicções que não contam com adjetivos de uso corrente ou sequer disponíveis no dicionário (cesta **de lixo**, mala **sem alça**; as bonecas eram **de pano**, essa uva é **sem caroço**) (AZEREDO, 2021, p. 215 – grifos do autor).

Desse modo, o valor semântico da preposição vista no título atribui um sentido de causa, motivo, ou seja, o que leva a dor desses brasileiros.

Além disso, o título da notícia, aliado ao texto não verbal, foi tão impactante que repercutiu internacionalmente. Isso porque o Jornal The Guardian¹ a estampou em seu site para abordar a respeito da crise da fome.

Nota-se que o tipo textual presente é o narrativo, considerando a predominância dos verbos de ação (AZEREDO, 2021, p. 93) além de apresentar uma “sequenciação própria da enunciação de fatos que envolvem personagens movidos por certos propósitos e respectivas ações encadeadas na linha do tempo, seja por simples sucessão cronológica, seja também por relações de causa e efeito” (AZEREDO, 2021, p. 93). As passagens em que se pode confirmar essas características são:

Pouco após as 10h, o caminhão estaciona na Glória, Zona Sul do Rio. Minutos depois, a fila se forma. É que já havia gente esperando o veículo, que recolhe ossos e pelancas de supermercado da cidade.

(...)

Uma vez por semana, a desempregada Vanessa Avelino de Souza, de 48 anos, que mora nas ruas do Rio, caminha até o ponto de distribuição.

(...)

Outras mulheres, homens e jovens se amontoam em busca do restolho da carne e dos ossos.

(...)

Mãe de 5 e avó de 12, Denise da Silva, de 51 anos, ficou viúva recentemente (SOUZA; SABOIA, 2021, p. 3).

Nos excertos acima há a marca temporal (“pouco após as 10h), há identificação especial (“Glória, Zona Sul do Rio), há também o uso dos verbos marcando a sequência dos

¹ Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2021/oct/03/outcry-in-brazil-over-photos-of-people-scavenging-through-animal-carcasses>

fatos (“estaciona, forma, havia, esperando”). Cabe, ainda, destacar a presença de personagens – nesse caso, pessoas que estão sofrendo com a fome –, como Vanessa, Denise e as mulheres, os homens e os jovens que também ficam na fila de doação.

Com efeito, é possível, ainda, mencionar que as escolhas lexicais estão associadas ao título “Dor da fome”, uma vez que elas provocam um sentimento negativo no leitor, o que indica que os autores da notícia optaram por reforçar a situação dolorosa dos indivíduos. Dessa forma, algumas das palavras que chamam atenção na composição escrita são:

Enquanto o desemprego e a inflação **galopam**, caminhão com **restos** é disputado.
 (...)

No Rio, uma **fila do desespero** é formada no bairro da Glória (...).

(...) um pedaço de carne para **matar a fome**.

Com paciência, separa **pelanca por pelanca, osso por osso** em busca de algo melhor para pôr na sacola.

(...) Outras mulheres, homens e jovens **se amontoam** em busca do **restolho** da carne e dos ossos.

(...) Agora, está sozinha na **luta para alimentar a família** (SOUZA; SABOIA, 2021, p. 3).

Por se tratar de uma escolha mais informal, também é possível inferir que os autores tentaram se aproximar da linguagem coloquial presente no cotidiano do leitor. Chama atenção também a expressão “fila do desespero”. O uso de adjunto adnominal “de desespero” se referindo à fila, aponta o sentimento dos indivíduos que aguardam o recebimento dos ossos para conseguirem se alimentar. Mais uma vez, percebe-se o diálogo com o título da notícia.

Sendo assim, após a leitura da notícia, é possível perceber a relação anafórica existente entre o título e o conteúdo textual, combinando, inclusive, a escolha lexical dos autores a fim de enfatizar a situação lamentável a que essas pessoas são expostas.



Presidente de Areia

Às vezes é Ruth, às vezes, é Raquel

As dunas, aquelas enormes montanhas de areia, mudam de posição e até de forma de acordo com o vento. Assim, também acontece na política. Bolsonaro, por exemplo, lembrou muito a malvada Raquel de "Mulheres de areia" nos protestos de 7 de setembro. Dois dias depois, teve seu momento como a boazinha Ruth, tentando acalmar os ânimos, seja lá com qual motivação. O que ninguém sabe é por quanto tempo vai manter o personagem. Vamos aguardar as cenas dos próximos capítulos.

Um presidente de lua

Novela golpista de Bolsonaro vive entre ataques raivosos e pedidos de reconciliação

A dupla personalidade de Jair Bolsonaro no comando do Brasil tem confundido até seus mais fiéis seguidores. Vagando entre as ameaças à democracia e o afago a quem considera inimigo, o presidente mais parece encarnar duas personagens que tinham atitudes completamente diferentes. Num dia, ele parece ser a malvada Raquel. Em outro, a bondosa Ruth. As inesquecíveis irmãs gêmeas da novela "Mulheres de areia", interpretadas por Glória Pires, nos ensinam hoje que, no fim das contas, o povo tem feito o papel de Tonho da Lua e ficado sem entender os rumos do país, no meio do fogo cruzado entre o bem e o mal.

Ontem, Bolsonaro voltou a incorporar Ruth ao justificar a apoiadores do Palácio do Alvorada, em Brasília, a declaração publicada na quinta-feira em que afirmou que as ameaças ao Supremo Tribunal Federal (STF) foram feitas no "calor do momento". O presidente disse que não está recuando, mas que não é possível "ir para o tudo ou nada". As ameaças, ao menos por enquanto, parecem um castelo de areia.

Desde a publicação da "Declaração à Nação", em que Bolsonaro diz nunca ter tido a intenção de atacar Poderes, alguns dos aliados reclamaram do que enxergaram como uma espécie de rendição do presidente, que nos atos do último dia 7 de setembro estava mais para Raquel, ao fazer novos

ataques ao STF em protesto contra a democracia. Ontem, o tom voltou a ser de Ruth.

- Alguns querem que degole todo mundo. Mas hoje em dia não existe amis país isolado - afirmou. Bolsonaro disse esperar que o movimento de caminhoneiros termine de vez até amanhã. Na quarta-feira, o presidente enviou um áudio em que pedia que os manifestantes se desmobilizassem em razão dos impactos que bloqueios generalizados causariam para a economia.

O posicionamento de Bolsonaro irritou principalmente os apoiadores mais radicalizados. Ontem, diversos integrantes do governo foram às redes sociais para demonstrar apoio ao presidente. Ao fazer um aceno de pacificação aos outros poderes, Bolsonaro tenta manter a governabilidade enquanto permanece controlando sua base eleitoral.

O presidente disse a apoiadores, também ontem, que os protestos não foram em vão, lembrando ao país que a Raquel que existe dentro dele pode não se render facilmente: - Vai voltar a normalidade. O grande dia foi dia 7. O retrato é para o mundo todo. Não foi em vão não, fica tranquila.

“Presidente de Areia”, capa do Jornal Extra, publicada em 11.09.2021, faz menção à postura do atual presidente do Brasil, ou seja, ao hábito de voltar atrás nos próprios posicionamentos e falas.

Para compreender o título da capa, é necessário retomar a novela “Mulheres de Areia”, estrelada por Glória Pires, “exibida originalmente entre 01/02/1993 a 25/09/1993” (MARGON, 2012, p. 1). Na produção audiovisual, havia duas protagonistas, Ruth e Raquel, com personalidades opostas: uma vista como vilã a outra como mocinha. Acessar esse conhecimento é essencial para compreender a interdiscursividade do título:

Ruth e Raquel (Glória Pires) são duas irmãs gêmeas idênticas na aparência, porém diferentes em suas personalidades. Ambas vivem na fictícia Pontal D’Areia, cidade litorânea ambientada no Rio de Janeiro. Ruth é doce e meiga, incapaz de fazer mal a alguém, seja lá quem for; já Raquel é ambiciosa e má, capaz de tudo para se dar bem na vida, até mesmo roubar o namorado da irmã (PAULINO; MOURA, 2016, p. 183).

De acordo com as características acima, é possível perceber o objetivo do título ao dialogar com a novela, bem como com a diferença de personalidade das irmãs em comparação com a postura do presidente. É possível, assim, destacar que há intertextualidade implícita, considerando a menção indireta à novela “Mulheres de Areia” no título, bem como intertextualidade explícita por conta das menções diretas à produção televisiva (KOCH; BENTES; CAVALCANTE; 2012, p. 29).

Além disso, é possível considerar o uso da palavra “areia” de forma conotativa, referindo-se a algo frágil, efêmero. De acordo com o *Dicionário Houaiss* online, tem-se: “6 P; infrm. falta de senso; maluquice 7 p.ext.; infrm. ação ou dito de pessoa tola”.

A capa também traz mais elementos textuais que contribuem para o entendimento do leitor a respeito das falas antagônicas do presidente. Note que a construção referente a mudança de humor e opinião não estão apenas pautadas na diferença de comportamento das gêmeas (Ruth e Raquel), mas também pelo uso da palavra “duna – montanhas de areia”, o que se percebe na lide presente na capa:

As dunas, aquelas enormes montanhas de areia, mudam de posição e até de forma de acordo com o vento. Assim, também acontece na política. Bolsonaro, por exemplo, lembrou muito a malvada Raquel de "Mulheres de areia" nos protestos de 7 de setembro. Dois dias depois, teve seu momento como a boazinha Ruth, tentando acalmar os ânimos, seja lá com qual motivação. O que ninguém sabe é por quanto tempo vai manter o personagem. Vamos aguardar as cenas dos próximos capítulos (PRESIDENTE DE AREIA, 2021, p. 3).

Outra referência da lide quanto ao título foi o uso da palavra “capítulo”, uma vez que ela designa a continuação de uma novela, livro, em suma, sequência de algo.

A escolha lexical também retoma, durante a leitura, o título da notícia por meio de expressões que fazem parte do campo semântico “Mulheres de Areia” a fim de aludir ao título “Presidente de areia”, é o que pode ver em:

A **dupla personalidade** de Jair Bolsonaro no comando do Brasil tem confundido até seus mais fiéis seguidores. Vagando entre as **ameaças** à democracia e o **afago** a quem considera inimigo, o presidente mais parece **encarnar duas personagens** que tinham atitudes completamente diferentes. Num dia, ele parece ser a **malvada Raquel**. Em outro, a **bondosa Ruth**. As inesquecíveis irmãs gêmeas da novela "**Mulheres de areia**". (...) nos atos do último dia 7 de setembro **estava mais para Raquel**. (...) Ontem, **o tom voltou a ser de Ruth**. (PRESIDENTE DE AREIA, 2021, p. 3).

Outro elemento relevante que merece ser destacado é a figura de linguagem utilizada para compor tanto o texto da capa do jornal – associado à novela “Mulheres de Areia” –, quanto para estabelecer um diálogo entre o conteúdo da notícia e o título: a antítese. Por si só, Ruth e Raquel já apresentam personalidades opostas e a notícia, por meio do léxico, apresenta sintagmas opostos: “bondosa x malvada”, “ameaça x afago”, “estava mais para Raquel x o tom voltou a ser de Ruth”. A respeito da antítese, tem-se que:

É a relação entre duas unidades de significado – palavras, sintagmas ou enunciados – que expressam conteúdos opostos. (...) Por meio da antítese se realiza uma contraposição simétrica de palavras ou expressões de significados oposta, para dar relevo a uma noção de contraditoriedade que se manifesta no espírito do enunciador. O seu efeito de sentido advém da tensão latente entre as forças opostas dos campos semânticos envolvidos no processo antiético. Essa noção de oposição muitas vezes só pode ser aprendida a partir de um determinado contexto, e sua compreensão

depende muitas vezes do conhecimento enciclopédico do receptor ou da situação comunicativa em que ela se manifesta (AZEREDO, 2021, p. 535-536).

Outras palavras utilizadas que caracterizam a antítese e retomam o título da notícia: “Alguns querem que **degole** todo mundo” *versus* “Ao fazer um aceno de **pacificação** aos outros poderes, Bolsonaro tenta manter a governabilidade”, além de “Novela golpista de Bolsonaro vive entre **ataques raivosos e pedidos de reconciliação**” também retomando a figura das personagens principais de “Mulheres de areia”.

Merece, ainda, destaque a referência feita a outro personagem da novela em comentário: “Tonho da Lua” que foi resgatado no texto por meio do sintagma nominal “um presidente de lua”. Existem dois elementos que precisam ser destacados: a referência ao personagem, o que configura a interdiscursividade, além da intertextualidade em relação a expressão coloquial “ser de lua”.

Alguém de lua, é alguém que tem sua personalidade quase que bipolar. Nunca se sabe o humor de uma pessoa que é de lua. Um dia ela pode estar super bem e te amando, quando no outro, sem motivo nenhum aparente pode estar te odiando (QUAL É A GÍRIA, sem data).

Pode-se, portanto, destacar que no processo de intitulação da capa há a presença de interdiscursividade e uso de uma palavra polissêmica (areia), usada no sentido conotativo, além da presença de antítese que fortalece a escolha do título (“Presidente de Areia”), considerando as ações do presidente e as personalidades opostas das protagonistas da novela.

Trata-se, por fim, de um excelente material para abordar com os alunos aspectos intertextuais, conhecimento de mundo, aspectos interdiscursivos e figuras de linguagem, iniciando pela abordagem do título e o que ele pode indicar em relação ao conteúdo da notícia.



Não vai ter capa

Hoje não dá para fazer graça, a gente ficou com vergonha. Amanhã nós voltamos*.

Enquanto você lia isso...mais um gol da Alemanha.

“Não vai ter capa”, publicada no Jornal Meia Hora, como a notícia principal estampada na primeira página do folhetim. O título chamativo se deve a derrota da seleção brasileira por 7x1 contra a Alemanha na copa do mundo de 2014, que ocorreu no Brasil.

Durante a primeira partida da fase semifinal da competição, entre Brasil x Alemanha, no dia 08 de julho, a construção de um placar praticamente irreversível, em um curto período, surpreendeu os espectadores que acompanhavam a decisão. O jogo entre Brasil x Alemanha é um acontecimento agendado, de onde já se esperava um interesse substancial e uma série de narrativas pré-determinadas. O transcorrer do jogo, no entanto, gerou uma desestabilização (PILZ, 2014, p. 3).

Vale destacar também que o título retoma os acontecimentos políticos no país. Alguns meses antes do campeonato mundial começar, em 2013, ecoaram pelo Brasil, especialmente nas grandes metrópoles, manifestações reivindicando inúmeras melhorias, no Rio de Janeiro, por exemplo, a redução da passagem era uma das pautas principais dos manifestantes.

Os protestos ocorridos no Brasil em 2013, inicialmente, eram motivados contra o aumento das passagens do transporte público decretadas na época e mobilizavam poucos milhares de participantes. Em meados de junho do mesmo ano ganharam grande apoio popular, principalmente após a forte repressão policial contra os manifestantes. Devido à grande proporção e notoriedade que as manifestações ganharam nas mídias nacionais e internacionais, cada vez mais pessoas aderiram ao movimento e se reuniram nas ruas para protestar (MACEDO, 2014, p. 407).

Nesse sentido, como “mantra” das manifestações, usava-se a frase “não vai ter copa”, como uma tentativa de sensibilizar e provocar os políticos para a realidade social.

No período compreendido entre junho de 2013 e janeiro de 2014, foi possível observar a constante circulação de certos enunciados ligados aos protestos como “Vem Pra Rua”, “**Não Vai Ter Copa**”, “Vem Pra Urna” e “Vai Ter Copa”. Tais enunciados circularam em diversos meios midiáticos e suportes textuais (MACEDO, 2014, p. 409 – grifo meu).

Nota-se, assim, que para compreender a capa do Meia Hora, é necessário acionar acontecimentos prévios em relação à derrota vergonhosa para a Alemanha. Isso reflete a intertextualidade presente no título, bem como o caráter anafórico dos elementos que o compõe: não só a partida ocorrida no dia anterior, mas manifestações políticas meses antes. Há, pois, intertextualidade implícita no título, uma vez que retoma um acontecimento anterior a derrota do Brasil na copa do mundo.

A troca entre “copa” e “capa”, ou seja, apenas de vogal, trabalha o aspecto da paranomásia, conforme explicam BEAUCLAIR e MALFACINI (2021, p. 114). Os autores destacam que esses recursos estilístico é uma figura retórica a qual tem sido utilizada nos textos de domínio midiático:

A produção de manchetes de jornal e anúncios publicitários tem-se valido dessa figura na construção de seus textos, garantindo a força expressiva da linguagem na medida em que o produtor do texto cria um jogo linguístico responsável pelo efeito de sentido. Esse jogo linguístico resulta numa duplicidade tal de sentidos que gera no receptor do texto uma imagem polissêmica (BEAUCLAIR; MALFACINI; 2021, p. 114).

A respeito da figura mencionada, Azeredo aponta-a como figura fônica, considerando que “o desvio ocorre na organização da camada sonora da linguagem, explorando o potencial expressivo dos fonemas” (AZEREDO, 2021, p. 546). Ademais, ele destaca que a expressividade da paranomásia advém do “conflito entre a realidade do plano da expressão – onde as formas se aproximam (imprevidência/providência, birra/barro) – e a do plano do conteúdo – onde elas se afastam.” (AZEREDO, 2021, p. 546-547). Sendo assim, pode-se perceber que o recurso estilístico promove a interdiscursividade em relação a um evento externo (manifestação) e anterior ao jogo do Brasil (derrota por 7x1).

Merece destaque o uso da pontuação que também dialoga com o título. Em “Enquanto você lia isso...mais um gol da Alemanha.” O uso de reticências provoca no leitor hesitação (AZEREDO, 2021, p. 564) o que ajuda a assimilar a ideia de “não ter capa”.

Vale, ainda, mencionar que a capa do Jornal Meia Hora recebeu prêmio jornalístico de grande relevância por conta da criatividade do título (Prêmio Esso - Prêmio ExxonMobil de Jornalismo).

C) Artigos de opinião

No caminho tem um orçamento secreto

Primeiro desafio de Lula é recompor programas sociais. Para isso, precisará repactuar a relação com o Parlamento

Malu Gaspar

Na campanha, Luiz Inácio Lula da Silva montou uma aliança forte o suficiente para vencer nas urnas, reunindo em torno de si figuras como Simone Tebet e os economistas do Plano Real. Boa parte desses apoios veio por adesão, confiando no legado de Lula e na necessidade de preservar a democracia contra o golpismo de Bolsonaro. Para governar, porém, o petista vai precisar formar um outro tipo de frente ampla, desta vez no Parlamento.

É do Congresso que terão que sair as soluções para os problemas bastante palpáveis que se apresentarão ao presidente eleito a partir desta segunda-feira.

O primeiro é encontrar uma forma de recompor os programas sociais que tiveram orçamento cortado por Bolsonaro, manter o Auxílio Brasil de R\$600 (no Orçamento só há recursos para R\$405 mensais em 2023) e ainda pagar o adicional de R\$150 por criança na escola que prometeu.

O programa petista falava em “incluir os pobres no Orçamento”, mas não dizia de onde tirar os recursos para manter o valor do benefício — pelo menos 0,5% do PIB por ano (R\$51,8 bilhões), segundo a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal. Prometia, também, reajustar o salário-mínimo pela inflação, isentar de impostos quem ganha até R\$5 mil e ainda retomar investimentos públicos em infraestrutura. A questão é como fazer isso. Acabar com o teto de gastos é parte da resposta, mas ainda assim será preciso achar de onde tirar o dinheiro.

A única certeza é que, seja qual for a estratégia escolhida, para implementá-la, o novo presidente vai precisar retomar o controle sobre o Orçamento, implodindo a modalidade de emendas de aplicação obrigatória conhecida como orçamento secreto. Foi o que Lula se propôs a fazer desde o início da campanha, mas a missão não é nada trivial.

Tudo indica que o Supremo deverá ajudar na tarefa, julgando uma ação que está pendente na Corte e declarando essas emendas inconstitucionais — o que daria a Lula a oportunidade de organizar sua base no Congresso. Para isso, porém, ele precisa negociar com os parlamentares uma alternativa viável para substituir o orçamento secreto.

A equipe do petista passou a campanha trabalhando em uma proposta que preserve boa parte do valor que eles já recebem de forma automática, mas dê ao Planalto controle sobre a aplicação do dinheiro. Como? Uma possibilidade é exigir que as emendas obrigatórias sejam destinadas a programas escolhidos pelo Executivo, por exemplo.

Calcula-se no entorno de Lula que, se emplacar essa ideia, ele consegue obter maioria na

Câmara. Nesse caso, poderia até tentar substituir o atual presidente da Casa, Arthur Lira, por um aliado. Só aí será possível saber quanto mais Lula poderá gastar, qual será o valor do Auxílio Brasil — e, portanto, que jeitão terá seu governo.

Só que isso tudo tem que ser negociado ainda antes da posse, como Congresso nas mãos de Lira e pendurado no orçamento secreto. E aí começamos problemas.

Uma fatia importante dos parlamentares que assumem a partir de primeiro de janeiro ou foi reeleita à base de orçamento secreto, ou já chega a Brasília ansiosa por botar a mão no dinheiro. O deputado Elmar Nascimento, líder do União Brasil (80 deputados) e membro emérito do Centrão, resumiu o humor geral: “Se (o STF) tirar o nosso, a gente tira o (dinheiro) deles”. E acrescentou: se Lula realmente insistir em acabar como orçamento secreto, vai ter sua primeira grande derrota. “Perde de 400 votos. É impossível ele conseguir”

Especialistas em Centrão acreditam que a ameaça não vinga. Nas palavras de um deles, os deputados e senadores podem ser viciados em orçamento secreto, mas não conseguem viver sem orbitar o governo, ainda mais um governo fresco e popular.

Por essa lógica, basta Lula entregar os cargos certos aos partidos certos, que o resto vem por gravidade.

Só que não é bem assim. Bolsonaro perdeu as eleições, mas o bolsonarismo continua. E para completar o cenário, o atual presidente da Câmara, Arthur Lira, aliado de Bolsonaro, líder máximo do Centrão e comandante em chefe do orçamento secreto, passou as últimas semanas fechando acordos para garantir sua reeleição. Lula certamente vai lançar um candidato seu para a presidência da Casa, mas vai precisar contornar esses compromissos para tirar Lira do páreo.

Diante de um cenário como esse, adura campanha eleitoral começa aparecer brincadeira de criança. Lula venceu enormes desafios em seus dois primeiros governos, mas nunca tantos e tão complexos ao mesmo tempo. Agora é a hora demonstrar se o legado vai jogar a favor — ou se vai se transformar em mais um peso.

“No caminho tem um orçamento secreto”, de Malu Gaspar, é um artigo de opinião que reflete o posicionamento da autora quanto à situação política e econômica do país após a vitória do candidato Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Cabe, de início, destacar que há a presença de intertextualidade implícita no título do artigo, isso porque ele resgata uma obra literária.

O primeiro fator que se pode notar no título é a intertextualidade, uma vez que dialoga com o poema “Meio do caminho”, de Carlos Drummond de Andrade:

No meio do caminho tinha uma pedra
 tinha uma pedra no meio do caminho
 tinha uma pedra
 no meio do caminho tinha uma pedra.

Nunca me esquecerei desse acontecimento
 na vida de minhas retinas tão fatigadas.

Nunca me esquecerei que no meio do caminho
 tinha uma pedra
 tinha uma pedra no meio do caminho
 no meio do caminho tinha uma pedra.
 (ANDRADE, [1928] 1975, p. 33)

A repetição da estrutura “no caminho” mais o verbo “ter” no presente resgatam na memória do leitor o poema de Carlos Drummond de Andrade, publicado na Revista de Antropofagia em 1928. Cabe, assim, destacar que Drummond teceu uma crítica nos seus versos relacionado aos problemas que os indivíduos encontram em suas vidas e o quanto eles se repetem. Além disso, as “pedras” são vistas como os fatores que dificultam a caminhada.

A personalidade literária de Carlos Drummond de Andrade levou-o à elaboração de uma linguagem capaz não só de traduzir sua visão totalizante dos homens e das coisas senão também de atender com eficiência a seu honesto esforço de comunicação. (...) De diferentes modos CDA serviu-se da enumeração caótica: — repetindo a palavra para extrair dela seu conteúdo inteiro, com a valorização do “pormenor poemático” (34); lê-se em “Nosso Tempo” (CASTILHO, 2001, p. 31-32).

A segunda parte do título “orçamento secreto” apresenta o fator interdiscursivo visto que faz menção a uma prática comum na gestão do atual presidente do Brasil:

Por meio da chamada “emenda do relator”, instrumento legal, mas pouco transparente, **oficializou-se o chamado orçamento paralelo e, dentro dele, uma parte que pode ser classificada como “secreto”**. Não significa afirmar que todas as emendas envolvam corrupção, tampouco que não são legítimas do ponto de vista político. **Considerando a desigualdade no Brasil**, em todas as dimensões, das regionais às entre famílias, deficiências de infraestrutura e o fato de que deputados respondem, e devem fazê-lo, a suas bases, as pressões sobre o orçamento são evidentes. Porém, **há uma tendência à ocorrência de redistribuições dissipativas** (uma analogia termodinâmica) **que diminuem a eficácia das próprias políticas públicas de natureza social** e eventualmente distributivistas (SILVA; TEIXEIRA; 2022, p. 6).

Outrossim, o campo semântico escolhido pela articulista retoma o título como se pode ver em diversas passagens:

(...) seja qual for a estratégia escolhida, para implementá-la, o novo presidente vai **precisar retomar o controle sobre o Orçamento**.
 (...) Para isso, porém, ele **precisa negociar com os parlamentares** uma alternativa viável para **substituir o orçamento secreto**
 (...) poderia até tentar **substituir o atual presidente da Casa**, Arthur Lira, **por um aliado**.
 (...) Só que isso tudo tem que ser negociado ainda antes da posse, com o **Congresso nas mãos de Lira e pendurado no orçamento secreto**. E aí começamos problemas.

(...) **Uma fatia importante dos parlamentares que assumem** a partir de primeiro de janeiro ou **foi reeleita à base de orçamento secreto**, ou já **chega a Brasília ansiosa por botar a mão no dinheiro**.

(GASPAR, 2022 – grifo meu)

Nos trechos do artigo que foram apontados e grifados acima, nota-se que o orçamento secreto figura como a “pedra” do poema original. Da leitura do texto, depreende-se que os desafios que serão enfrentados têm como principal empecilho o dito “orçamento secreto” presente no título.

Só que não é bem assim. Bolsonaro **perdeu as eleições, mas o bolsonarismo continua**. (...)

E **para completar o cenário**, o atual presidente da Câmara, Arthur Lira, aliado de Bolsonaro, líder máximo do Centrão e comandante em chefe do orçamento secreto, passou as últimas semanas fechando acordos para garantir sua reeleição (GASPAR, 2022 – grifo meu).

Ainda remetendo ao título, bem como ao poema de Drummond, percebe-se a continuação da ideia de obstáculo nos termos: “perdeu x continua” e “para completar o cenário”. Tais escolhas da articulista enfatizam os desafios a partir de um encadeamento de fatores.

Cabe, por fim, dizer que essa relação entre o conteúdo do artigo e o título apresentam função anafórica já que há um processo de referência do primeiro para o segundo, ou seja, do texto para o título.

Auxílio Carimbado

Digitais de Bolsonaro não excluem memória do bolsa família

Flavio Tabak

Uma das principais apostas para alavancar os índices de popularidade do presidente Jair Bolsonaro, o programa Auxílio Brasil já é compreendido pela ampla maioria da população como uma obra do pré-candidato do PL à reeleição. E isso não quer dizer que essa percepção será convertida, nos próximos três meses, em votos. A pesquisa “A cara da democracia” revela que, em respostas espontâneas (quando não são apresentadas opções aos entrevistados), 74% afirmam que Bolsonaro é o “responsável pela criação do Auxílio Brasil”. Outros 3% dizem que foi o ex-presidente e também pré-candidato Lula (PT), que lidera todas as pesquisas de opinião, e um quinto dos eleitores (21%) diz não saber.

Por outro lado, quando questionados sobre quem criou o Bolsa Família, 55% dos eleitores afirmam ter sido Lula, seguido por Fernando Henrique (10%), Bolsonaro (4%) e Dilma (2%). Um quarto da população (26%) diz não saber, número que revela um desconhecimento, ou esquecimento, mais acentuado do programa criado por Medida Provisória em 2003. O Auxílio Brasil é visto pelo

governo como um grande desafio de comunicação política para convencer milhões de beneficiários de que o Bolsa Família, após quase duas décadas e fortemente vinculado aos governos do PT, mudou de nome. Ele agora tem as digitais de um novo presidente e será parte de uma estratégia maior que inclui a PEC aprovada pelo Senado para ampliar o estado de emergência, autorizando gastos extras demais de R\$ 40 bilhões a poucos meses das eleições. Há ainda novas modalidades de auxílio, como para caminhoneiros e taxistas.

Medidas inócuas

Discussões sobre o design do cartão magnético, as cores impressas e o próprio nome do programa fazem parte dos esforços para essa transição, mas a pesquisa “A cara da democracia” mostra, no entanto, que a população já entendeu quem criou o Auxílio Brasil, e os esforços daqui em diante terão de lidar muito mais com a memória relacionada ao Bolsa Família do que com um esforço para carimbar o nome de um político sobre outro na concessão de cartões magnéticos carregados com dinheiro para lidar com a alta da inflação.

— O que Bolsonaro fez do ponto de vista político é muito perspicaz. O Bolsa Família é marca registrada do PT, mais do que um programa de Estado. E o governo Bolsonaro tentou interromper isso de alguma maneira. Com esses resultados aliados à corrida eleitoral, fica claro que o Bolsa Família está na memória da população. É simbólico, é marca do combate à desigualdade e que a população o associa ao PT — analisa Lucio Rennó, professor de Ciência Política da UnB ao avaliar os resultados da pesquisa feita pelo Instituto da Democracia (INCT/IDDC).

O percentual dos que não sabem quem criou o Bolsa Família (um quarto) é maior do que o do Auxílio Brasil (um quinto) e isso reflete, segundo Rennó, uma certa perda de memória como passar do tempo, aliada a críticas que o programa sofreu ao longo do tempo, como conotações de que era clientelista ou que não dava “a vara para pescar”, por mais que fosse majoritariamente aprovado pela população.

Apoio incondicional

Segundo a mesma pesquisa, 88% dos entrevistados apoiam o Bolsa Família, e 85%, o Auxílio Brasil. Portanto, na campanha eleitoral, Lula e Bolsonaro não terão o que discutir sobre a validade desses programas federais. Na avaliação de especialistas, o que vai contar é a forma como cada eleitor entende o benefício e, principalmente, com qual intuito cada um foi criado.

— Durante a pandemia, o auxílio emergencial foi importante para sustentar a popularidade de Bolsonaro, mas, em princípio, o Auxílio Brasil não necessariamente recaptura eleitores de baixa renda que o presidente vem perdendo desde a eleição — aponta o cientista político da UnB, acrescentando. — A aposta agora é massificar essa estratégia com a Proposta de Emenda Constitucional que amplia os projetos sociais. Apesar de fazer sentido politicamente, a ação pode ter sido apresentada tardiamente pela pré-campanha do presidente Bolsonaro.

Para Fábio Kerche, professor de ciência política da Uni-Rio, o alto reconhecimento do Auxílio Brasil como obra de Bolsonaro não substitui a ideia de que outros governos distribuíram renda: — Eleitores podem até reconhecer que é uma iniciativa do atual governo, mas não a ponto de mudar a intenção de voto. Existe uma discussão sobre a credibilidade e compromisso de cada candidato com essa pauta. No caso de Bolsonaro, há desconfiança. Muitos podem se perguntar: “Por que não fez

antes?” Reconhecer ou saber de quem veio não significa aderir.

Kerche aponta uma hipótese e que pode estar presente na cabeça de muitos eleitores sobre o caráter “eleitoreiro” de medidas tão repentinas para distribuir renda.

— No fundo, muitos eleitores veem medidas aprovadas como tentativas de reverter as coisas na última hora. Essa carestia não vem de hoje. É uma hipótese, mas há um sentimento de ação eleitoreira, ao final dos 45 minutos do segundo tempo. Uma pessoa pode buscar o dinheiro por achar que é seu, que tem direito. E isso não necessariamente resulta em voto em Bolsonaro porque existe uma memória de que, no tempo do Lula, havia mais emprego. E o auxílio vem para quem está desemprego.

A pesquisa “A cara da democracia” foi feita pelo Instituto da Democracia (INCT/IDDC), com 2.538 entrevistas presenciais em 201 cidades, em todas as regiões do país. A margem de erro total é de 1,9 ponto percentual, e o índice de confiança é de 95%. Participaram as universidades UFMG, Unicamp, UnB e Uerj, com financiamento do CNPq e da Fapemig.

“Auxílio carimbado”, de Flávio Tabak, é um artigo de opinião que destaca o uso do auxílio emergencial como um instrumento de aumento de popularidade e de votos por parte do presidente Jair Bolsonaro.

Inicialmente, torna-se válido relembrar que o programa “Bolsa Família” teve seu nome alterado para “Auxílio Brasil” por meio da Lei nº. 14.284/2021, conforme prevê o artigo 1º da referida legislação:

Art. 1º - Esta Lei institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, em substituição ao Programa Bolsa Família, de que trata a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e ao Programa de Aquisição de Alimentos, de que trata o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, respectivamente, e define metas para taxas de pobreza no Brasil.

Esse é um dos conhecimentos que o leitor precisa ter para fazer todas as associações previstas no artigo. Cabe, assim, destacar que o nome do “auxílio” mencionado no título, faz referência ao programa de distribuição de renda distribuído pelo Governo Federal, o qual, inclusive, causou controvérsia durante a pandemia do Covid-19. Percebe-se, ainda, que o uso do vocábulo “carimbado”, complemento nominal de “auxílio”, tem o intuito de atribuir sentido a este substantivo.

Dessa forma, o título retoma uma expressão coloquial muito comum, qual seja: “figurinha carimbada”, que, de acordo com dicionários e sites populares, pode expressar valores diferentes: (i) expressa, de forma irônica e jocosa, alguém que está sempre presente e,

por vezes, pode ser inconveniente, ou seja, “arroz de festa”² ou (ii) alguém assíduo que frequenta determinado ambiente, sendo muito comum em determinado contexto³.

Com efeito, sob uma ótica histórica, o termo “figura carimbada” teve origem nos anos 60 com a popularização dos álbuns de figurinhas de futebol. De acordo com Manuela Aquino, em artigo para a revista *Superinteressante*, “as figurinhas carimbadas podiam ser trocadas por prêmios” (AQUINO, 2016).

Em um primeiro contato com o título, antes da leitura do artigo, é possível, pois, imaginar que o autor deseja informar que o auxílio emergência (ou auxílio Brasil) está marcando presença. Logo, unindo esta informação ao contexto do país – ano eleitoral – torna-se mais claro o contexto em que o vocábulo “carimbado” foi utilizado: objetivo de dizer que os recursos sociais já estão confirmados para engajar a popularidade do governo.

No decorrer da leitura, é possível confirmar tais impressões, inclusive o valor de “carimbar” como “marcar a imagem de alguém”, como se pode ver no seguinte trecho do artigo: “os esforços daqui em diante terão de lidar muito mais com a memória relacionada ao Bolsa Família do que com um esforço para carimbar o nome de um político sobre outro na concessão de cartões magnéticos carregados com dinheiro.” (TABAK, 2022, p. 8). Alguns exemplos do texto em que se torna possível perceber o resgate do título durante a leitura são:

Uma das principais **apostas para alavancar** os índices de popularidade do presidente (...).

(...) Ele agora tem as **digitais de um novo presidente** e será parte de uma **estratégia maior** que inclui a PEC aprovada pelo Senado para ampliar o estado de emergência, autorizando gastos extras demais de R\$ 40 bilhões a poucos meses das eleições.

(...) lidar muito mais com a memória relacionada ao Bolsa Família do que com um **esforço para carimbar o nome de um político sobre outro** na concessão de cartões magnéticos carregados com dinheiro (...) (TABAK, 2022, p. 8 – grifo meu).

Conclui-se, portanto, que o título desempenha uma função intertextual ao trazer expressão de conhecimento popular e associar o saber à notícia. Além disso, também é interdiscursivo, já que resgata acontecimentos importantes (a mudança do nome “Bolsa Família e o que ele representava), além de antecipar eventos nacionais (as eleições de 2022). Ter tal percepção, ajuda o leitor a formular novas inferências textuais.

Pego com a boca na botija

Merval Pereira

A interferência do presidente Bolsonaro nos órgãos de fiscalização do governo fica cada vez

² Definição disponível em: <https://www.achando.info/figurinha-carimbada>

³ Definição disponível em: <https://dicionariocriativo.com.br/expressoes/idade/velharia/2865-figurinha-carimbada>

mais clara à medida que os fatos vão se desenrolando. É provável que esta última, no caso da prisão do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, passe em branco graças à extrema boa vontade com que o procurador-Geral da República Augusto Aras trata as questões ligadas ao presidente. Mas está evidente que Bolsonaro teve informações privilegiadas através do ministro da Justiça Anderson Torres, a quem a Polícia Federal é subordinada funcionalmente, mas, vê-se agora, não a controla.

Bolsonaro tentou várias vezes escolher os comandos da Polícia Federal, como acusou o ex-ministro da Justiça Sergio Moro, e essa é mais uma demonstração de que o presidente queria mesmo ter o controle das ações da PF para defender sua família e amigos.

“Não vou deixar foderem minha família toda e meus amigos”, disse Bolsonaro na famosa reunião ministerial em que exigiu fidelidade canina a seus auxiliares.

A interferência do presidente e do ministro da Justiça na PF, porém, é limitada a questões burocráticas, como impedir que o preso prestasse depoimento de corpo presente em Brasília. Ou a informações privilegiadas. Mas não há poder para parar uma investigação como essa, que foi para o Supremo Tribunal Federal (STF) justamente por envolver o presidente da República.

A proximidade de Bolsonaro com o pastor Milton Ribeiro deve-se à primeira-dama Michele, e, pelos diálogos gravados, Bolsonaro recebia versículos de seu ex-ministro. A primeira tentativa de livrar-se do problema, dizendo que Milton Ribeiro deveria “responder por seus atos”, deve ter detonado uma reação forte, pois Bolsonaro logo recuou da frieza com que abandonara o antigo ministro para se envolver com ele pública e privadamente, a ponto de avisá-lo que estava com um “pressentimento” de que a Polícia Federal poderia fazer “busca e apreensão” na sua casa.

Se tivesse alguma coisa a esconder, o ex-ministro teve tempo suficiente para se livrar do que o incriminasse, graças ao vazamento seletivo do presidente, que deveria ser punido por crime de responsabilidade, um dos muitos que poderiam ser cobrados dele em um país normal. Um obstáculo a mais na sua campanha pela reeleição.

“Pego com a boca na botija”, de Merval Pereira, é um artigo de opinião que apresenta um título intertextual e interdiscursivo, o qual faz menção à idêntica expressão popular que significa ser pego em flagrante ao cometer um ato proibido. A palavra “botija” é de origem espanhola e significa recipiente para guardar água ou vinho e manter o líquido em uma temperatura fresca, seria algo semelhante à moringa. Além disso, por seu formato, a botija também servia para esconder itens valiosos, como moedas e joias.

Tal expressão foi utilizada na obra *Memórias de um sargento de milícias*, escrita em 1854 por Manoel Antônio de Almeida, como se pode ver na seguinte passagem: “Sem necessitar grandes precauções, porque todos pareciam entregues à maior segurança, cercou o major a casa, e apanhou tudo, como se costuma dizer, com a boca na botija” (ALMEIDA, 1996, p. 103).

Conforme explica Almeida “com a boca na botija com o sentido denotativo de ‘alguém surpreendido no instante da atitude tomada’” (2001, p. 33). O traço denotativo

explicado pela autora pode ser explicado pela literalidade da cena da crônica: ser pego fazendo algo no ato. No entanto, é preciso pensar que a expressão também pode apresentar sentido conotativo, como no título do artigo de opinião em debate. Nesse sentido, destaca-se que a expressão popular utilizada como título para o artigo mencionado tem o intuito de elencar que alguém foi pego fazendo algo duvidoso, que põe em dúvida as ações praticadas. Nota-se, então, que o texto destaca a interferência do Presidente da República nos órgãos e instituições federais, algo que tem se tornado cada dia mais evidente para a população, demonstrando que o político aparenta não se importar por receber informações privilegiadas, o que se poder ver nas seguintes passagens:

A **interferência** do presidente Bolsonaro nos órgãos de fiscalização do governo **fica cada vez mais clara** à medida que os fatos vão se desenrolando.
 (...) está evidente que Bolsonaro teve **informações privilegiadas** através do ministro da Justiça Anderson Torres (...).
 (...) Bolsonaro **tentou** várias vezes **escolher os comandos da Polícia Federal**, como acusou o ex-ministro da Justiça Sergio Moro, e essa é mais uma **demonstração de que o presidente queria mesmo ter o controle** das ações da PF (PEREIRA, 2021).

Sendo assim, no presente artigo, ser “pego com a boca na botija”, como destaca o título, está associado a ser visto fazendo algo errado e proibido, como uma tentativa de obter vantagem. Além disso, o conteúdo textual, por meio da seleção lexical e do campo semântico, corrobora o título escolhido pelo jornalista.

D) Anúncio publicitário



“Sem lenço, sem documento, sem senha e sem cartão”, Banco Itaú – Revista Istoé. Refere-se a uma propaganda do Banco Itaú de 13.02.2013, a qual faz menção à composição “Alegria, Alegria”, de Caetano Veloso:

Caminhando contra o vento
Sem lenço, sem documento
 No Sol de quase dezembro
 Eu vou

O Sol se reparte em crimes
 Espaçonaves, guerrilhas
 Em cardinales bonitas
 Eu vou

Em caras de presidentes
 Em grandes beijos de amor
 Em dentes, pernas, bandeiras
 Bomba e Brigitte Bardot
 (...)

(VELOSO, 1967)

De acordo com Campos e Rangel “A obra, Alegria, Alegria projetada em 1967, por Caetano Veloso, apurava a oposição, a ironia, o anarquismo e a **liberdade**” (CAMPOS; RANGEL, 2017, p. 111 – grifo meu), o que reflete a ideia do anúncio publicitário com a proposta de falar da liberdade dos clientes em não necessitarem mais do cartão para terem acesso às suas contas. Ainda a respeito da composição de Caetano Veloso cabe destacar que

Cada verso da canção é uma **crítica: ao abuso de poder**; à violência; à opressão social; às sinistras condições da conjuntura cultural e educacional. Condições que se estabeleceu pelo regime militar, com atenção em formar brasileiros alienados. (...) **Ainda que nomeada de Alegria, Alegria, sua poética nada tem a ver com o estado de viva satisfação**, de vivo contentamento o qual se intitula, mas sim à conjectura do período de algemas militares, os chamados anos de chumbo pelo qual o Brasil passava (CAMPOS; RANGEL, 2017, p. 111 – grifo meu).

Há, pois, um certo paradoxo ao se perceber a intertextualidade implícita (KOCH; BENTES; CAVALCANTE; 2012, p. 31-33) com a música “Alegria, Alegria” em uma propaganda de instituição financeira, uma vez que nem sempre esses espaços são lembrados com satisfação pelos clientes.

Ademais, quanto a composição do anúncio, houve uma quebra de expectativa na continuidade da letra da música que se deu a partir do acréscimo de “sem senha e sem cartão”, mantendo-se o paralelismo sintático em relação à estrutura anterior e a rima – o que provoca o efeito estilístico no anúncio.

No caso dessa propaganda, além da função intertextual, é possível notar certa ironia, pois a letra escrita por Caetano, no período da ditadura militar, criticava o governo ditatorial, o que também ocorre os bancos, considerando que há uma falsa sensação de liberdade e autonomia frente a estas instituições:

E) Editorial

FOLHA DE S.PAULO
★ ★ ★

O QUE A FOLHA PENSA

Vacina sem revolta

Convencimento e educação são as melhores armas para aumentar a cobertura vacinal no país



Vacina sem revolta

Em 2001, acreditava-se que o sarampo fora eliminado no Brasil. Menos de duas décadas depois, a doença viral retorna com um surto que já alcançou mais de 1.400 pessoas.

A causa é conhecida: baixa cobertura vacinal.

Como regra, epidemiologistas preconizam que 95% do público-alvo deva ser imunizado para bloquear a transmissão de moléstias infecciosas.

Entretanto a taxa de aplicação da tríplice (que também protege contra caxumba e rubéola) despencou desde 2015, após 12 anos perto dos 100%. Em 2017, baixou a preocupantes 84%.

Não estranha que o sarampo esteja em ascensão. Sempre haverá portadores entrando no país, como ocorre agora com refugiados da Venezuela em Roraima, o que não engendraria consequências se o vírus encontrasse aqui condições desfavoráveis para disseminar-se.

Arrombada a porta, governos correm para tentar pô-lhe uma tranca com ampla campanha de vacinação, que inclui ainda a imunização contra poliomielite. Se o sarampo nada tem de benigno, como atestado nas seis mortes já comprovadas, a paralisia deixa sequelas que se acreditavam erradicadas.

Pouco importa a razão para que os pais deixem de cumprir seu dever. Cabe ao Estado buscar as crianças não imunizadas onde elas estiverem — na escola ou em casa.

Assim promete agir a prefeitura paulistana, e faz bem. Na maior cidade do país, a taxa de cobertura das duas vacinas ainda não havia atingido 60% na quinta-feira (23).

Arme-se então um posto volante em plena avenida Paulista, no sábado, como se fez, para pais sem meios de conduzir os filhos até o posto de saúde em horário de expediente. Apliquem-se vacinas nos colégios, como se planeja fazer na semana que começa.

Também soa prudente a mobilização de equipes para bater de porta em porta, como se anuncia, atrás de quem ainda não foi vacinado. Em hipótese alguma, entretanto, devem-se imunizar crianças e jovens contra a vontade dos pais.

Nesses casos de recalcitrantes, resta o recurso às armas do convencimento. Um médico, agente comunitário ou enfermeiro, face a face com os crédulos nos boatos veiculados em redes sociais, terá autoridade e argumentos para demovê-los da temeridade.

O pior cenário para um sistema de saúde estaria em lançar mão de autoritarismo e revoltar pais e filhos com a imposição de procedimentos sanitários (ou, como é mais frequente, com a negativa ou morosidade de atendimento).⁴

“Vacina sem revolta”, é um editorial do jornal *Folha de São Paulo* o qual aponta um debate importante a respeito da vacinação de crianças com o intuito de evitar a disseminação e o retorno de doenças até então controladas.

O título do editorial chama atenção por estabelecer intertextualidade e interdiscursividade com o acontecimento histórico “revolta da vacina”, ocorrido entre 10 e 16 de novembro de 1904 na cidade do Rio de Janeiro, à época, capital do Brasil. A revolta ocorreu porque a população, embora enfrentasse problemas de saúde pública, recusava-se a tomar vacina, o que a fez se insurgir quando o governo tornou obrigatória a vacinação:

Foram apenas cinco dias, mas marcaram a história da saúde pública no Brasil. No início de novembro de 1904, o Rio de Janeiro, então capital federal, foi palco da maior revolta urbana que já tinha sido vista na cidade. A Revolta da Vacina deixou um saldo de 945 prisões, 110 feridos e 30 mortos, segundo o Centro Cultural do Ministério da Saúde. **O estopim da rebelião popular foi uma lei que determinava a obrigatoriedade de vacinação contra a varíola.** Mas havia um complexo e polêmico panorama social e político por trás da revolta, e diferentes fatores ajudam a explicar melhor os protestos. Dados do Instituto Oswaldo Cruz mostram que,

⁴ Fonte: VACINA SEM REVOLTA. *Jornal Folha de São Paulo*. São Paulo, São Paulo. 27 ago. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2018/08/vacina-sem-revolta.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

naquele ano, uma epidemia de varíola atingiu a capital. O Rio de Janeiro, aliás, sofria com várias outras doenças (como peste bubônica, tuberculose e febre amarela) e era conhecido no exterior pelo nada elogioso apelido de “túmulo dos estrangeiros”. Só em 1904, cerca de 3.500 pessoas morreram na cidade vítimas da varíola, e chegava a 1.800 o número de internações pela enfermidade apenas em um dos hospitais cariocas, o Hospital São Sebastião. (...) O imunizante também não era bem aceito pelo povo, ainda desacostumado com a própria ideia da vacinação, e diferentes boatos corriam na época, como o de quem se vacinava ganhava feições bovinas (DANDARA, 2022 – sem página).

O título da notícia, portanto, retoma o tema da revolta da vacina, mas, por meio da preposição “sem”, marca que a vacinação não deve ser pautada na obrigatoriedade – como no passado –, mas sim na conscientização da população, é o que se vê por meio da escolha lexical do texto:

Em 2001, acreditava-se que o sarampo **fora eliminado** no Brasil. Menos de duas décadas depois, a **doença viral retorna** com um surto que já alcançou mais de 1.400 pessoas.

(...) **Arrombada a porta**, governos correm para **tentar pôr-lhe uma tranca** com ampla campanha de vacinação, que inclui ainda a imunização contra poliomielite.

(...) Pouco importa a razão para que os pais deixem de cumprir seu dever. **Cabe ao Estado buscar as crianças não imunizadas** onde elas estiverem — na escola ou em casa.

(...) **Em hipótese alguma**, entretanto, **devem-se imunizar** crianças e jovens **contra a vontade** dos pais.

Nesses casos de recalcitrantes, **resta o recurso às armas do convencimento**. Um médico, agente comunitário ou enfermeiro, face a face com **os crédulos nos boatos veiculados em redes sociais**, terá autoridade e argumentos para demovê-los da temeridade.

(...) O pior cenário para um sistema de saúde estaria em **lançar mão de autoritarismo e revoltar** pais e filhos com a imposição (...) (REVOLTA DA VACINA, 2018, sem página – grifo meu).

Essa escolha lexical retoma o título (“Vacina sem revolta”), bem como faz referência à Revolta da Vacina ocorrida em 1904. Note-se que em todo o conteúdo do editorial há uma preocupação em usar palavras que demonstrem a liberdade dos indivíduos quanto a escolha de se vacinarem ou não, embora o texto também revele a importância da vacinação. Isso ocorre porque há o desejo de resgatar ideais democráticos associados à escolha, combatendo o que fora feito no passado por meio da Lei nº. 1.261/1904:

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1º A vacinação e revaccinação contra a variola são obrigatorias em toda a Republica.

(manteve-se a escrita original da lei.)

A legislação acima destacada foi o estopim para explosão da revolta da população, inclusive pelo fato de dar a administração pública poder para forçar a sociedade a se vacinar, tornando obrigatório o cartão de vacinação “para a realização de matrículas nas escolas, obtenção de empregos, autorização para viagens e certidões de casamentos. A medida previa também o pagamento de multas para quem resistisse à vacinação” (DANDARA, 2022, sem página).

Sendo assim, é possível perceber que há uma conexão entre o título, o texto e o acontecimento histórico, o que configura, neste último exemplo, a intertextualidade e interdiscursividade. Com efeito, um gênero textual como este é extremamente enriquecedor para ampliar o conhecimento de mundo dos estudantes, pois ele é interdisciplinar na medida em que une aspectos da biologia, da história, da língua portuguesa e também da geografia. Nesse sentido, tamanha interdisciplinaridade ainda reflete o que dispõe a Base Nacional Comum Curricular, que estabelece justamente esse *link* entre diversas áreas do saber.

7 TRANSFORMANDO A LEITURA EM ESCRITA

Após a análise textual, ou seja, a leitura e interpretação do texto, avaliação do campo semântico e lexical escolhido pelos autores dos gêneros textuais abordados, caberá ao professor desenvolver com os alunos a etapa prática do processo de ensino de aprendizagem: a escrita. Esta deve ser compreendida como a “linguagem que usada socialmente (práticas de letramento) permite a participação no mundo letrado e a construção de novas aprendizagens” (NASCIMENTO; ARAÚJO, 2018, p. 118) Para isso, serão apresentadas duas atividades que podem ser desenvolvidas com alunos do ensino médio.

(...) A escrita vem se constituindo como um produto sócio-histórico-cultural. No entanto, ela também é compreendida como inspiração, atividade para poucos privilegiados, expressão do pensamento, domínio das regras gramaticais. Essa pluralidade de conceitos indica que a compreensão da escrita envolve aspectos de natureza variada (NASCIMENTO; ARAÚJO, 2018, p. 112).

Nesse sentido, a transformação da leitura em escrita representa uma forma de o estudante demonstrar o que ele assimilou, além de ser o caminho que o possibilitará desenvolver novas habilidades e competências, sendo uma das mais importantes a prática textual. Com efeito, “a aprendizagem e utilização da escrita são significativas para o desenvolvimento das pessoas” (NASCIMENTO; ARAÚJO, 2018, p. 116), o que justifica a importância da etapa prática no processo de ensino e aprendizagem. Como esta pesquisa demonstrou, o vínculo entre o título e o texto devem ser explorados nas aulas de português com o intuito de aprimorar a interpretação de texto dos educandos, bem como mostrá-los novas possibilidades de leitura por conta da criatividade no uso da língua. Ademais, estimulará a percepção do alunado quanto à importância do título e da sua posição de destaque na medida em que este é o primeiro ponto de contato do leitor com a obra, responsável por atrai-lo ou repeli-lo.

Dessa forma, o foco da escrita se dá com base na interação o que exige do “escritor a ativação de conhecimentos e a mobilização de estratégias. O autor pensa no que vai escrever considerando o seu leitor” (NASCIMENTO; ARAÚJO, 2018, p. 113). Isso faz com que o autor conheça o seu leitor, bem como organize suas ideias e revise aquilo que escreve ao longo do processo textual, logo “o sentido do texto resulta da interação entre os interlocutores, vistos como sujeitos ativos que são construídos dialogicamente no texto” (NASCIMENTO;

ARAÚJO, 2018, p. 113), de sorte que a produção de sentido do texto se torna fruto da interação entre os indivíduos.

A Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio apresenta a prática escrita de modo à relacioná-la com a sua “funcionalidade comunicativa e a consideração dos interlocutores” (NASCIMENTO; ARAÚJO, 2018, p. 119), além disso, “também possibilita a participação no mundo letrado e a construção de novas aprendizagens” (NASCIMENTO; ARAÚJO, 2018, p. 119). Nesse sentido, de acordo com a BNCC, tem-se que:

É importante que os jovens, ao explorarem as possibilidades expressivas das diversas linguagens, possam realizar reflexões que envolvam o exercício de análise de elementos discursivos, composicionais e formais de enunciados nas diferentes semioses – visuais (imagens estáticas e em movimento), sonoras (música, ruídos, sonoridades), verbais (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita) e corporais (gestuais, cênicas, dança). (BRASIL, 2017, p. 55)

Essa percepção norteia, portanto, a formulação das atividades propostas nesta dissertação a fim de estimular a percepção do aluno quanto à prática de leitura e de escrita.

7.1 Proposta de atividades que instiguem a criatividade dos alunos

Foram formuladas duas atividades pautadas na (i) análise do título, (ii) leitura e compreensão do conteúdo textual, (iii) correlações entre as palavras e expressões textuais que retomassem o título, além de (iv) atividade prática de produção de texto. Dessa forma, tem-se um roteiro para que o professor possa seguir as etapas a serem desenvolvidas com os alunos, bem como dois gêneros pré-selecionados para a realização da atividade.

Atividade 01



Fonte: Jornal O Globo, 10.11.2022

Uma voz tamanha

Considerada uma das maiores intérpretes da mpb, ela foi a tal: começou na bossa nova, virou musa da tropicalia, revolucionou costumes, flertou como pop, se renovou em parcerias com novos nomes e marcou o imaginário como símbolo da contracultura

Maria da Graça Costa Penna Burgos nasceu em 26 de setembro de 1945, em Salvador. Quando ainda menina, nos anos 1960, todos a conheciam como Gracinha, dona de uma voz suave e afinada. Um dia, ela encontrou o pai da bossa nova, João Gilberto, que ao ouvi-la disse: “Você é a maior cantora do Brasil”.

Rebatizada de Gal Costa (pelo produtor Guilherme Araújo, que não se conformava com o Maria da Graça que ela usava como nome artístico), a cantora não demoraria a confirmar a profecia de João: do começo na bossa, Gal adentrou o Tropicalismo ao lado de Caetano Veloso e Gilberto Gil, seguiu pelos caminhos da MPB e do pop, e se estabeleceu como uma das maiores, num país de enormes vozes femininas.

Consagrada por sua interpretação cristalina, que pôs a serviço dos maiores compositores da música brasileira (Dorival Caymmi, Ary Barroso e Tom Jobim mereceram dela álbuns inteiros), Gal Costa também se destacou como um símbolo da revolução comportamental.

Guitarra e dunas da Gal

Em poucos anos, a cantora que estreara em LP em 1967 (com “Domingo”, ao lado de Caetano Veloso), ainda bossa-novista e comportada, soltou voz e cabelos, aderiu às guitarras elétricas e adotou o ideário hippie na areias de Ipanema, nas Dunas do Barato — que em 1971 passaram a ser conhecidas como as Dunas da Gal.

Ao lado de Caetano, Gil, Maria Bethânia e Tom Zé, colegas de Salvador, Gal estreou em 1964 o espetáculo “Nós, por exemplo...”, que abriu o Teatro Vila Velha. Logo, ela estava indo para o Rio, nos passos de Bethânia, que em 1965 assumiu o posto de Nara Leão no musical “Opinião”. A primeira gravação em disco se deu naquele ano, no LP de estreia da irmã de Caetano, no duo “Sol negro”. Depois de participação no I Festival Internacional da Canção, em 1966, com “Minha senhora” (Gil e Torquato Neto), Gal lançou na gravadora Philips o disco com Caetano — que também estreava em LP e nunca deixou de estar perto de Gal, seja fornecendo canções, seja produzindo discos, ou mesmo oferecendo o filho Moreno para que ela fosse sua madrinha (a cantora também era madrinha de Preta Gil).

Ao saber da morte da musa, amiga e comadre, Caetano disse à Globo News: “Ao longo dos anos eu compus várias canções para ela cantar. E tem uma canção cuja letra diz tudo: ‘Minha voz, minha vida/Meu segredo e minha revelação/Minha luz escondida/Minha bússola e minha desorientação’”.

Na revolução tropicalista promovida por Caetano e Gil em 1968, no disco “Tropicália ou Panis et circencis”, Gal foi a voz de “Mamãe coragem” (Caetano e Torquato), “Parque industrial” (Tom Zé, de quem ela chegou a ser namorada na época) e “Enquanto seu lobo não vem” (Caetano), além de “Baby”, outra de Caetano, que se tornou seu primeiro hit.

“Baby” fez parte do primeiro LP solo da cantora, “Gal Costa”, de 1969, um disco elétrico que antecedeu a psicodelia de “Gal”, do mesmo ano, em que ela gravou “Meu nome é Gal” (homenagem de Roberto e Erasmo Carlos) e “Cinema Olympia” (Caetano).

Radical e cultuada

Com a prisão e o exílio dos líderes tropicalistas, Gal assumiu o legado do movimento em discos radicais, cultuados, como “Legal” (1970) e “Fa-Tal/ Gal a todo vapor”, nascido do show dirigido em 1971 pelo poeta Waly Salomão. Cantada por Gal nesse LP, “Vapor barato” (de Waly e Jards Macalé) virou hino da contracultura nacional — revivido em 1995 no filme “Terra estranha”, de Walter Salles e Daniela Thomas.

Com a volta de Gil e Caetano ao Brasil, Gal Costa gravaria discos da maior importância para a música brasileira, como “Índia” (1973), “Cantar” (1974) e “Gal canta Caymmi” (1976), que trouxeram interpretações clássicas de “Barato total” (Gil), “Arã” (João Donato e Caetano) e “Só louco” (Caymmi).

Gal também marcaria seu nome na MPB ao cantar duas outras de Caymmi: “Modinha para Gabriela”, tema da novela “Gabriela” (1975), e “Oração de Mãe Menininha” — dueto com Maria Bethânia, ao lado de quem, em 1976, e junto com Gil e Caetano, formou o grupo Doces Bárbaros, que lançou disco, correu o Brasil e voltou, brevemente, em 2002.

O fim dos anos 1970 veria a transformação de Gal de cantora cult e deusa da contracultura a um dos nomes mais populares da MPB. Primeiro disco de ouro de sua carreira, “Água viva” (1978) estourou com “Folhetim” (Chico Buarque), “Olhos verdes” (Vicente Paiva) e “Paula e Bebeto” (Milton Nascimento e Caetano). O seguinte, “Gal tropical” (nascido de um show muito bem-sucedido), fez ainda mais sucesso nas rádios, com “Balancê” (João de Barro e Alberto Ribeiro) e “Força estranha” (Caetano).

A cantora Gal Costa morreu na manhã de ontem, em casa, aos 77 anos. A causa da morte não foi divulgada. Gal estava afastada dos palcos para se recuperar de uma cirurgia realizada em setembro para retirar um nódulo na fossa nasal direita. Sua morte provocou luto no Brasil e no exterior, onde se apresentou com destaque em diferentes momentos da carreira. O velório da artista, aberto ao público, será sexta-feira, na Assembleia Legislativa de São Paulo, das 9h às 15h. O enterro será fechado, apenas para amigos e familiares.

- 1) A partir do título, o que se pode esperar do texto da notícia?
- 2) O título é intertextual? Por quê?
- 3) Após a leitura do texto, quais são as palavras ou expressões que retomam o título da notícia?
- 4) Há alguma figura de linguagem presente no título da notícia?
- 5) Reformule a notícia apresentada e atribua um novo título a ela, seja criativo.

Atividade 2



Anúncio publicitário Hortifruti

Operação Lei Suco

Se beber, sorria

- 1) A partir do texto do título da propaganda, é possível identificar intertextualidade ou interdiscursividade? Por quê?
- 2) Caso a resposta seja positiva, qual seria o fragmento do anúncio que evidencia a intertextualidade?
- 3) Quais são os elementos presentes no gênero textual que o caracterizam como anúncio publicitário?

- 4) Reformule o anúncio publicitário apresentado e atribua um novo título a ele, seja criativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura do mundo precede a leitura da palavra.

Paulo Freire

Os desafios para realizar esta pesquisa foram extensos, porém serviram de base para a confirmação de duas hipóteses. A primeira delas envolve a relevância do estudo dos títulos, já a segunda a necessidade de termos mais materiais científicos que se prontifiquem a aprofundar a teoria do processo de intitulação, bem como atividades que ajudem os alunos a compreenderem esta importância.

O principal objetivo da dissertação foi o de apresentar ao leitor, especialmente ao leitor-professor, possibilidades de lidar com a prática de leitura em sala de aula de modo a investir na criticidade do estudante, além de ampliar o conhecimento de mundo dele, pautando-se na criatividade e em aulas dialógicas.

Diante disso, a observação aos Parâmetros Nacionais Curriculares – primeiro documento normativo que se dispôs a apresentar um novo olhar para o ensino de Língua Portuguesa –, bem como a Base Nacional Comum Curricular trouxeram para a pesquisa fundamentação para a abordagem de diferentes gêneros textuais nas aulas de português, especialmente os que pertencem ao domínio jornalístico e publicitário. Embora os documentos não sejam a única fonte utilizada para fundamentar estes estudos, eles são importantes conteúdos uma vez que embasam os currículos escolares. Nesse sentido, destacou-se que o uso dos textos não deve ser feito com um fim em si mesmo, pelo contrário, deve ser o ponto de partida para um ensino pragmático da língua.

Quanto aos PCN's e à BNCC, ponto que eles ainda não operaram a mudança necessária para que haja igualdade em todas as redes de ensino, isso ocorre porque as realidades no Brasil, dada a sua dimensão continental, são extremamente diferentes, o que conduz a desigualdade. Diante disso, o *corpus* da pesquisa também foi escolhido visando à facilidade de o professor os selecionar e levar para a sala de aula, tornando, assim, o ensino mais democrático sem perder a criticidade e provocar a reflexão dos estudantes.

A importância de se estudar os títulos advém da necessidade de pensar o processo de intitulação, visto que o título, comumente, é o primeiro contato do leitor com a obra, podendo repeli-lo ou atrai-lo. No entanto, mesmo diante desse conhecimento, poucos foram os teóricos que se debruçaram a esmiuçar detalhadamente tal papel, o que fomentou a relevância da

dissertação. Cumpre dizer, pois, que, a temática está longe de ser exaurida, tamanhos são os caminhos que se pode buscar e os gêneros textuais que se pode escolher. Na presente defesa, o cerne do trabalho foi o de relacionar a escolha do título à intertextualidade e ao campo lexical escolhido pelo autor durante o texto. Outrossim, o enfoque também estava associado a uma forma de colocar esse conhecimento em prática a fim de implementar as aulas de língua portuguesa, despertando não só a curiosidade dos alunos, mas também uma nova forma de olhar a linguagem, fora daquele rigor de “certo e errado” que, muitas vezes, os educandos têm acerca do português.

Formar um estudante com visão crítica, principalmente na era tecnológica, é um grande desafio, afinal, os alunos têm infinitas possibilidades de divertimento nas palmas das mãos, algo que exige do professor a formulação de encontros inovadores, atrativos, que fisguem a atenção do aluno por meio da participação dele nas aulas. Ademais, também é papel do mestre e da escola selecionarem conteúdos que dialoguem com a realidade dos estudantes e do país, com o intuito de não formar cidadãos alheios ao momento político-econômico-social em que vivem. Portanto, essa também foi uma das preocupações destacadas durante esta pesquisa.

Vale, ainda, mencionar o objetivo de ampliar o conhecimento de mundo do alunado, já que essas concepções ampliam a capacidade argumentativa dos jovens e os torna mais participativos na sociedade. Isso compreende a formação cidadã tão ratificada pela BNCC.

Destaca-se, ainda, que a análise do *corpus* corroborou a ideia pré-existente em relação a função anafórica e catafórica da leitura. Isso significa que quando o leitor lê o título e o questiona, ele antecipa as possibilidades de leitura (catáfora), por outro lado, após ler o texto e revisitar o título, ele retoma a ideia adiantada pelo autor (anáfora). Essa comprovação foi feita por meio do campo semântico escolhido pelo escritor para expor as suas ideias, o que fora verificado, à exceção da propaganda, nos gêneros aqui selecionados: editorial, notícia, crônica e artigo de opinião.

Outro fator também presente foi a intertextualidade, a qual tornou as títulos e os conteúdos do texto mais atrativos e criativos, certamente convidando o leitor a se aprofundar na obra. Apesar disso, trabalhou-se também a interdiscursividade como um elemento que promove o diálogo entre discursos. Ambos os fatores são relevantes para fomentar o conhecimento de mundo dos leitores.

Por fim, preciso dizer que, neste momento, o grande objetivo desta pesquisa é a de invadir as salas de aulas da educação básica, principalmente do ensino médio, para propor aulas mais participativas e enriquecedoras, encontros em que os alunos também possam

propor suas ideias, suas suposições. O desenvolvimento de atividades pautadas no diálogo e na leitura – desde o título – é o ponto de partida para a formação de leitores e cidadãos mais críticos e engajados. A contribuição desse estudo para estudantes e professores também se revelará produtiva a partir do momento em que o título deixar de ser uma escolha difícil e passar a ser visto por meio de um processo de criação.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Teresa Tedesco. Competências e habilidades para a leitura na perspectiva do(s) letramento(s). *In*: SIMÕES, Darcilia (org.). **Língua portuguesa e ensino: reflexões e propostas sobre a prática pedagógica**. São Paulo: Factash Editora, 2012. p. 231-245.

AMORA, Antônio Soares. **Minidicionário Soares Amora da Língua Portuguesa**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ANDRADE, Carlos Drummond de. No meio do caminho. **Revista de Antropofagia**. Ed facsim. São Paulo: Metal Leve, 1975. (1. dentição, n. 3, p. 33). Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2014/02/andrade-oswald-de-revista-de-antropofagia.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2022.

ALFANO, Bruno. Gasolina por educação. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 05 jul. 2022, p. 9.

ALMEIDA, João de. de. Texto em análise. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 29, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3752>. Acesso em: 8 nov. 2022.

ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Memórias de um sargento de milícias**. 25 ed. São Paulo: Ática, 1996.

AQUINO, Manuela. “Figurinhas carimbadas”. **Superinteressante**, São Paulo, 31 out. 2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/comportamento/figurinhas-carimbadas/>. Acesso em: 08 nov. 2022.

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 5. ed. São Paulo: Parábola, 2021.

BAKTHIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARTHES, R. **Verbetes “Texte”**. [França]: Encyclopaedia Universalis, 1974.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 15, p. 13-28, jun. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3996/399641241002.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2022.

BEAUCLAIR, Marcelo Gomes; MALFACINI, Ana Cristina dos Santos. **Português na universidade: relações lexicais: uma introdução à semântica**. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

BOFF, Odete Maria Benetti; KÖCHE, Vanilda Salton; MARINELLO, Adiane Fogali. O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação. **ReVEL**, v. 7, n. 13, 2009. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_13_o_genero_textual_artigo_de_opinioao.pdf. Acesso em: 2 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 1.261, de 31 de outubro de 1904. Torna obrigatórias, em toda a República, a vacinação e a revaccinação contra a varíola. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 31 out. 1904. Seção 1, p. 5158. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1261-31-outubro-1904-584180-publicacaooriginal-106938-pl.html>. Acesso em: 08 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nos 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2021. Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.284-de-29-de-dezembro-de-2021-370918498>. Acesso em: 08 nov. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 28 abr. 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM)**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf. Acesso em: 17 maio 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental Anos Finais**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>. Acesso em: 17 maio 2022.

CAMARA, Tania Maria. Leitura na escola básica: preocupações pedagógicas. In: SIMÕES, Darcilia (org.). **Língua portuguesa e ensino: reflexões e propostas sobre a prática pedagógica**. São Paulo: Factash Editora, 2012. p. 213-229.

CAMPOS, Marcio Pereira de Jesus; RANGEL, Tauã Lima Verdan. “As expressões de “Alegria, Alegria” durante os anos de algemas militares”. I Simpósio Integrado de Pesquisa do Curso de Direito – FAMES, **Editoração e padronização dos anais**, v. 28, 2017, p. 111. Disponível em: <https://www.famesc.edu.br/biblioteca/pesquisa-producao-cientifica/ANAIS>. Acesso em: 08 nov. 2022.

CAMPOS-TOSCANO, ALF. **O percurso dos gêneros do discurso publicitário: uma análise das propagandas da Coca-Cola**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/pr4v9/pdf/campos-9788579830112.pdf>.

CANDIDO, Antônio. A vida ao rés do chão. *In*: DRUMOND DE ANDRADE, C *et al.* **Para gostar de ler: crônicas**. Vol. 1-5. São Paulo: Ática, 1979-80.

CARAM, Bernardo. Receita Federal diz que pobres não leem livro e defende aumentar tributação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 abr. 2021.

CAVALCANTE, Kellison Lima. A leitura como processo de conhecimento do mundo e formação social. *In*: V Congresso Nacional de Pesquisa e Ensino em Ciências, 2020, Campina Grande-PB. **Anais do V CONAPESC**. Campina Grande: Realize, 2020. v. 1. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/73140>>. Acesso em: 27 fev 2023.

CASTILHO, A. T. de. “A poesia de Carlos Drummond de Andrade”. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 5, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3229/2956>. Acesso em: 5 nov. 2022.

COLASSANTI, Marina. Sim, os jovens leem. 17 out. 2019. Disponível em: <https://www.marinacolasanti.com/2019/10/sim-os-jovens-leem.html>. Acesso em: 10 maio 2022.

CORRÊA, Hércules Tolêdo. Títulos e macroestruturas textuais. **Rev. Est. Ling.**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p.53-78, jul./dez. 1999.

CÔRREA, Juliana de Oliveira. Práticas de leitura na sala de aula. **Evidência**, Araxá, v. 8, n. 8, p. 157-164, 2012. Disponível em: https://adventista.edu.br/_imagens/asped/files/pr%C3%A1ticas%20de%20leitura%20em%20sala%20de%20aula.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

COSTA, Sérgio Roberto. “A construção de ‘títulos’ em gêneros diversos: um processo discursivo polifônico e plurissêmico.” *In*: ROJO, Roxane (org.). **A prática de linguagem em sala de aula – praticando os PCN’s**. Campinas: Mercado de Letras, 2000, p. 9-14.

COUTINHO, Afrânio. Ensaio e Crônica. *In*: _____. **Literatura no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1997. v. 6.

DANDARA, Luana. “Cinco dias de fúria: revolta da vacina envolveu muito mais do que insatisfação com a vacinação”. **Portal Fiocruz**, Rio de Janeiro, 09 de junho de 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/cinco-dias-de-furia-revolta-da-vacina-envolveu-muito-mais-do-que-insatisfacao-com-vacinacao>. Acesso em: 08 nov. 2022.

DIAS, Eliana *et al.* Gêneros textuais e (ou) gêneros discursivos: uma questão de nomenclatura? **Revista Interações**, [Portugal], v. 19, n. 7, p. 142-155, 2011.

DIONÍSIO, Ângela Paiva; VASCONCELOS, Leila Janot de. “Multimodalidade, gênero textual e leitura”. *In*: BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia (org.) **Múltiplas linguagens para o Ensino Médio**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

DIONÍSIO, Ângela Paiva (org.). **Multimodalidades e leituras**: funcionamento cognitivo, recursos semióticos, convenções visuais. Recife: Pipa Comunicação, 2014.

ESSINGER, Silvio. Uma voz tamanha. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 10 nov. 2022.

FIORIN, José Luiz. Polifonia textual e discursiva. *In*: BARROS, Diana Pessoa de; FIORIN, José Luiz (org.) **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade**: em torno de Bahktin Mikhail. São Paulo: EDUSP, 1994. pág.29-36.

FIORIN, José Luiz. Interdiscursividade e intertextualidade. *In*: BRAIT, B. (Org.) **Bakhtin: outros conceitos-chave**. Tradução. São Paulo: Contexto, 2006.

FREGONEZI, Durvali Emilio. “Aconteceu a virada no ensino de Língua Portuguesa?”. **Revista do GELNE**, ano 1, n. 2, p. 82-85, 1999. Paraná: Universidade Estadual e Londrina. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/download/9266/6620>. Acesso em: 25 out. 2022.

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire**: uma bibliografia. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Instituto Paulo Freire, 1996.

GASPAR, Malu. No caminho tem um orçamento secreto. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 31 out. 2002, p. 20.

GENETTE, Gérard. **Paratextos editoriais**. Tradução: Álvaro Faleiros. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

GERALDI, João Wanderley. Unidades básicas do ensino de Português. *In*: GERALDI, João Wanderley (org.). **O texto na sala de aula**: leitura e produção. São Paulo: Ática, 2011. p. 48-62 Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5388957/mod_resource/content/1/GERALDI%2C%20Jo%20Wanderley.%20et%20al.%20%28orgs.%29.%20O%20texto%20na%20sala%20de%20aula.%203.%20ed.%20S%20C%20A3o%20Paulo%20%20C3%281tica%2C%201999.%20.pdf. Acesso em: 17 maio 2022.

GODOI, Eliamar. O título e os processos de referenciação. *In: SILEL. Anais do SILEL*, v. 2, n. 2, Uberlândia: EDUFU, 2011.

HORTIFRUTI. **Operação lei suco**. 09 ago. 2019. Disponível em: <https://twitter.com/Hortifruti/status/1159872082597089282/photo/1>. Acesso em: 12 nov. 2022.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/12/5a_edicao_Retratos_da_Leitura-_IPL_dez2020-compactado.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2022.

ITAÚ. Sem lenço, sem documento, sem cartão e sem senha. **Revista Istoé**, ed. 2256, 13 fev. 2013.

JABOR, Arnaldo. No Brasil, o perigo está no bem. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 10 mar. 2009. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/no-brasil-perigo-esta-no-bem-25395406>. Acesso em: 10 maio 2022.

KOCH, Ingedore; BENTES, Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

KOCH, Ingedore; FÁVERO, Leonor Lopes. Discurso e referência. **Alfa: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 28, p. 11-16, 1984.

KRAEMER, Márcia Adriana Dias; SANTA, Everton Vinicius de; LOPES, Andressa. Dialogismo, polifonia e interdiscursividade: conceitos-chave para o estudo sobre o gênero discursivo conto. **Revista Uniabeu**, v. 4, n. 8, p. 18-32, 2011.

LINCK, Ieda Márcia Donati. Considerações sobre a imagem do professor apresentada em geraldi e retomada pelos PCN's. XVII Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão. *In: COSTA, A. A. C. et al (Org.) Anais do XVII Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão; XV Mostra de Iniciação Científica e X Mostra de Extensão, "Ciência, Reflexividade e (In) Certezas"*. Cruz Alta: Unicruz, 2012. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/seminario/downloads/anais/cchc/consideracoes%20sobre%20a%20imagem%20do%20professor%20apresentada%20em%20geraldi%20e%20retomada%20pelo%20pcns.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2022.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2003.

LAJOLO, Marisa. **Usos e abusos da literatura na escola**. São Paulo: Globo, 1982a.

MACEDO, Raquel. “Não vai ter copa” e “vem pra rua”: uma análise dos enunciados e seus possíveis estatutos de fórmula. In: SEMINÁRIO DOS ALUNOS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE LETRAS DA UFF – ESTUDOS DE LINGUAGEM, 5. ed., 2014, Niterói. *Anais*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014. Disponível em: <http://anaisdosappil.uff.br/index.php/VSAPPIL-Ling/article/view/165>. Acesso em: 03 de nov. 2022.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (org.) **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005(a). p.53-101.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais & ensino**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005(b). p.19-36.

MARGON, Cristina; SANTOS, Rafael Bertoldi. A erotização na televisão brasileira: o caso da abertura da telenovela Mulheres de Areia. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 2012, Ouro Preto. **Anais do XVII Congresso de Ciências Sociais da Comunicação na Região Sudeste**. São Paulo: Intercom, 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2012/resumos/R33-1057-1.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2022.

MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. Gêneros jornalísticos: repensando a questão. **Revista Symposium**, ano 5, n. 1, jan./jun. 2001, p. 45-55. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/3196/3196.PDF>. Acesso em: 14 jun. 2022.

MELO, Carolina Santos. **Tipos de textos empregados com função de argumento na dissertação argumentativa**. 2005. 140 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2005. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/travaglia/sistema/uploads/arquivos/DISSERT_carolina_santos.pdf. Acesso em: 17 maio 2022.

MENDES, Heloisa Mara; MENDONÇA, Marina Célia. Jornalismo digital em perspectiva dialógica: uma análise do gênero editorial na Folha de S. Paulo. **Revista do GEL**, v. 18, n. 1, p. 101-128, 2021. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/2979/1923>. Acesso em: 2 nov. 2022.

MENEGASSI, R. J.; CHAVES, M. I. A. O título e sua função estratégica na articulação do texto. **Linguagem & Ensino**, Maringá, v. 3, n. 1, p. 27-44, 2000.

PASTERNAK, Natalia. Perfume de dengue! **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 5 jul. 2022, p. 10.

PENNAC, Daniel. **Como um romance**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

PEREIRA, Gleice; GUIMARÃES, Rachel Cristina; SANTO, Gilcelene Pereira do. Vlogs literários: o incentivo à leitura por meio da mídia social digital youtube. **Informações Profissões**, Londrina, v. 6, n. 2, p. 77-93, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/155148/162508>. Acesso em: 17 jun. 2021.

PEREIRA, Márcia Helena de Melo. A apreensão de um gênero: a notícia. **Intersecções**, v. 8, n. 16. São Paulo: Centro Universitário Padre Anchieta, 2015.

PEREIRA, Merval. Pego com a boca na botija. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 24 jun. 2022. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira/post/pego-com-boca-na-botija.html>. Acesso em: 05 jul. 2022.

PILZ, Jonas. “O ciberacontecimento como estratégia de conteúdo para relacionamento nas redes sociais digitais: narrativas dos parceiros da FIFA sobre o jogo Brasil x Alemanha na Copa do Mundo2014”. VIII Simpósio Nacional da ABCiber, 2014, São Paulo. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PESQUISADORES EM CIBERCULTURA. **Anais do VIII Simpósio Nacional da ABCiber**. São Paulo: online, 2014. Disponível em: https://www.abciber.org.br/simposio2014/anais/GTs/jonas_boschetti_pilz_42.pdf. Acesso em: 03 nov. 2022.

PIRES, V. L.; TAMANINI-ADAMES, F. A. Desenvolvimento do conceito bakhtiniano de polifonia. **Estudos Semióticos**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 66-76, nov. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/49272/53354>. Acesso em: 24 maio 2022.

PRESIDENTE DE AREIA. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 11 set. 2021. Disponível em: <https://extra.globo.com/capas-jornal-extra/2021-09-10-25193602.html?mesSelecionado=Set&ano=2021>. Acesso em: 05 fev. 2022.

PROLE, António. **Como fazer um projecto de promoção da leitura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. Disponível em: http://www.casadaleitura.org/portalbeta/bo/documentos/manual_instrucoes_projectos_a_c.pdf. Acesso em: 30 maio 2021.

QUAL É A GÍRIA. **Significado de: de lua**. [S.l.]. Disponível em: <https://www.qualeagiria.com.br/giria/de-lua/>. Acesso em: 03 nov. 2022.

RAMOS, Gabriela. A crônica como interseção entre jornalismo e literatura. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 17ª ed., 2012. Ouro Preto (MG). *Anais*. São Paulo: Intercom, 2012. p. 1901.

RODRIGUES, Sérgio. Bandidos mortos, bandidos vivos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 jun. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/sergio-rodrigues/2022/06/bandidos-mortos-bandidos-vivos.shtml>. Acesso em: 08 nov. 2022.

ROJO, Roxane. Gêneros de discurso/texto como objeto de ensino de línguas: um retorno ao trivium? In: SIGNORINI, Inês (org.). **[Re]discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola, 2008. p. 73-108.

ROJO, Roxane. Os PCN's, as práticas de linguagem (dentro e fora da sala de aula) e a formação de professores. In: ROJO, Roxane (org.). **A prática de linguagem em sala de aula – praticando os PCN's**. Campinas: Mercado de Letras, 2000. p. 9-14.

ROJO, Roxane. Modos de transposição dos PCN's às práticas de sala de aula: progressão curricular e projetos. In: ROJO, Roxane (org.). **A prática de linguagem em sala de aula – praticando os PCN's**. Campinas: Mercado de Letras, 200. p. 27-38.

SANTOS, Ana Paula Moreira. **Intertextualidade e interdiscursividade**: uma análise do filme Shrek. Universidade Federal da Bahia, 2008. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/79091086/intertextualidade-e-interdiscursividade-uma-analise-do-filme-shrek>. Acesso em: 14 nov. 2022.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. Redação do Enem anuncia que vem aí um país muito mal escrito. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 18 abr. 2022. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/joaquim-ferreira-dos-santos/post/redacao-do-enem-anuncia-que-vem-ai-um-pais-muito-mal-escrito.html>. Acesso em: 05. jul. 2022.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. Bandido bom é bandido que dá série. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 17 out. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/joaquim-ferreira-dos-santos/coluna/2022/10/bandido-bom-e-bandido-que-da-serie.ghtml>. Acesso em: 08 nov. 2022.

SILVA, Lilian Lopes Martin da. Às vezes ela mandava ler dois ou três livros por ano. In: GERALDI, João Wanderley *et al* (org.). **O texto na sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2011. p. 65-69.

SILVA; Marcos Fernandes Gonçalves; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. A política e a economia do governo Bolsonaro: uma análise sobre a captura do orçamento. **CGPC: Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 27, n. 86, jan./abr. 2022. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/85574>. Acesso em: 05 nov. 2022.

SILVA, Renata Prado Alves. Booktube: livros e leitura em vlogs do youtube. **INTERCOM**, 39, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1079-1.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SILVA, Vitória Rodrigues E. Estratégias de leitura e competência leitora: contribuições para a prática de ensino em História. **História**, São Paulo, v. 23, n. 1-2, p. 69-83, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/rFWqTyGyxDVgNRKsRdpn88w/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jun. 2021.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

SOUZA, Rafael Nascimento de; SABOIA, Gabriel. A dor da fome. **Jornal Extra**, Rio de Janeiro, 29 set. 2021. Disponível em: <https://extra.globo.com/capas-jornal-extra/2021-09-90-25216977.html>. Acesso em: 05 fev. 2022.

TABAK, Flavio. Auxílio carimbado. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 5 jul. 2022. p. 8.

TEIXEIRA, Tatiana Gloor; FUZER, Cristiane. Uma proposta de análise de editorial como gênero textual. **Linguagens & Cidadania**, v. 13, p. 1-10, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/231214862.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2022.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Adultos não-alfabetizados: o avesso do avesso**. 1986. 239 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1986. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1578574>. Acesso em: 5 maio 2022.

TRAVASSOS, Tarcísia. Títulos, para que os quero? *In*: DIONISIO, Angela Paiva; BESERRA, Normanda Silva (org.). **Tecendo textos, construindo experiências**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 55-79.

VACINA SEM REVOLTA. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, São Paulo, 27 ago. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2018/08/vacina-sem-revolta.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2019.

VAN DIJK, Teun A.; KINTSCH, Walter. **Strategies of discourse comprehension**. New York: Academic Press, 1983.

VAN DIJK, Teun A. Estrutura da notícia na imprensa. *In*: VAN DIJK, Teun A. **Discurso, cognição, interação**. São Paulo: Contexto, 1992a. p.158-181.

VAN DIJK, Teun A. Estruturas da notícia impressa. *In*: VAN DIJK, Teun A. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 1996, p. 122-157.

VELOSO, Caetano. **Alegria, Alegria**. Rio de Janeiro: Philips Records, 1967.